



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

141^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

Realizada em
Brasília/DF.
06 de Março de 2024.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**

2 Bom dia a todas, bom dia a todos. A Secretaria Executiva do CONAMA já informou que
3 temos quórum. E temos a presença da Ministra Marina Silva. Portanto, vamos dar início
4 a 141ª Reunião Ordinária do CONAMA, 6 de março de 2024. Ministra, só de pensar que
5 nós estamos na 141ª Reunião do CONAMA, hein? É uma longa história. Então, para dar
6 início à reunião, passo a palavra à Ministra Marina Silva para a abertura oficial da reunião.

7 **A srª MARINA SILVA (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima) –** Bom dia a
8 todos, a todas. Estava perguntando o Capô quantos minutos estávamos atrasados. Ele
9 disse que é cinco, não é? No Brasil, é totalmente assimilável. Então, não precisa pedir
10 desculpa hoje. Bem, muito bom estar aqui com todos os nossos conselheiros e
11 conselheiras. Secretário Capobianco, nossa querida Marcela, Doutor Daniel está aqui
12 dando nosso suporte jurídico. Agradecendo mais uma vez todo o trabalho que vem sendo
13 feito pelo CONAMA, desde o seu reestabelecimento e o trabalho que vem sendo feito,
14 inclusive para que ele possa se reestabelecer ainda mais. Acho que tem algumas
15 questões ligadas à pauta, mas obviamente, que depois o secretário Capobianco vai tratar
16 mais especificamente a questão da Conferência Nacional de Meio Ambiente, a 5ª
17 Conferência Nacional de Meio Ambiente. Vai ter uma apresentação sobre a conferência,
18 a necessidade do envolvimento de conselheiros e conselheiras do próprio CONAMA.
19 Mas, sobretudo, dos estados, dos municípios, da sociedade civil. Porque é no espaço da
20 conferência em que a gente faz o grande debate sobre a política nacional de meio
21 ambiente. E essas propostas e sugestões que saem, e as análises, elas são muito
22 importantes na formulação das políticas públicas. Nós estamos no processo preparatório
23 para que a conferência seja após as eleições, durante as eleições, obviamente, que não
24 podemos ter conferência. Estamos com suporte técnico da UnB, sobretudo, na parte de
25 metodologia e na formulação de proposta, mas isso vocês vão ver em detalhe na parte
26 de apresentação. Vamos ter aqui também a aprovação da Agenda Nacional de Meio
27 Ambiente na última reunião do CONAMA. E, depois, nós teremos temas relevantes da
28 agenda ambiental que serão discutidos nessa reunião 141ª, é isso, Capô? Reunião
29 Ordinária do CONAMA. E a apresentação também feita pelo nosso secretário André
30 Lima, sobre o controle do desmatamento no Cerrado, que é um desafio enorme. Já temos
31 alguns dados, obviamente, que isso ainda não pode ser tratado como uma tendência.

32 Estamos abrindo o ano, ainda tem muita nuvem, ainda tem muitos problemas.
33 Provavelmente, vamos ter em breve uma reunião do consórcio do Cerrado, do Norte, do
34 Centro-Oeste e do Nordeste, aonde governadores e governadoras irão tratar do assunto
35 no âmbito do PP Cerrado. Para que a gente possa trabalhar um pacto sobre o Cerrado,
36 mas também, em detalhe, o secretário André vai dar. Inclusive, os dados, como eu disse,
37 que ainda são preliminares e iniciais, não é motivo ainda de estabelecermos como uma
38 tendência. Tivemos uma diminuição do desmatamento do Cerrado, segundo o DT, de 4%
39 em relação a 2023. E um aumento, infelizmente, de 23% em relação a 2022. Em relação
40 à Amazônia, nós tivemos aí uma diminuição também, já em cima do que havia caído.
41 Tivemos uma queda de 50% do desmatamento da Amazônia, e tivemos agora uma
42 queda, no ano passado, de 29,4% em relação a 2023. E 44% em relação a 2022. Em
43 relação à Mata Atlântica, provavelmente, acho que o dado vai sair amanhã. Não sei se o
44 secretário André já pode antecipar. Imagino que é o dado oficial, que tem que ser dado,
45 mas nossas análises é que teremos uma queda significativa em relação à Mata Atlântica,
46 com certeza, acima de 30%. E isso é fruto de todo um trabalho de retomada, das ações
47 de fiscalização do IBAMA, do ICMBio. Em parceria com vários setores de governo e das
48 estratégias que vêm sendo montadas de uma política transversal, que envolve 19
49 ministérios sob a coordenação da Casa Civil, no comando do Presidente Lula com a
50 coordenação executiva do Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria
51 Extraordinária de Combate ao Desmatamento, do esforço que vem sendo feito por
52 nossas vinculadas. Estou falando aqui dados que são muito preliminares. Eu gostaria,
53 não só de ficar na agenda, como eu disse, a agenda vocês vão debater, ela é muito
54 importante, estratégica, mas eu acho que a gente tem uma agenda mais abrangente que,
55 talvez, seja interessante, nessa primeira reunião Desse ano do CONAMA, a gente discutir
56 algumas questões. Nós estamos abrindo um ano que é complexo, segundo ano do
57 governo do Presidente Lula, segundo ano desse conselho se reestruturando, inclusive
58 sanar o prejuízo que tivemos nos 4 anos do governo anterior do Presidente Lula. Mas
59 acho que temos alguns desafios. Primeiro, é um ano eleitoral, e em ano eleitoral, a
60 pressão sobre a agenda ambiental da parte de alguns setores, em relação à busca de
61 flexibilizações, de mudanças, no sentido de, às vezes até querer alguns retrocessos em
62 avanços que já alcançamos, acontecem, seja do ponto de vista legislativo, seja do ponto

63 de vista dos territórios. Obviamente que esse conselho é um suporte para que possamos
64 evitar qualquer tipo de retrocesso. Mas também um ano eleitoral é uma grande
65 oportunidade, a oportunidade de o tema ir para discussão no espaço municipal, que já é
66 uma antessala do grande debate de 2026. O resultado da agenda socioambiental
67 legitimada em uma campanha de prefeitos, prefeitas, vereadores e vereadoras, é muito
68 importante, porque ele, de certa forma, é um político indicador da importância de um tema
69 que ganha força de forma avassaladora em função do agravamento da mudança
70 climática, aonde os municípios são os mais prejudicados e afetados por essa mudança.
71 Uma hora pela seca, outra hora pela cheia, como está acontecendo agora em Roraima.
72 Nesse momento, em Roraima, temos uma combinação muito perigosa de reunir *El Niño*
73 com a mudança do clima. Todos os nossos esforços estão ali concentrados. Tivemos
74 ontem uma reunião com o governador do estado de Roraima, o ICMBio, o IBAMA,
75 estamos todos trabalhando juntos em parceria com o governo do estado. Mais de 300
76 pessoas estão alocadas na frente de batalha, quatro helicópteros estão lá em ação.
77 Estamos reforçando todas as nossas ações nessa frente. Além das questões de natureza
78 humanitária. É um momento que as prefeituras vão poder colocar em seus programas de
79 governo aquilo que é o desafio da agenda, sobretudo de adaptação, que é uma prioridade
80 do governo do presidente Lula. A outra questão tem a ver com os grandes eventos que
81 nós já estamos trabalhando neles. Um deles é o G20, além do G20 oficial, nós temos o
82 G20 social, que é preciso que as pessoas se envolvam a Secretaria Nacional, a
83 Secretaria Geral da Presidência da República, mas cada ministério tem sua agenda.
84 Fizemos uma primeira reunião com representantes da sociedade civil. Nas ações do G20,
85 nós queremos que ela crie sinergia com o desafio da COP30. Nas questões ligadas ao
86 clima, nas MDCs. Estamos com algumas forças-tarefas importantes na parte de
87 bioeconomia, na parte de serviços ecossistêmicos, que é uma agenda do Ministério do
88 Meio Ambiente Combate à desigualdade e clima. Tudo isso sendo tratado no G20. No
89 Ministério da Fazenda, nós já fizemos uma ação muito importante em relação ao fundo
90 clima, que agora tem uma captação de recursos da ordem de R\$ 10 bilhões, podendo
91 ampliar esses recursos. É um fundo garantidor para ampliar esses recursos para
92 implementação das agendas de adaptação, de mitigação, de inovação tecnológica. E eu
93 queria concluir dizendo o seguinte. Para além do G20, nós temos a própria COP. Tivemos

94 alguns ganhos que ainda não foram suficientes, mas que devem ser celebrados, como a
95 questão da agenda de perdas e danos, que foi resolvida, ainda que financeiramente ainda
96 não resolvida, mas estruturalmente, institucionalmente resolvida na COP28. A questão
97 de transição para o fim do uso de combustível fóssil e outras agendas igualmente
98 importantes. Na COP do Azerbaijão, a COP29, temos o desafio de continuar avançando,
99 sobretudo, com os meios de implementação. E para que os meios de implementação
100 aconteçam é preciso que os países estejam todos conscientes daquilo com o que nos
101 comprometemos. Que é de não permitir que aumente a temperatura acima de 1,5. E aí
102 as ações de combate ao desmatamento, as NDCs que o Brasil está trabalhando, todo o
103 esforço que está sendo feito pela Secretaria Nacional de Mudança do Clima e todos os
104 órgãos de governo é fundamental. E vamos trabalhar para que o Brasil já tenha o mais
105 antecipado possível as suas NDCs, porque queremos liderar pelo exemplo. Se o desafio
106 da COP28 era em cima do balanço geral, tirar os encaminhamentos corretos, e o
107 alinhamento com 1,5, a decisão de 1,5. Se a COP29 é o desafio dos meios de
108 implementação, a COP30 são as NDCs que é o coração do que deve ser feito para que
109 a gente possa alcançar a missão 1,5. E nesse sentido o Brasil quer liderar pelo exemplo
110 com NDCs que sejam ambiciosas. O Brasil pautou a questão das NDCs setoriais. Isso
111 passou a ser agora para todos os países em desenvolvimento. E nós queremos chegar
112 em 2025 já com um movimento para que possamos alcançar NDCs que sejam igualmente
113 ambiciosas. Eu concluo dizendo parabenizando o trabalho feito no ano passado pela
114 equipe aqui do CONAMA, na pessoa da Marcela, do secretário João Paulo Capobianco
115 que coordena todo esse esforço de todos os nossos conselheiros e conselheiras, mas
116 sobretudo, as câmaras técnicas, setores de governo, da iniciativa privada, da sociedade
117 civil, todos os setores de governo. É um desafio enorme que está posto, mas tenho
118 certeza de que essa agenda, ela é estratégica. E no meu entendimento, cada vez mais
119 ela deve ser de fato transversal. Já é transversal no Governo Federal, eu espero que
120 assim seja em todos os governos dos estados para que a gente possa fazer frente ao
121 grande desafio de evitarmos a catástrofe que não mais se avizinha, ela já está dentro das
122 nossas casas, nos nossos municípios, nos nossos estados, nos nossos bairros. Como
123 eu pude ver no bairro de Brasileira. O município inteiro como terra arrasada. E, agora, nós
124 sabemos que essa pedagogia triste e perversa, ela tem um único caminho: mitigar,

125 adaptar e transformar o modelo econômico. Por isso as agendas que estão postas da
126 transformação ecológica, nos eixos estratégicos estabelecidos pelo programa que está
127 sendo liderado pelo ministro Fernando Haddad, em relação a questão de finanças
128 sustentáveis para desenvolvimento sustentável. Além de termos uma tecnologia que seja
129 adensamento tecnológico para mais e mais ações. A questão da economia circular, da
130 bioeconomia, infraestrutura para o desenvolvimento sustentável. Bem como todo um
131 conjunto de ações voltadas para a segurança energética. E eu diria, não tem como deixar
132 de pensar em segurança alimentar, um grave problema que nós vamos enfrentar no
133 mundo não é a questão da segurança alimentar no contexto das mudanças climáticas. E
134 se queremos segurança, esse é um ponto importante. Se queremos segurança alimentar,
135 países como o Brasil tem que cuidar das suas florestas e dos seus recursos hídricos.
136 Então, o secretário Capobianco, Marcela, todos os companheiros, Daniel, muito obrigada
137 por todo o trabalho feito, que a gente possa nesse ano de 2024 ter o mesmo afinco de
138 2023. Sabendo que os desafios serão cada vez maiores. E que esse conselho tem sido
139 a base de muitas respostas para questões estratégicas da política ambiental brasileira.
140 Muito obrigada.

141 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
142 Muito bem, obrigado ministra Marina Silva pelas palavras iniciais. Reforçando o papel
143 estratégico, fundamental desse conselho na formulação das políticas públicas na área
144 ambiental no Brasil. E de imediato, então, damos início a pauta com a apresentação dos
145 novos conselheiros. Queria solicitar a diretora Marcela que faça a leitura da portaria que
146 altera a representação de órgãos e entidades. Marcela, por favor.

147 **A sr^a MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** Bom, nós temos a portaria 998 de
148 março de 2024 que altera o representante suplente do Ministério da Fazenda, que é a
149 Camila Estefani de Sousa Silva, o representante do Ministério da Gestão e da Inovação
150 em Serviços Públicos, que o titular passa a ser o Henrique de Vilhena Portella Dolabella.
151 Ministério da Igualdade Racial passa a ser o titular Rosenberg Batista Dias e suplente
152 Hudson Lincoln Corrêa de Oliveira. Ministério da Saúde, titular Agnes Soares da Silva e
153 suplente Eliane Inotti. Representante do estado de Sergipe, titular Débora Cristina de
154 Andrade Menezes Dias e suplente Jorge da Trindade Géis. Das entidades municipalistas

155 de âmbito nacional, suplente da Frente Nacional dos Prefeitos, Mário Lopes. E das
156 entidades da sociedade civil de âmbito nacional, a representante titular da WWF, Daniela
157 Malheiros Geres e suplente Ariane Bonfim Cerqueira. Das associações legalmente
158 constituídas para a defesa dos recursos naturais do combate à poluição, Coalizão pelo
159 Clima, Crianças e Adolescentes (CliCa), a suplente passa a ser a Juliana Gatti. São essas
160 as alterações no conselho.

161 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
162 Muito bem, obrigado Marcela. Informados novos conselheiros. Passo ao item de
163 aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 140ª Reunião Ordinária do CONAMA, ocorrida
164 no dia 8 de novembro de 2023, solicito manifestação de algum conselheiro que tenha
165 observação, correção, ajuste, a pauta, a ata, a referida ata. E não havendo nenhuma
166 manifestação, solicito pôr em votação a aprovação da transcrição. Se tiver alguma
167 manifestação contrária, por favor, que se manifeste. Alguma abstenção? Em não
168 havendo nenhuma manifestação contrária, nenhuma abstenção, está aprovada a
169 transcrição *ipsis verbis* da 140ª Reunião do CONAMA. Passamos agora ao item Tribuna
170 Livre com duração máxima total conforme regimento de 15 minutos. Dividido entre os
171 inscritos no começo da reunião garantindo sua oportunidade de manifestação para todos
172 os segmentos.

173 **A srª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** Bom, primeiro inscrito para a
174 Tribuna Livre pelo setor empresarial é o Gleison Tagiare.

175 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Um
176 minuto, por favor. Você apertou aí? Agora sim.

177 **O SR. GLEISSON TAGIARE–** Bom dia a todos, eu sou o Gleison Tagiare. Representante
178 do setor florestal brasileiro. E, neste momento, tenho a grata satisfação de em nome do
179 presidente do fórum, Presidente do SIPEM e do governo do estado de Mato Grosso Aqui
180 representado pela nossa secretária Mauri, retificar e reforçar o convite feito a todos os
181 conselheiros para a participação no nosso dia na floresta. Que será realizado no estado
182 de Mato Grosso, na cidade de Alta Floresta, no dia 20 e 21 de junho. A presença de
183 vocês é extremamente importante. Quero lembrar que o convite já foi enviado a cada um

184 de vocês durante o início deste ano, através do e-mail cadastrado aqui no CONAMA, mas
185 se porventura, alguém não recebeu, nós estamos à disposição aqui para que a gente
186 possa fazer a inscrição de vocês. E é importante lembrar que as inscrições deverão ser
187 feitas até o final deste mês. Também é bom a gente lembrar que a organização do evento
188 arcará com todas as suas despesas de transporte e hospedagem. Então, é uma
189 oportunidade única que a gente possa participar deste evento. Essa é a quarta edição do
190 dia na floresta, Marina, e eu posso falar que todas as edições anteriores foram um
191 sucesso. E a gente tem, neste ano, essa parceria com o governo do estado de Mato
192 Grosso. A gente fez uma edição especial para contemplar o CONAMA. Porque essa é a
193 casa da sustentabilidade e a gente entende que nada mais interessante do que a gente
194 levar até vocês tudo o que o setor empresarial e o governo do estado de Mato Grosso
195 em parceria têm feito os esforços para que a gente possa transformar o manejo florestal
196 em um manejo de baixo impacto. E que a gente possa efetivamente dar sustentabilidade
197 às nossas florestas. Então, é importante a gente lembrar também que neste dia da
198 floresta vocês vão ter a oportunidade de vivenciar a Floresta Amazônica. Isso que é
199 bastante importante. Nós vamos estar dentro da floresta, dentro da exploração do manejo
200 florestal, trabalhando a colheita de árvores com baixo impacto. Nós vamos poder
201 vivenciar a rastreabilidade da madeira. Nosso sonho, não é, Marina? Que a gente viu que
202 finalmente consegue colocar em prática lá no estado de Mato Grosso. Quando é possível
203 a gente quando colhe uma árvore saber da origem dela, até o produto final lá, aqui para
204 vocês, quando chega, de onde essa árvore veio, que tipo de árvore. E toda a essência
205 dela aqui para vocês. Então, é fantástico que o setor de florestal em parceria tem feito
206 para que a gente possa desenvolver o manejo florestal da maior maneira possível. Isso
207 também, a gente tem que contar como que a gente controla isso. A gente através do
208 governo do estado de Mato Grosso desenvolvemos o sistema de comando e controle, na
209 qual nós temos uma sala de controle, na qual esses manejos são acompanhados em
210 tempo real. Ou seja, o governo do estado tem todos os dados de onde e como esse
211 manejo está sendo explorado. E, dessa forma, a gente pode garantir a legalidade desse
212 produto, a legalidade dessa madeira. Então, eu falo para vocês, vivenciar a Floresta
213 Amazônica é uma experiência única. Vocês estão tendo a oportunidade neste momento
214 de participar de um evento dessa magnitude. Então, eu gostaria que todos pudessem

215 tirar um dia, dois dias na sua agenda e participar. Porque a gente fez esse evento para
216 vocês, para a gente mostrar o que tem. E, por fim, Marina, eu só gostaria de deixar uma
217 última mensagem de quem cresceu e vive na Amazônia. Que a sustentabilidade de
218 nossas florestas e a conservação de nossas florestas só vai ser efetiva se a gente
219 conseguir fazê-la gerar emprego e renda. E dar dignidade à população que vive lá. E nós,
220 do fórum, e do CIPEM, acreditamos que o manejo florestal sustentável é o instrumento
221 capaz de tornar possível esse nosso sonho. Então, fica aqui o convite e peço licença para
222 mostrar um vídeo também de um minuto, do que a gente vai vivenciar lá.

223 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – Eu
224 acho que nós vamos deixar o vídeo para o final, depois da reunião em função do tempo
225 dos outros inscritos. Mas, por favor, deixa ele que nós vamos passar ele no final da
226 reunião do CONAMA.

227 **O SR. CLEYSON** – Então está bom, só finalizando, estou à disposição. Se alguém
228 precisar de mais alguma informação, a gente fica grato de poder instruí-los. Obrigado.

229 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** –
230 Muito obrigado, conselheiro. Por favor.

231 **A sr^a MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – O próximo inscrito é o Flávio
232 Schuck da Secretaria-Geral da Presidência da República. Eu não sei se agora eu falei
233 direito seu nome, provavelmente eu errei.

234 **O SR. FLÁVIO CAMARGO** – Bom dia a todos e a todos. Bom dia, ministra Marina,
235 Secretário Capobianco, Marcela. Estamos ensaiando, não é? Doutor Daniel. Eu queria
236 rapidamente trazer aqui para o plenário do CONAMA algumas questões e algumas
237 atividades que nós estamos desenvolvendo lá na Secretaria-Geral. Nós temos... Nós
238 temos duas secretarias que estão diretamente trabalhando hoje junto à sociedade civil
239 em alguns temas relacionados ao meio ambiente. A Secretaria Nacional de Participação,
240 que tem a função de garantir a participação da sociedade civil dos movimentos sociais
241 no governo, nós participamos lá do CIM, do Comitê Interministerial de Mudança
242 Climática. Propondo e trabalhando junto na construção de um processo participativo para

243 a construção do Plano Clima. Então, a gente já quer deixar o convite aqui para essa
244 participação e estamos trabalhando lá junto com a Secretária Anatônia para linkar a
245 construção do Plano Clima com a construção da Conferência Nacional de Meio Ambiente
246 que deve acontecer esse ano. Então, o tema da conferência vai ser a mudança climática.
247 E nós então gostaríamos de trazer essa pauta para o CONAMA. Temos também uma
248 secretaria lá de diálogos sociais, onde a gente realiza algumas mesas de diálogos com a
249 sociedade civil. E nós temos hoje ativas duas mesas, a mesa da mineração, a Secretaria-
250 Geral trabalha também na desintrusão de algumas terras indígenas, a questão da
251 mineração é uma questão muito importante nesse processo. Então, nós temos lá uma
252 mesa de diálogo que a gente pretende trazer algumas questões aqui para o Conselho
253 que demandem algum tipo de regulamentação. E também uma mesa de diálogo de
254 energias renováveis. Semana passada nós fizemos uma saída de campo no Nordeste
255 tratando da energia eólica. Nós temos um problema da energia eólica que está
256 crescendo, que em algum momento vai chegar aqui, que são o que nós estamos
257 chamando “dos atingidos pela energia eólica”. Nós temos uma legislação hoje que
258 permite uma proximidade das usinas eólicas, das residências. Isso é apenas um dos
259 problemas que eu estou trazendo aqui para nós. E que está causando muitos problemas
260 para as comunidades. Então, esse é um tema também que a gente quer trazer
261 oportunamente para o CONAMA. É isso. Só trazer um recado rápido. E dizer que a
262 Secretaria-Geral e o Ministro Márcio Macedo estão à disposição para encaminhar esses
263 processos de diálogo e de participação da sociedade. Muito obrigado.

264 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
265 Obrigado, Conselheiro Flávio. Muito bom. Importante. Tema central esse que você traz
266 da normatização das eólicas em relação aos impactos sociais. E nós temos... A Ministra
267 lembra aqui que nós estamos em relação às offshore. Nós estamos aí em fase de
268 elaboração, de planejamentos espacial marinho de todo o litoral brasileiro, isso vai ser
269 uma ferramenta fundamental para fornecer subsídios para essa normatização. Aliás, eu
270 queria antes de chamar o próximo Conselheiro a se manifestar. Só lembrar, Ministra, e
271 informar aqui ao CONAMA que eu acabei não fazendo no início. De que ontem, nós
272 tivemos a nossa reunião da Comissão Tripartite, seguindo o compromisso de manter
273 esse processo de integração entre os entes Federados e os responsáveis pelo sistema.

274 E, ontem, Ministra tivemos a reunião presidida pelos municípios, pela ANAMMA. Na
275 figura do Marçal que fez um excelente trabalho, a gente agradece muito, Marçal, a sua
276 condução. E estamos como conforme definido fazendo as reuniões tripartites cada uma
277 delas presidida por um ente federado, um representante do setor. Então, nós tivemos a
278 ABEMA, presidindo, tivemos a ANAMMA. Próxima voltamos a Presidência do Ministério
279 do Ambiente. Na sequência, voltamos ABEMA e a ANAMMA, nessa sequência para
280 garantir que a Comissão Tripartite, de fato, tenha legitimidade e adesão de todos para
281 uma agenda positiva na preparação, inclusive em temas que vem ao plenário na
282 sequência. Então, dando seguimento, quem é o próximo, Marcela?

283 **A sr^a MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – O próximo é o secretário Eduardo
284 de Taveira, do Amazonas, que vai falar pelos governos estaduais.

285 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Representante do Estado do**
286 **Amazonas)** – Bom, primeiro, bom dia a todos e todas. Um prazer estar aqui reunido,
287 encontrar amigos. E agradecer, primeiramente, Ministra Marina, ao MMA em nome de
288 toda a equipe, Capobianco, Marcela, o André, que está aqui que nos ajuda, é um ponto
289 de contato importante para os estados. Ainda mais referente nas estruturas para os
290 estados da Amazônia e Cerrado em relação aos planos de prevenção e controle de
291 desmatamento, queimadas e incêndios florestais. E destacar o papel importante que
292 tanto o IBAMA e o ICMBio por intermédio do MMA tiveram no combate aos incêndios que
293 ocorreram no Amazonas, no Pará, e agora, em Roraima, que tem afetado, como a
294 ministra bem exemplificou. É um contexto que está vinculado ao ninho, mas em especial,
295 aos que os estudos indicam as mudanças climáticas. Então, as comunidades, as
296 populações tradicionais originárias da Amazônia, já sentem esses impactos das
297 mudanças climáticas, essa é uma realidade que nós temos um temor muito grande que
298 passe a ser como se dizia na época, infelizmente da pandemia: “Um novo normal”. E a
299 gente tem uma preocupação muito grande de como não só o bioma vai se adaptar a essa
300 nova realidade, como em especial, as perdas culturais de manejo da floresta que as
301 comunidades tradicionais e originárias vão ter, isso é indescritível do ponto de vista,
302 porque muitas comunidades, em especial no Amazonas, todo conhecimento do manejo
303 em especial da área de várzea, da cultura, do tempo de cultura, tem perdido, há uma

304 substituição dessas culturas, a dependência cada vez maior, cada vez maior de uma
305 tecnologia para subsidiar essa atividade, e você tem uma degradação, e uma perda
306 desse conhecimento tradicional, que pode ser irreparável. Então, além disso,
307 aproveitando que nós estamos já na semana e no mês da mulher, e em seu nome,
308 Ministra, aproveitar para parabenizar todas as mulheres aqui. Eu só estou aqui por um
309 pedido da nossa presidente para poder falar, mas eu quero destacar que não há agenda
310 ambiental e nenhuma agenda de desenvolvimento sustentável, sem a agenda de gênero.
311 Porque entre os grupos mais afetados, mulheres e meninas, são as mais afetadas ainda
312 em relação às mudanças climáticas. Então, essa é uma pauta que ela não é acessória.
313 Ela é o coração da agenda do desenvolvimento sustentável.

314 Falando da ABEMA agora, a qual eu represento, que é a Associação Brasileira De
315 Entidades Estaduais de Meio Ambiente, nós estamos atentos ao monitoramento
316 ambiental. E coloca ao MMA à disposição, as câmaras técnicas, que a ABEMA tem, que
317 tem dado subsídio, inclusive, a nossa participação em outros espaços, não só aqui no
318 CONAMA, mas nas câmaras técnicas associadas, nos vários consórcios que nos apoiam.
319 E também as vice-presidências da ABEMA, elas compõem e representam cada bioma,
320 Ministra. Então, essas vice-presidências, elas têm uma articulação muito forte com os
321 estados que compõem cada um dos diversos biomas que nós temos. E também estamos
322 à inteira disposição do MMA para colaborar com essas agendas. E, por fim, a gente está
323 avançando a ABEMA na apresentação de um projeto, Ao Fundo Amazônia, que esse é
324 um grande desafio que os estados têm, ainda mais quando a gente fala do bioma. Que é
325 conciliar o monitoramento ambiental, os indicadores ambientais, para que a gente possa
326 ter metas e verificar o alcance dessas metas. Então, a gente está elaborando um projeto
327 para que dentro da ABEMA a gente tenha uma integração dessas agendas. Um centro
328 de monitoramento dos biomas que vão poder subsidiar, não só os planos de prevenção
329 e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais, mas ampliar o nível de
330 monitoramento para outros biomas. E essa experiência é muito importante, Ministra,
331 porque tem áreas dentro da ação dos estados para o planejamento e da implementação
332 dos seus PPCs que eles acabam sendo zonas cinzentas, que são áreas fronteiriças, ou
333 áreas de crimes que se interrelacionam pelas estradas. Então, essa agenda, é uma
334 agenda que nos ajuda e nos fortalece para que a gente possa garantir a constante

335 redução do desmatamento, mas acima de tudo, o monitoramento e a conciliação das
336 agendas, em especial das legislações de licenciamento ambiental, tendo por base as
337 metas estabelecidas pelos planos. Então, é isso. Desde já agradeço, a ABEMA está à
338 inteira disposição. Agradeço também a composição, porque a agenda e as reuniões
339 tripartites, elas têm sido uma manifestação clara do Ministério do Meio Ambiente. Isso
340 era uma solicitação grande, tanto dos municípios quanto do Estado, de ter essa presença
341 e essa participação. E eu agradeço em seu nome, Ministra, o compromisso que o MMA
342 tem tido na organização das pautas e na inclusão tanto dos entes estaduais, quanto
343 também dos municipais. Obrigado. Desejo uma boa agenda a todos.

344 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
345 Muito obrigado. Próximo, Marcela, por favor.

346 **A srª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** A próxima apresentação é da
347 Sociedade Civil. O João e a Juliana vão dividir o tempo.

348 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** E,
349 na sequência, quem seria?

350 **A srª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** Marçal, pela ANAMMA.

351 **A srª JULIANA GATTI PEREIRA RODRIGUES – SUPLENTE (Coalizão pelo Clima,**
352 **Crianças e Adolescentes – CLICA) –** Bom dia a todas, todos e todes. Falamos aqui em
353 nome da bancada Da Sociedade Civil. E gostaríamos de trazer para a reflexão dos
354 conselheiros alguns temas que necessitam de atenção. Não precisamos lembrar aos
355 colegas conselheiros que o Brasil é um país de importância global para a conservação e
356 sustentabilidade no uso da biodiversidade. Em outubro, acontecerá a COP16, da
357 Convenção de Diversidade Biológica e de seus protocolos. Consideramos que seria
358 oportuno e mesmo necessário que o CONAMA possa receber um panorama das
359 iniciativas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto à
360 implementação dos compromissos de tal regime multilateral. Em especial, do Marco
361 Global Kunming-Montreal aprovado na COP15. Sugerimos, assim, que o tema seja
362 pautado para a nossa próxima plenária, em junho, ficando cada setor dos entes federados

363 encarregados de uma apresentação sobre suas iniciativas. Em um tópico relacionado,
364 celebramos e apoiamos, a retomada da Agenda de Criações De Unidades de
365 Conservação pelo Governo Federal, marcada pela realização recente do workshop de
366 priorização, de criação das unidades de conservação promovida pelo ICMBio. Com
367 participação ativa da sociedade civil e científica. É uma retomada importante da Frente
368 de fortalecimento da Proteção e manejo participativo do Patrimônio Natural Nacional. Em
369 contraste a este avanço temos que, desde fevereiro de 2022, o Comitê Nacional de Zonas
370 Úmidas, encontra-se paralisado. As Zonas Úmidas são um conjunto de ecossistemas
371 aquáticos de grande importância. Tanto pelo fornecimento da biodiversidade humana,
372 quanto para a manutenção da biodiversidade. Uma vez que, ao menos 40% de todas as
373 espécies conhecidas, vivem e se reproduzem nesses ambientes. É um colegiado
374 estratégico para a tomada de decisões e definição de diretrizes para a implementação
375 dos compromissos assumidos na Convenção de Ramsar, no Brasil. Por isso, clamamos
376 ao Governo Federal que retome imediatamente o funcionamento do CNZU. Sabemos
377 que são necessárias as energias e vontade política para dar celeridade aos processos
378 de criação das Unidades de Conservação identificadas em todos os nossos biomas
379 brasileiros. Assim, como a implementação das Convenções de Ramsar. A sociedade civil
380 segue atenta e disposta a apoiar os próximos passos. Queremos mais um instante da
381 atenção de vocês para falar de dois assuntos muito preocupantes.

382 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (INSTITUTO AMIGOS DA RESERVA**
383 **DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA – IA-RBMA)** – Muito rapidamente. Em fevereiro
384 de 2024, a Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina editou sua
385 administrativa nº 5/2024 dispondo sobre a aplicação do Código Estadual do Meio
386 Ambiente. Na prática, isso equivale a uma revogação da resolução CONAMA 0494, no
387 estado de Santa Catarina, sob o argumento de que o Código Estadual do Meio Ambiente
388 prevalece sobre essa resolução. Nosso entendimento é de que nenhuma norma estadual
389 pode ser mais permissiva do que normas nacionais ou que a lei, no caso, a lei da Mata
390 Atlântica. Além das manifestações das organizações da sociedade civil, o Ministério
391 Público de Santa Catarina ajuizou ações diretas de inconstitucionalidade contestando a
392 legalidade de diversos dispositivos dessa lei estadual, do Código Estadual de Santa
393 Catarina. Alertamos que, além de adentrar na atribuição do CONAMA, a eficácia da

394 norma estadual é questionável. Pois, na prática, os parâmetros básicos para análise da
395 vegetação florestal de Mata Atlântica no estado de Santa Catarina deixariam de existir.
396 As entidades da sociedade civil no CONAMA preocupadas com essa iniciativa do IMA -
397 Santa Catarina solicitam ao MMA que no seio da tripartite se busque mediar junto ao
398 Estado uma solução imediata para essa inconstitucionalidade. Além de, por meio do
399 IBAMA e das competências comuns que lhe dão o artigo 23 da Constituição, tome as
400 medidas necessárias para garantir a aplicação da resolução 0494 no estado de Santa
401 Catarina. Pedimos também a CONJUR do MMA Que faça uma análise do impacto desse
402 tipo de medida legal sobre as competências do CONAMA no intuito de reafirmar e
403 resguardar sua competência regulatória e a legalidade de seus atos perante aqueles que
404 por seus atos buscam descumprir suas resoluções. Outro tema preocupante são os
405 ataques repetidos por parte dos setores mais atrasados da bancada ruralista, da
406 indústria, que visam no Congresso Nacional enfraquecer o regramento do licenciamento
407 ambiental. O licenciamento é um dos principais instrumentos da política nacional do meio
408 ambiente. E busca compatibilizar desenvolvimento e proteção socioambiental. A
409 fragilização desse instrumento beneficia a poucos ao tempo que socializa os prejuízos e
410 que os impactos ambientais são desproporcionalmente sentidos pelas populações mais
411 empobrecidas e marginalizadas. Requeremos que o governo adote uma posição firme
412 para que não haja retrocessos socioambientais nessa agenda. Em vez de diminuir a
413 proteção ao ambiente do qual nossa própria existência depende, deveríamos, sim, incluir
414 no licenciamento análise dos impactos sociais às comunidades afetadas.
415 Recomendamos que seja chamada uma audiência do CONAMA para tratar do tema com
416 a maior brevidade possível, mesmo que de forma remota, lembrando que todo o
417 SISNAMA será afetado nos impactos decorrentes das propostas em discussão. Podem,
418 inclusive, impedir o Brasil de atingir as metas alinhadas em seus MDCs ao máximo de
419 um grau e meio. Por fim, considerando o compromisso ambiental assumido pelo governo
420 brasileiro e da importância interna e externa de proteger o meio ambiente como condição
421 precípua de sobrevivência humana e das outras formas de vida que conosco compartilha
422 o planeta, diante da crise ambiental que enfrentamos queremos expressar nossa grande
423 preocupação com a situação estrutural do IBAMA, ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro e
424 MMA, principalmente no que se refere a salários e planos de carreira dos servidores.

425 Assim, solicitamos a ação efetiva do governo no sentido de atender os pleitos dos
426 servidores. E aproveitamos para entregar a ministra o endosso de mais de 50
427 organizações da sociedade civil em apoio às suas demandas. E agradecemos sua
428 valiosa atenção. Na expectativa de acolhimento e atuação em favor dos servidores e da
429 vida. Obrigado.

430 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
431 Obrigado, João. Próximo, por favor.

432 **A sr^a MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** Antônio, da ANAMMA, vai dividir
433 o tempo com o Marçal.

434 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
435 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR) –** Bom dia, bom dia
436 a todos e todas. Cumprimento a ministra Marina Silva complementando aqui a mesa.
437 Agradecendo a oportunidade de poder estar com vocês hoje aqui nessa plenária do
438 CONAMA e aproveitar também para fazer um convite especial, Ministra. Agora, no
439 próximo dia 26, 27, 28 de março nós teremos o encontro nacional da ANNAMA e estamos
440 aqui convidando a todos, será no Rio de Janeiro, no município de Mangaratiba, no hotel
441 Portobello, município este que estive como secretário de meio ambiente. E gostaria de
442 estar aqui presencialmente convidando a todos para participar desse grande encontro,
443 que vai ser com certeza um debate de política pública municipal, que é onde tudo
444 acontece. Então, eu só pedi licença aqui ao meu presidente para vir aqui saudar a todos
445 e fazer esse convite especial para que todos participem porque vai ser um grande debate,
446 vai ser o maior evento de debate de políticas públicas ambientais municipais da história
447 desse país. O último encontro Nacional da ANAMMA foi em 2016. Foi o 24^o encontro em
448 Campinas. Então, agora vamos estar realizando o 25^o encontro e com certeza será um
449 evento aonde vamos poder discutir, debater sobre cidades resilientes, futuro, memória,
450 inovação, tecnologia. Realmente será um evento ímpar. Nosso presidente Rodrigo
451 Agostinho está convidado. Será no Hotel Portobello, em Mangaratiba, no estado do Rio
452 de Janeiro. Então, passo aqui para dar esse recado, e também com a iniciativa do nosso
453 presidente, cumprimentá-los e convidá-los oficialmente para que participem e estejam

454 atuantes em um evento como esse que vai ser ímpar no nosso país. Muito obrigado a
455 todo.

456 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Bom
457 dia a todos e a todas. Eu uso um óculos transparente, estou vestindo um blazer preto,
458 calça preta, sapato marrom e cinto marrom. Para aquelas pessoas que não podem nos
459 ver. Ministra, Capô, a todos gostaria de agradecer de público a condução do [ininteligível]
460 do CONAMA, Ministra, sob a sua batuta da Marcela e da Mônica na condução da tripartite
461 do CONAMA, na participação efetiva dos municípios nesse momento ímpar que o país
462 está vivendo. Mas venho aqui fazer um pedido. Que o P2R2, o conselho consiga ser
463 implementado para os desastres com produtos químicos. Sabemos que o CONASC já
464 saiu, mas o maior acidente ambiental do mundo é lá na nossa é lá na nossa Alagoas, lá
465 em Maceió, o acidente da Braskem. Estou aqui com o Gino César que é nosso secretário
466 de meio ambiente de Alagoas. E nós precisamos dar uma resposta a sociedade pelo
467 maior acidente ambiental do mundo. Nós estamos cuidando da parte financeira, está
468 cuidando de relocação, mas a laguna onde aconteceu esse acidente está morrendo, está
469 degradada. Precisa de uma política pública efetiva da gestão ambiental conjunta da
470 tripartite conosco. E a outra ação é a Caatinga que eu não consigo parar de vir aqui e
471 dizer que os biomas Serrada e Caatinga estão no estado terminal. Nós precisamos, Capô,
472 efetivamente que sejam implementadas ações dentro dessa área. Então, a todos vocês,
473 reforço o convite para Ministra, Capô e a todos, e vamos fazer novo insight de entregar
474 pessoalmente o convite hoje a todos vocês. Então, muito obrigado. Obrigado, Mauro,
475 pela parceria da ABEMA, a condução da tripartite foi sensacional. Contem a ABEMA
476 conosco, somos parceiros para fazer a mudança chegar aos municípios. Muito obrigado.

477 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** –
478 Obrigado, Marçal. Antes de entramos na sequência da reunião. A Ministra Marina precisa
479 se retirar para outros compromissos. Passo a ela a palavra para que ela possa fazer os
480 comentários finais.

481 **A sr^a MARINA SILVA (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** – Obrigada,
482 Capô. Acho que foi muito importante ouvir aqui um pouco o pinga-fogo, aquelas ações
483 mais de parceria, de colaboração, de confraternização, mas também aquelas questões

484 de mérito que já estão devidamente aqui anotadas, inclusive com demandas para o nosso
485 CONJUR e outras ações que já estão em curso. Obviamente que a gente está fazendo
486 aqui verdadeiros esforços para acelerar vários processos, várias dinâmicas, além de criar
487 novas, não é que são, digamos, a marca dessa nossa gestão após a experiência que
488 vivemos anteriormente, tanto eu como o Capô, e várias pessoas da equipe. Gostaria só
489 de falar especificamente de um ponto que foi trazido. Em relação a questão da
490 valorização da carreira dos servidores do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, isso
491 tem se constituído uma prioridade da nossa gestão, do ICMBio, enfim, de todas as nossas
492 vinculadas e do Ministério, porque desde que chegamos abrimos um canal de diálogo
493 com os servidores. O Ministério do Meio Ambiente foi o primeiro ministério a instalar a
494 mesa de negociação, foi o Ministério do Meio Ambiente com os servidores. Acho que já
495 fizemos mais de 17 reuniões com os servidores internamente, naquilo que são demandas
496 que nós podemos encaminhar e resolver. Inclusive, uma demanda histórica dos
497 servidores que era em relação a questão do plano de integridade para o Ministério do
498 Meio Ambiente. Isso, inclusive, já foi feito, já foi entregue. Temos dialogado através do
499 gabinete direto da ministra, quanto da secretaria-executiva com o Ministério de gestão do
500 governo, com a ministra Esther, em função dessa valorização da carreira. Obviamente
501 que os servidores também fazem o seu próprio Movimento, diretamente nas mesas de
502 negociação. Vocês sabem que são inúmeras carreiras e nós conseguimos fazer com que
503 as 20 primeiras mesas de negociação tivessem o Ministério do Meio Ambiente. Só para
504 ter ideia do nível de prioridade que o governo e o próprio ministério dão a essa agenda.
505 Já tivemos a proposta, que foi apresentada pelos servidores, o Ministério do Meio
506 Ambiente encaminhou para o Ministério da Gestão. Houve uma contraproposta, depois
507 uma segunda contraproposta do Ministério da Gestão. Em que considero que já foram ali
508 estabelecidos alguns avanços, acho que essa proposta ainda está em análise. Ontem
509 teve mais uma reunião do Ministério da Gestão, e mais ou menos duas ou três pessoas
510 da equipe de negociação dos servidores, eu ainda não tenho a informação sobre o
511 conteúdo dessa proposta, vamos provavelmente ter uma reunião com os servidores,
512 tanto eu, quanto o secretário Capobianco. Exatamente porque é uma prioridade.
513 Compreendemos que a política ambiental depende do trabalho dos nossos técnicos, dos
514 nossos funcionários. Já conseguimos chamar a reserva do concurso que já estava

515 realizado quando chegamos aqui em 2023. Já conseguimos realizar o concurso do
516 Ministério do Meio Ambiente. E graças a Deus, que era uma demanda histórica do
517 Ministério, já temos o compromisso de fazer o concurso Do IBAMA, do ICMBio para o
518 ano de 2024. E além de outras questões que estão colocadas na mesa de negociação.
519 O tempo todo temos dialogado, o tempo todo temos interagido com o Ministério da
520 Gestão e Inovação, ao mesmo tempo dialogando com a Casa Civil, já tivemos reuniões
521 que envolveram o Ministério do Meio Ambiente, a Casa Civil e outros ministérios. E o
522 próprio presidente Lula tem sido informado desse esforço porque isso é uma prioridade
523 para o governo. As propostas estão na mesa e sendo debatidas. Agradeço aqui ao nosso
524 querido João de Deus, que foi portal voz de uma demanda em relação ao apoio da
525 carreira de servidores. Isso é uma questão estratégica para o Ministério do Meio
526 Ambiente e sabemos que os bons resultados acolhidos dependem do trabalho, do
527 fortalecimento, das instituições, da valorização econômica, da valorização técnica e da
528 valorização simbólica dos nossos servidores. Obviamente que nós trabalhamos num
529 cenário bastante difícil. Por um lado, nós temos uma exigência em relação à questão de
530 natureza fiscal, de outro, o interesse de que possamos ter uma agenda de atender as
531 demandas dos diferentes setores, das diferentes carreiras do governo. E é dentro desse
532 espaço que a ministra Esther, a ministra Fernando Haddad e a ministra do planejamento
533 têm procurado se mover. Nós sabemos da importância estratégica dessa valorização da
534 carreira e temos trabalhado incansavelmente por ela. E da nossa parte, com certeza,
535 obviamente, que considerando aspectos de natureza em rio, da realidade fiscal e
536 orçamentária, vamos procurar atender da melhor forma possível para que
537 progressivamente os nossos trabalhadores e trabalhadoras possam se sentir valorizados.
538 Havia uma demanda também dos servidores que era da valorização dos servidores na
539 hora da composição do governo. Talvez esse seja o único ministério que 92% dos cargos
540 de confiança são ocupados por servidores. As diretorias do IBAMA, todos por servidores
541 de carreira e uma boa parte das superintendências do IBAMA, por servidores de carreira.
542 Então, é só para dizer, viu, João de Deus, que há essa compreensão, isso é algo inédito
543 e eu acho que, obviamente, os servidores têm o reconhecimento desse esforço, além
544 daquilo que é obrigação. Isso aqui é obrigação. O respeito à Constituição, à liberdade de
545 que cada um possa trabalhar sem assédio, à quantidade de processos que foram feitos

546 no governo anterior por servidores estarem cumprindo com suas funções, é algo
547 assustador. No governo do presidente Lula, os técnicos têm a liberdade de fazer o seu
548 trabalho e são estimulados a fazer o seu trabalho, olhando para as evidências, suas
549 competências técnicas e suas atribuições precípuas. Obrigada, façam uma boa reunião
550 e eu vou ter que me ausentar para as agendas daqui a pouco. Meu secretário Capobianco
551 continua aqui. Obrigada, Capô.

552 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**

553 Muito bem. Sem mais delongas, seguimos aqui. Eu não vou falar muito, apenas
554 lembrando que, rapidamente, eu passo aqui perante todos a manifestação da Cidade
555 Civil em relação à súmula da Iniciativa 5 de 2024 do Governo do Estado de Santa
556 Catarina, do IMA, Instituto de Meio Ambiente Santa Catarina, ao nosso chefe da
557 CONJUR, doutor Daniel, pedindo que faça uma análise e que possa nos subsidiar a
558 responder ao conselheiro João de Deus e ao plenário sobre providências que possam
559 ser adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente a fim de resguardar as competências e a
560 implementação das decisões deste Conselho. Com relação ao Conselho Nacional de
561 Zonas Úmidas, a Comissão Nacional de Zonas Úmidas, informo que nós estamos
562 fechando já uma organização interna no Governo para a reedição e a recomposição da
563 Comissão Nacional de Biodiversidade e também para a recomposição da Comissão
564 Nacional de Zonas Úmidas e deverá entrar e ser convocada para a reunião em breve, já
565 atendendo a demanda que é apresentada também pela representante da Cidade Civil.
566 E, finalmente, com relação a desastres com produtos químicos, a retomada da DP2R2,
567 queria informar ao Conselheiro Marçal que nós, como ele disse, já reclamamos da
568 CONASC que já foi um trabalho importantíssimo realizado pelo Ministério do Ambiente e
569 peço que ele, então, acione diretamente o secretário Adalberto Maluf, secretário de
570 qualidade ambiental no Ambiente Urbano e qualidade ambiental para que ele possa dar
571 os esclarecimentos em relação a essa pauta fundamental e necessária. Com relação ao
572 Cerrado e Caatinga, o nosso secretário da Secretaria Extraordinária de Controle do
573 Desmatamento já teve a oportunidade de informar em outra ocasião, mas eu reafirmo
574 aqui que, por determinação do Plano da República, as equipes do Ministério juntamente
575 com o Conjunto 19 e outros ministérios estão elaborando os planos para todos os biomas.
576 Já lançamos o Plano Amazônia, Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da

577 Amazônia, já lançamos o Cerrado, estamos agora elaborando para os demais biomas,
578 então, em muito breve, nós teremos o Plano da Caatinga, assim como o Mata Atlântica,
579 Pampas e Pantanal. Então, isso está tudo em elaboração, esperamos ter isso em breve.
580 Mas independentemente disso, as ações no Cerrado já estão em pleno andamento,
581 inclusive, como foi informado aqui pela ministra, com vários procedimentos no curto
582 prazo, para inclusive envolver os governos estaduais. Essa é uma questão central, faz
583 parte da política do governo Presidente Lula, de fazer uma articulação que envolva
584 estados, municípios, sociedade, para um pacto pelo desmatamento zero. Vocês sabem
585 que a meta estabelecida pelo presidente é desmatamento zero até 2030, o que implica
586 que nós, até 2006, enquanto ainda podemos estar por aqui, porque a gente nunca sabe
587 até quando vai estar no governo, vocês sabem disso, mas enquanto estivermos, lembra,
588 nós temos que entregar o melhor resultado possível, tendo em vista que o Brasil já é
589 capaz de chegar em 2030 com desmatamento zero. Então, dando sequência, então, à
590 pauta, eu queria informar ao plenário que o CIPAM aprovou, em sua última reunião, a
591 proposta de resolução CONAMA para o manejo florestal sustentável da Caatinga. Viu,
592 Marçal? Já, desculpa, a admissibilidade. Já te dando o informe sobre o tópico que você
593 trouxe, mas o CIPAM aprovou a admissibilidade, como bem lembra o Marcelo, da
594 resolução CONAMA para o manejo florestal sustentável da Caatinga, que é um dos
595 elementos centrais para reverter os processos de inovação do bioma e que, em breve,
596 após a tramitação na Câmara Técnica específica, esse plenário vai ter oportunidade de
597 se debruçar sobre ela. Na sequência, estamos lá, então, na hora do dia e estamos agora
598 aqui, nós temos dois pontos na hora do dia. O primeiro é a proposta de alteração do
599 regimento interno, apresentado pelo grupo assessor para a revisão do regimento, e o
600 segundo item é o requerimento de tramitação em regime de urgência, que envolve a
601 proposta de alteração da resolução CONAMA 491-2018. Então, nós temos esses dois
602 itens de pauta e nós estamos, nesse momento, portanto, abertos a eventuais
603 apresentações de propostas de retirada de pauta, inversão de pauta, requerimento de
604 urgência por escrito, propostas de moção, recomendações por escrito nessa ordem. Há
605 alguma questão? Então, vamos dar início de imediato ao primeiro item, proposta de
606 alteração do regimento interno, apresentado pelo grupo assessor para a revisão do
607 regimento. Lembrando que o regimento interno do CONAMA foi aprovado em bloco e

608 restaram dois questionamentos, duas questões que foram trazidas ao plenário na ocasião
609 da aprovação. O primeiro questionamento de parte da Confederação Nacional da
610 Indústria, que questionou a eventual sobreposição entre a Câmara Técnica de Qualidade
611 Ambiental e a CONASC, a que me referi agora, no que toca à gestão de substância
612 química. E o outro questionamento foi, na ocasião, apresentado pelo Ministério da
613 Agricultura e Pecuária, o MAPA, que questionou a inclusão do tema bem-estar animal e
614 a eventual sobreposição com suas competências no tema bem-estar de animais de
615 produção. Isso foi, então, encaminhado ao grupo assessor, que analisou os
616 questionamentos, solicitou o parecer da CONJUR, e passa, portanto, a apresentar, traz
617 ao plenário, os encaminhamentos a partir desta... Avaliando esses dois pontos que
618 ficaram destacados na aprovação do regimento, que está em vigor, sujeito a esses dois
619 pontos de revisão. Nós temos aqui, a Marcela me informa, nesse tópico, já a inscrição do
620 conselheiro do Ministério da Agricultura e Pecuária. Senhor conselheiro, por favor, com
621 a palavra. Se houver mais alguma inscrição, estamos aqui aguardando uma inscrição,
622 por favor. Então, conselheiro do MAPA, com a palavra. Você vai tratar especificamente
623 do item A que diz respeito ao regimento interno do CONAMA, correto? Conselheiro, por
624 favor.

625 **O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**
626 **Pecuária – MAPA) –** Bom dia a todos. Bom dia, secretário Capobianco. Bom dia,
627 Marcela, Daniel. O MAPA, na reunião número 139, colocou aqui alguns pontos com
628 referência especificamente à temática do bem-estar animal, como o secretário
629 Capobianco falou. O grupo assessor fez as suas revisões e encaminhou para todos nós
630 aqui as suas conclusões, com um parecer jurídico, inclusive, e ele foi analisado também
631 pela consultoria jurídica junto ao Ministério da Agricultura. E a gente tem um
632 entendimento, aquela consultoria, aquela membro da AGU junto ao MAPA, teve um
633 entendimento diferente. Então, devido a isso, secretário, eu queria pedir vistas a esse
634 ponto específico da pauta, para que a gente tenha tempo de trazer para cá depois um
635 mais elaborado, ok? Eu não me identifiquei, Pedro Neto, representante do Ministério da
636 Agricultura e Pecuária.

637 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
638 Muito bem. Então, atendendo o direito regimental que confere aos conselheiros o direito
639 de pedir vista, está concedido o pedido de vista, e esse assunto, então, volta para análise
640 na próxima Reunião Ordinária do CONAMA, para deliberação. E passamos ao item B,
641 requerimento de segmentação em regime de urgência...

642 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultoria Jurídica do Ministério**
643 **do Meio Ambiente e Mudança do Clima – CONJUR-MMA) –** A ideia, com a entrega da
644 sugestão do grupo assessor dessa proposta final, que vai ser objeto de uma análise pelo
645 Ministério da Agricultura, era encerrar os trabalhos do grupo assessor. Então, creio que
646 seja prudente que a gente aguarde a manifestação do Ministério da Agricultura para
647 poder se pronunciar, analisar, se pronunciar, já que ali a gente tem a representação de
648 todos os setores.

649 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Eu
650 entendo que, uma vez que o tema não se esgotou, ou seja, nós, com o pedido de vistas
651 do conselheiro do MAPA, nós não vamos deliberar definitivamente sobre essa questão
652 nesta reunião. Portanto, permanece esse tema em aberto para apreciação do plenário,
653 que é quem, em última instância, tomará a decisão. E, portanto, nós vamos,
654 naturalmente, manter o grupo assessor, para que o grupo assessor possa, então, trazer
655 as suas conclusões na próxima reunião do CONAMA, a partir do posicionamento e das
656 informações e posicionamentos que venham a ser trazidos pelo MAPA, que serão
657 avaliados pelo conselho assessor e que trará esse plenário para deliberação. Então, está
658 mantido o grupo assessor para dar sequência a esse trabalho. Com certeza. Bem
659 lembrado, para não surgir nenhum risco de descontinuidade, mantido o grupo assessor.
660 Conselheiro, é um minutinho só. Eu tinha o conselheiro da ANAMMA inscrito. Microfone,
661 por favor, justifique, por favor.

662 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
663 Marçal Cavalcanti, ANAMMA. Eu peço vista conjunto, porque isso tem, na reunião
664 passada, a Vanessa, da Causa Animal fez uma indagação sobre esse mesmo item e a
665 ANAMMA pede vista por conta disso.

666 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) – Ok.**
667 Então, conselheiro, vistas ao conselheiro do MAPA e ao conselheiro da ANAMMA. Por
668 favor, Zuleica. Esse assunto não está em debate, então, só para esclarecer que, se for
669 de conteúdo sobre esse tema, se terá oportunidade de fazer isso na próxima reunião do
670 CONAMA. Não está em debate esse tema.

671 **A sr^a. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de**
672 **Araucária - AMAR) –** Não, é um questionamento apenas. É que tem também um outro
673 parecer jurídico sobre a inclusão de substâncias químicas que não tem nada a ver com
674 o bem-estar animal, que acredito que seja o objetivo do pedido de vista. Eu pergunto, não
675 vamos continuar discutindo, porque o senhor retirou de pauta.

676 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
677 Não, não foi eu que retirei, foi o conselheiro que retirou e eu apoiei.

678 **A sr^a. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de**
679 **Araucária - AMAR) –** Mas, ao pedir vista, não pode continuar a discussão sobre
680 substância química, pelo menos?

681 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
682 Não, eu acho que é uma questão de economia de tempo e de eficiência dos trabalhos.
683 Vamos tratar do conjunto na próxima reunião.

684 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultoria Jurídica do Ministério**
685 **do Meio Ambiente e Mudança do Clima – CONJUR-MMA) –** Só para fazer uma
686 explicação. Tanto a questão da possível interface entre CONASC e a nossa Câmara aqui
687 do CONAMA, quanto a questão da interface de bem-estar animal com a competência da
688 alçada do MAPA, elas resultaram em uma sugestão de um dispositivo, ambas, de um
689 mesmo dispositivo, genérico. Então, acho que não vale, de fato, apenas a gente discutir
690 de forma dissociada, porque uma pode repercutir na outra.

691 **A sr^a. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de**
692 **Araucária - AMAR) –** Não, a minha preocupação é que, como a CNI que propôs a

693 retirada, e ela não se manifestou aqui, ela pode pedir vista na próxima. Eu não sei se o
694 regimento permite, o que não seria uma economia de tempo.

695 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
696 Não, não, nós estamos...

697 **A sr^a. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de**
698 **Araucária - AMAR) –** É só uma vez o pedido de vista? Sim. Ah, está bem. Então, não
699 houve... Acho que a CNI não está se contrapondo, então, à inclusão de substância
700 química, então, não vou pedir vista nesse caso. Ok? Obrigada.

701 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** está
702 bom. Obrigado, conselheira. Então, podemos passar para o próximo item, se não tiver
703 mais nenhuma manifestação. Vamos a entender, da agenda da ordem do dia,
704 requerimento de tramitação e regime de urgência da proposta de alteração da Resolução
705 491-2018. Esse pedido é feito pelo Ministério do Meio Ambiente. Quem é que vai
706 encaminhar esse pedido, formalmente? Por favor, passe, então, ao conselheiro Alberto
707 Maluf, Secretário de Qualidade Ambiental e Ambiente Urbano, para apresentar a
708 justificativa de solicitação de inclusão, de tramitação e regime de urgência da alteração
709 da Resolução 491. Por favor, secretário.

710 **SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Secretário - Secretaria Nacional de Meio**
711 **Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental) –** Olá, bom dia a todos. Bem, eu acho que
712 a gente não precisa conversar muito sobre a importância do tema da qualidade do ar, o
713 impacto que a gente tem em relação a mortes, qualidade de vida e tudo mais, mas só
714 vou destacar que, na semana passada, durante a UNEA, Assembleia Geral da ONU para
715 o Meio Ambiente, uma resolução patrocinada pelo Brasil, junto com os Estados Unidos,
716 Canadá, Reino Unido, Chile e Japão, aprovou a resolução sobre a gestão de qualidade
717 do ar, trazendo para dentro do debate das mudanças climáticas o tema de qualidade do
718 ar. Até hoje, infelizmente, só 1% do recurso internacional que vai para o clima vai para a
719 qualidade do ar, mas são duas agendas extremamente integradas, e nós temos, em
720 função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a partir de uma ação direta de
721 inconstitucionalidade feita pela PGR em 2022, essa demanda para que o CONAMA

722 revisasse, em 24 meses, a Resolução 491, na medida que o Supremo considerou que a
723 resolução antiga, embora trouxesse avanços, ela não cumpria alguns preceitos
724 constitucionais de transparência, de garantias relacionadas à saúde humana e
725 preservação do meio ambiente, e urgiu o CONAMA para que pudesse colocar prazos e,
726 de alguma maneira, melhorasse a eficácia dessa medida. Nós tivemos ação em
727 admissibilidade concedida pelo CIPAM, a Câmara Técnica criou um grupo de trabalho,
728 ontem e anteontem ficamos dois dias presenciais lá no Ministério, de 9h da manhã às
729 18h da tarde, com todos os presentes. Tivemos grandes avanços em relação ao texto de
730 uma minuta de propostas para essa resolução. Nós sabemos que é uma matéria difícil,
731 é uma matéria que impacta todos os estados brasileiros, é uma matéria que impacta as
732 indústrias do Brasil, impacta a fonte de emissão móvel. Nesse processo a gente buscou
733 muitos apoios para nos garantir do ponto de vista científico, então conseguimos o apoio
734 da EDF para fazer uma estratégia nacional do desenvolvimento da rede de
735 monitoramento, aprovamos semana passada na UNEA quatro projetos, um para fazer
736 um plano nacional de poluentes climáticos de vida curta, um primeiro inventário nacional
737 de emissão de fontes fixas, atualização do inventário nacional de fontes móveis, um plano
738 nacional de redução da emissão de metano da agricultura, que é liderado pelo MAPA,
739 um outro plano de redução de metano de resíduos, coordenado pelo nosso time. Então,
740 com todos esses apoios internacionais, a gente acredita hoje que a matéria está
741 ganhando maturidade. O pedido de aprovação de urgência não é porque a gente acha
742 que o texto está maduro ou que a gente quer reduzir o debate, muito pelo contrário. A
743 gente sabe que daqui até agosto, que é quando essa matéria deverá vir para a votação
744 do plenário, ainda tem muita coisa que precisa ser feita. Em função do pedido da ABEMA
745 e de alguns estados, a gente contratou a Universidade Federal de Santa Catarina para
746 fazer modelagens em relação à poluição do ar e o efeito de políticas públicas que possam
747 ser feitas para atingir a redução da emissão. Anteontem e ontem, a Federal de Santa
748 Catarina já apresentou um pouco desses esforços. Acho que eles reduziram um pouco
749 da preocupação de uma boa parte dos atores envolvidos nesse processo. Eu acabo de
750 sair aqui do IBAMA, está tendo o planejamento estratégico do DIQUA. A gente acabou
751 de confirmar que a gente vai ter a conversão de multas do IBAMA para a compra das
752 estações de monitoramento da qualidade do ar dos 11 estados que ainda não têm.

753 Começamos aqui na região centro-oeste e nordeste, junto com a região norte. O governo
754 também quer ajudar os estados que não fizeram o plano de controle das poluições
755 atmosféricas e o plano de episódios críticos, para que a gente acabe do ponto de vista
756 de todos esses desafios.

757 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
758 Secretário, eu queria que você atentasse... Perfeito, muito importante, mas que em
759 relação à justificativa para tramitação em regime de urgência, que é o tema que vai ser
760 deliberado pelo plenário, por favor.

761 **SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Secretário - Secretaria Nacional de Meio**
762 **Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental) –** Então, como o Supremo deu esse prazo,
763 e o prazo para essa atualização é setembro desse ano, e se o CONAMA não se
764 manifestar até lá na atualização, a gente estaria em uma situação muito ruim, onde a
765 decisão do Supremo fala que a gente teria que automaticamente usar o padrão final da
766 OMS, e, obviamente, isso geraria um caos em uma boa parte dos estados, que já atrelam
767 licenciamento ambiental ao tema da qualidade do ar. Então, o regime de urgência não é
768 para atropelar debates. A gente vai continuar tendo os debates. O grupo de trabalho
769 encaminha para a Câmara Técnica. Vão ter quantas reuniões forem necessárias. A gente
770 sabe que é sociedade civil. A gente sabe que os estados ainda têm várias preocupações
771 que precisam ser endereçadas. As questões financeiras, como eu estava comentando, o
772 Ministério assume para si essa responsabilidade de trazer o recurso com conversão de
773 multa do IBAMA. Então, a gente acha que é importante aprovar esse regime de urgência,
774 porque, se não tiver o regime de urgência, um ou outro ator e conselheiro aqui do
775 CONAMA pode pedir a retirada de pauta lá em agosto. Aí, a gente ficaria numa situação
776 que não é boa para ninguém. Por isso, é importante que a gente tenha esse compromisso
777 de debater, dentro do prazo que o Supremo nos deu. O processo que a gente vem
778 conduzindo ali, imagino que esteja com bastante transparência. Todo mundo vem
779 elogiando bastante o processo de oitiva com todos os atores. Então, para a gente, é
780 extremamente importante que a gente possa aprovar hoje esse regime de urgência, para
781 ele debater em quantas reuniões forem necessárias na Câmara Técnica, passar pela
782 Câmara Jurídica e poder, já em junho, na reunião do CONAMA, fazer uma atualização

783 do tema, mas trazer para a votação final logo em agosto. Então, gostaria de pedir a todos,
784 o Regimento Interno fala dessa justificativa, como a gente mandou por escrito, para que
785 caia em votação.

786 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
787 Agradeço muito os seus esclarecimentos. Pediria que consulta ao plenário se há algum
788 conselheiro com dúvidas em relação a isso, ou que tenha um posicionamento divergente
789 em relação à proposta de determinação do regime de urgência da alteração da Resolução
790 491 de 2018, conforme a que foi sobejamente esclarecido, enfaticamente esclarecido,
791 pelo nosso enfático conselheiro Adalberto Maluf. Bom, e não havendo nenhum pedido de
792 esclarecimento, nenhum questionamento. Eu passo a votação da proposta. Pois não.
793 Você tem alguma questão? Tem que ser no microfone, alguma questão que você tiver.
794 Mas pode ir ao microfone e parabenizar o trabalho. Nós não precisamos usar microfone
795 só para criticar o trabalho. Por favor. Microfone para tudo e para todos.

796 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Representante do Estado do**
797 **Amazonas) –** Comentávamos agora a pouco ali, e agradecer e parabenizar o trabalho
798 que tem sido conduzido, ainda mais num tema que afeta diretamente estados,
799 municípios, sociedade civil, e parabenizar também pela estratégia. A gente tem sido
800 amplamente ouvido, debatido, e a condução tem sido, no espírito democrático, poucas
801 vezes vista, do ponto de vista, quando se trata de assuntos tão especiais e tão afeitos à
802 complexidade da sua aplicação. Então, só para deixar o registro e parabenizar
803 novamente pela oportunidade, o engajamento de todos nessa importante discussão.
804 Pronto, registrado, Capô.

805 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
806 Muito obrigado, conselheiro. Muito bom. Bom, é isso o posto, e não havendo mais
807 ninguém inscrito, não tem ninguém inscrito, então, vamos passar à votação do item B da
808 ordem do dia da 141ª Reunião Ordinária do CONAMA, que trata da aprovação da
809 tramitação em regime de urgência da proposta de alteração da resolução CONAMA 491-
810 2018. Aqueles que forem contrários a esse regime em tramitação em regime de urgência,
811 por favor, se manifestem. Aqueles que se abstiverem em relação a essa votação, por
812 favor, abstenções. Então, considero que... Bom, vamos à aprovação. Aqueles que

813 aprovam, se manifestem também, que sempre me lembro que tem que ter para registro
814 a aprovação. Então, está aprovada a tramitação em regime de urgência da proposta de
815 alteração da resolução CONAMA 491-2018. Agradeço a todos o apoio e parabenizo a
816 Secretaria de Meio Ambiente, Urbano e Ambiental e a Câmara Técnica específica pelo
817 encaminhamento do trabalho. Muito bem, com esse ponto, com a retirada de pauta do
818 item A e com a aprovação do item B, nós encerramos a ordem do dia de forma
819 extremamente rápida e produtiva e passamos para discussão, discussões de temas
820 relevantes da agenda ambiental e também de informes. Todos receberam com
821 antecedência a inclusão na pauta de cinco itens, quatro itens inseridos por serem itens
822 de altíssima relevância para a pauta e que seria muito importante que os conselheiros
823 tivessem conhecimento desses procedimentos e pudéssemos aqui recepcionar
824 contribuições deste plenária sobre os temas que serão apresentados. Antes de passar
825 para esse ponto, eu gostaria de... Existe uma inscrição, é isso? Existe a inscrição da
826 conselheira Daniela WWF, mas antes disso, eu gostaria apenas de trazer aqui uma
827 solicitação feita pelos representantes da sociedade civil a respeito do papel do CIPAM,
828 das atribuições dadas ao CIPAM, no que diz respeito à discussão da Agenda Nacional
829 do Meio Ambiente. Então, há aqui uma solicitação de que se faça um reforço desse papel.
830 Eu vou pedir para que a conselheira Muriel, que nos encaminhou esse documento, possa
831 fazer uso do microfone. Conselheira Daniela, me dê licença, depois eu passo para você,
832 mas primeiro a senhora Muriel, porque ela trouxe alguns argumentos muito importantes
833 para reforçar essa tramitação da Agenda Nacional do Meio Ambiente. Eu gostaria que
834 ela pudesse, ela mesma, apresentar para os senhores e senhoras. Por favor, conselheira.

835 **A sr^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Nós
836 consideramos... Bom, antes eu queria só fazer uma pequena sugestão. Você falou que a
837 CONABIL e o Comitê das Zonas Úmidas vão ser retomados. É que eles utilizam o CNEA
838 como base para fazer as suas eleições e não inventar um novo cadastro, porque ninguém
839 mais aguenta ficar se cadastrando 300 vezes dentro do mesmo Ministério. Então, é uma
840 pequena sugestão e obrigado por responder tão rápido a essa demanda. Com relação à
841 questão dos destaques que foram feitos para a Agenda Nacional do Meio Ambiente, na
842 última plenária, ficou muito claro, dentro daquilo que a plenária tomou como decisão, de
843 que o CIPAM seria o lócus onde essas propostas seriam discutidas, arredondadas para

844 voltar para cá. E foi determinado pela plenária que todos aqueles que fizeram destaques
845 encaminhasssem suas sugestões e justificativas e isso só foi feito em parte. Uma parte
846 dos atores sociais não fez isso. A segunda coisa é que o CIPAM, de certa forma, não
847 acatou aquilo que a plenária deu a ele como responsabilidade, que era de fazer essa
848 discussão, que está muito clara, inclusive, nas competências do nosso regimento interno.
849 Compete ao CIPAM, sem prejuízo das atribuições dos conselheiros e das competências
850 do plenário, elaborar e submeter ao plenário a Agenda do CONAMA e elaborar e
851 submeter ao plenário a Agenda Nacional do Meio Ambiente. Então, eu fiz os grifos, são
852 duas agendas e isso inclui todos os destaques que foram feitos e não somente manda
853 para lá e depois o plenário discute. Até para ganhar o nosso tempo de plenário e fazer
854 funcionar aquilo que nós mesmos, em plenário, decidimos, o nosso entendimento é que
855 o papel do CIPAM seria organizar os textos dos destaques com sugestões de redação
856 encaminhados pelos setores e conselheiros que as fizeram, buscar consenso nas
857 redações sempre que possível, identificar os destaques para os quais não houve
858 consenso possível entre os setores, colocando claramente as diversas sugestões em
859 conflito e trazer as propostas, consensualidades ou não, de forma organizada e com
860 todas as arestas possíveis aparadas para apreciação desse plenário. A gente sabe que
861 uma parte dos destaques não receberam nem sugestão por quem os levantou. O CIPAM
862 não exerceu o papel mediador que foi delegado pela plenária e, tendo em vista que os
863 diálogos que não envolvem todos os setores, sem ter um lócus formal, são passíveis de
864 contestação pelos não envolvidos, a gente sugere que se explicite novamente o papel do
865 CIPAM na busca de propostas mediadas para que os destaques voltem a plenário mais
866 consensualizados possíveis, como foi feito com a parte da agenda que já foi aprovada.
867 Que se peça aos setores e conselheiros que não trouxeram as sugestões de redação ou
868 justificativas de exclusão de propostas, que façam o encaminhamento ao SISNAMA e
869 aos representantes nos próximos 15 dias, isso é até 20 de março, e considerando que
870 isso é uma liberalidade e não uma obrigação, já que o prazo terminou em 30 de
871 novembro. Como é nosso interesse que essa agenda funcione, a gente sugere essa
872 liberalidade. Que uma reunião do CIPAM seja chamada para 4 de abril, isso é com os 15
873 dias dados de tempo e um pouquinho mais de tempo para que a equipe do SISNAMA
874 possa sistematizar esse material, disponibilizando as informações que chegaram até o

875 dia 20 de março e convidando os autores dos destaques a se fazerem presentes para
876 melhor defesa dos seus pontos de vista, porque nem todos estão no CIPAM. Que as
877 propostas de consenso e os dissensos, juntamente com a explicitação das divergências
878 e as propostas conflitantes de redação, sejam levadas para a 142ª Reunião Ordinária ou
879 para uma reunião extraordinária ser convocada antes, caso isso aconteça. E que, caso
880 não haja um envio de sugestão de redação ou justificativa de exclusão até 20 de março,
881 se entenda que houve desistência do destaque feito para que não se possa usar desse
882 subterfúgio para impedir o plenário de tomar a decisão que a ele pertence. Essa é a
883 posição da bancada da sociedade civil.

884 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
885 Muito obrigado, Muriel. Acredito que o que foi feito aqui nesse momento é apenas nos
886 lembrar de um compromisso assumido na última, na plenária, aliás, que discutiu esse
887 tema. E, portanto, nós vamos seguir a adotar essas recomendações, porque, na
888 realidade, não há nenhuma nova proposta aqui que não seja a de fazer valer o que o
889 plenário decidiu na ocasião. As únicas inovações trazidas pelos representantes dos
890 conselheiros da sociedade, os representantes da sociedade civil, tratam de datas. Então,
891 eles estão propondo uma data do dia 4 de abril para que se possa deliberar sobre isso.
892 Então, nós vamos checar se vai ser 4, 5, ou seja, essa é uma questão de ajuste entre os
893 conselheiros. Vou pedir para que a nossa diretoria executiva organize isso. Mas nós
894 vamos atender e definir o prazo de 20 de março, que seria o prazo para apresentar por
895 escrito, como foi deliberado pelo plenário, foi uma exigência aprovada pelo plenário, de
896 que apresente por escrito as propostas de ajuste na agenda ambiental com as devidas
897 justificativas para que o CIPAM possa se reunir com base em material colocado de forma
898 clara e documentada e possa, com isso, deliberar e, de fato, encerrar essa tramitação da
899 agenda. Conselheiro Rodrigo, lembrando que nós não estamos abrindo a deliberação já
900 tomada na reunião.

901 **SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (Confederação nacional da**
902 **Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA)** da Senhor presidente, senhores conselheiros,
903 eu só queria, Capobianco, fazer uma observação aqui como membro do CIPAM. Muriel,
904 eu entendo a sua reclamação, vamos dizer assim, de que não houve a deliberação lá no

905 CIPAM. O que aconteceu lá na reunião do CIPAM é o seguinte, houve uma decisão por
906 unanimidade de que o CIPAM não é uma instância revisora de decisões. O CIPAM tem
907 uma atribuição precípua, que é o quê? É verificar a admissibilidade e a pertinência das
908 propostas que sejam encaminhadas ao CIPAM. No caso especificamente da Agenda
909 Nacional do Meio Ambiente, uma das suas atribuições é desenhar uma minuta. Aquilo foi
910 feito e veio para o plenário. Depois, no plenário, houveram os destaques. Nós
911 entendemos que o CIPAM não é uma instância revisora de assuntos que venham a ser
912 discutidos no plenário. Por isso, por unanimidade, foi decidido o quê? Que todos aqueles
913 destaques fossem selecionados e encaminhados ao Conselho, tendo em vista que a
914 agenda em si é um tanto ampla. Então, nós entendemos que, do ponto de vista
915 regimental, embora o plenário tenha feito uma decisão de reencaminhamento ao CIPAM,
916 no regimento essa atribuição não existe. Até porque, se assim fosse, o que foi também
917 levantado por vários conselheiros lá, é que cada vez que o plenário eventualmente
918 modificasse um texto que passou pelo CIPAM em um determinado formato, poderíamos
919 abrir um precedente que não consta no regimento e que tudo que teria que voltar é para
920 lá. E essa não é a função do CIPAM, é receber de volta matérias cuja pertinência e
921 admissibilidade, que são os dois pontos que nós temos obrigação legal de apreciar.
922 Então, não se trata nem de pertinência e admissibilidade, porque aquilo já foi. E outra
923 coisa, qual seria o papel do CIPAM, vamos dizer que nós resolvêssemos acatar todos os
924 destaques. Quer dizer que nós estamos substituindo o plenário, ou que nós rejeitássemos
925 os destaques, disséssemos esses destaques na nossa posição, como membros do
926 CIPAM eles são impertinentes, vamos dizer assim. Então, do ponto de vista regimental,
927 não existe nenhuma previsão de retorno ao CIPAM de assunto nenhum, nenhum. Então,
928 não volta nenhum tema lá. Ou ele é rejeitado ali, porque podemos entender que aquela
929 competência não é do CONAMA, ou ele segue, e daí as câmaras técnicas, câmaras
930 jurídicas, etc. e tal. Segue no tema regimental. Só esse esclarecimento que eu gostaria
931 de fazer, porque a gente participou da reunião e a decisão foi por unanimidade. Obrigado.

932 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
933 Obrigado, conselheiro. Bom, primeiro que o senhor teria sido muito importante se esses
934 argumentos todos fossem colocados no dia que o plenário se reuniu e deliberou sobre
935 isso. Naquele momento o senhor não colocou as questões e permitiu que o plenário

936 deliberasse de forma diversa e o plenário já deliberou. Então, nós não estamos discutindo
937 essa deliberação do plenário. Primeiro ponto, só um minutinho, um minutinho. Segundo
938 ponto, pode sentar, por favor, conselheiro. Segundo ponto, o senhor colocou que cabe
939 ao CIPAM analisar a admissibilidade de resolução do CONAMA. O senhor está
940 enganado, o senhor está enganado. Cabe ao CIPAM elaborar e submeter, até a última
941 reunião anual do CONAMA, agenda para o ano seguinte e elaborar e submeter ao
942 plenário, até a última reunião anual ordinária, a agenda nacional do meio ambiente para
943 o ano seguinte. Muito bem. Um minutinho, conselheiro, por favor. O CIPAM fez esse
944 trabalho, trouxe ao plenário. Alguns conselheiros apresentaram propostas de alteração,
945 retirada e mudança, que poderiam ter sido esgotadas na reunião do CONAMA. No
946 entanto, o plenário, com a presença dos integrantes do CIPAM, inclusive esse que vos
947 fala, aceitaram o encaminhamento de que seria mais produtivo que, já que o CIPAM e ou
948 responsável em apresentar a proposta ao plenário, os conselheiros acharam por bem
949 solicitar que o CIPAM recolhesse essas propostas de ajuste, fizesse o arredondamento
950 do ponto de vista do que é que está sendo proposto, organizasse as propostas e
951 trouxesse para a deliberação do plenário. Ninguém deu ao CIPAM o poder de decidir a
952 agenda. O que se pediu é que o CIPAM, como a instância responsável estatutariamente,
953 regimentalmente, em propor a agenda, que o CIPAM pudesse reorganizar os pontos de
954 destaque, que assim será feito, assim foi deliberado. O que os conselheiros da Sociedade
955 Civil trouxeram aqui foi apenas uma lembrança, e, na verdade, eu recebo isso como um
956 puxão de orelha a quem preside o CIPAM, de que nós não fomos efetivos em cumprir a
957 decisão do plenário. Então, esse assunto volta ao CIPAM, como foi deliberado pelo
958 plenário, não para deliberar, não para decidir por sobre o plenário, mas para organizar
959 isso para que venha para a reunião e seja mais produtivo. Apenas isso foi a proposta.
960 Então, eu pediria que o senhor, já que, na ocasião em que o plenário deliberou, o senhor
961 não colocou essa questão que, eventualmente, poderia levar o plenário a tomar um outro
962 encaminhamento, mas o senhor presente concordou com o encaminhamento, eu pediria
963 que nós seguíssemos isso, não polemizássemos. Porque o que os conselheiros fizeram
964 aqui foi apenas pedir para que a gente implemente aquilo que foi combinado entre todos
965 nós e não abrir uma margem de polêmica aqui e agora. Então, eu pediria que o senhor
966 pudesse aquecer e reconhecer que, em um momento oportuno, não trouxe essa

967 observação e permitiu que o plenário deliberasse. E, portanto, eu não queria polemizar
968 nesse momento. E nós vamos manter a decisão do plenário.

969 **SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (Confederação Nacional da**
970 **Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA)** – Senhor presidente, desculpe a polêmica,
971 mas a questão aqui é de esclarecimento. Foi decidido lá, na reunião, que a secretaria do
972 CONAMA iria organizar todos os destaques, as sugestões e as justificativas e
973 encaminhado ao plenário. Eu acredito que isso tenha sido feito. Ao CIPAM, mas foi feito.
974 Isso foi decidido lá na reunião, que fosse sistematizado por item, tudo isso. Então, na
975 verdade, essa tarefa foi efetivamente cumprida, certo? Então, a parte que nos cabia, não
976 sei se a Marcela estava na reunião, essa parte foi efetivamente cumprida. Então, nós
977 voltaremos para lá e vai voltar a parte sistematizada com os destaques da forma como
978 foi feito.

979 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – É
980 isso, mas é exatamente isso. Exatamente isso. O que... Só um minutinho. Não, não, não,
981 desculpe. Só um minutinho. Só um minutinho, Muriel. Conselheira, não é isso. O que o
982 conselheiro está dizendo, vamos ver se chega no entendimento aqui, está certo? O que
983 o plenário decidiu? O que o plenário decidiu não é que o CIPAM faça julgamento de
984 mérito das propostas. É que seja organizado, de fato é competência de a Secretaria
985 Executiva organizar tudo o que recebeu, preparar tudo, passar para o CIPAM, o CIPAM
986 diz: “Tudo bem, é isso aqui, manda para o plenário e o plenário vai deliberar.” Agora, o
987 CIPAM, o que é mais do que isso? Você quer explicar o que é mais do que isso? Vamos
988 ver como é que a Marcela faz uma sugestão, por favor. Eu sinto que a gente não deve
989 polemizar muito esse assunto, por favor.

990 **A sr^a MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Muriel, a minha sugestão é a
991 seguinte, eu acho que agora tem uma atribuição do SISNAMA, tiveram algumas redações
992 que ainda não foram fechadas, que são sugestões novas, mas que têm duas ou três
993 visões diferentes. O que a gente vai fazer é reunir essas propostas, devolver ao CIPAM
994 de forma sistematizada para encaminhamento ao plenário. Então, que o CIPAM tenha
995 um olhar sobre essas propostas sistematizadas para ver se está de acordo antes da

996 próxima plenária. Eu acho que isso resolve o papel do CIPAM e a forma de
997 encaminhamento.

998 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
999 Veja bem, em qualquer circunstância, vamos ver se a gente consegue ajustar isso. Por
1000 favor, conselheira.

1001 **A sr^a MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Bom dia, Mauren,
1002 secretária de Minas e de Mato Grosso. Eu também participei da reunião do CIPAM e,
1003 assim, não vou polemizar, apesar de divergir um pouco da posição da Muriel, do que foi
1004 apresentado, em entender que nós sempre trabalhamos num espaço democrático, em
1005 todas as decisões, e lá o que se foi discutido por unanimidade é que, na clareza de tentar
1006 aplicar da melhor forma o regimento interno e garantindo que todas as propostas venham
1007 para a plenária, se ficou definido que isso seria totalmente sistematizado para dar a
1008 clareza e de que a plenária faria a votação do melhor texto. Inclusive, essa situação
1009 adicional, se tentar ajustes entre entidades que fizeram propostas semelhantes do
1010 mesmo item, contextos diferentes, pudesse ser feito aqui, porque, de qualquer forma, é
1011 a plenária quem vai acabar tendo que votar e decidir. E, assim, presidente, nós todos
1012 estamos sobrecarregados com tarefas, todos. Aqueles que fizeram a proposição, eles já
1013 deixaram claro o seu posicionamento. O que ficou ajustado ao final do CIPAM é que
1014 deveria ser um documento melhor estruturado, que as informações estavam ali, de tal
1015 modo que pudesse voltar para cá com a orientação que foi dada do CIPAM. Eu só
1016 realmente não compreendo, não entendo que esteja na clareza do regimento, ou que
1017 tenha ficado tão detalhado, que essa tarefa de fazer ajustes entre uma instituição A e
1018 instituição B tenha que ser feita lá. Basta nós retratarmos o que foi feito no anterior. Isso
1019 não vai esgotar o tema. Então, nós também trabalhamos com o tempo que nós temos. E
1020 é difícil mesmo, porque nem todas as instituições estão lá. Agora, me preocupa uma
1021 sugestão adicional de tolher, se não participar ou se não apresentar uma proposta, que
1022 eventualmente isso não possa vir para a plenária. Eu acho que isso não é pertinente, não
1023 sei se a gente tem que chegar nesse extremo. Então, seguindo o que foi definido lá pelo
1024 próprio CIPAM, que, a meu ver, não difere do encaminhamento que foi feito da plenária.
1025 Talvez possa haver, do ponto de vista formal, uma orientação distinta. Eu entendo que

1026 pode haver os destaques, podem haver reuniões, que foi combinado no CIPAM, isso
1027 ficou registrado, que seriam feitas reuniões entre as entidades para que elas pudessem
1028 vir para a plenária alinhadas. Agora, dizer que essa obrigação tem que acontecer com
1029 esse rigor, parece até que nós estamos conduzindo de uma forma distinta. E o CIPAM
1030 votou por unanimidade. Então, acho que a sua tarefa é importante, de tentar conduzir
1031 isso de tal modo que a orientação da plenária continue sendo cumprida, mas que não
1032 gere um engessamento e um rigor formal, que nem é o objetivo, nem está no regimento
1033 interno. Então, são só essas contribuições, o que não tem prejuízo. Inclusive, acho que
1034 as maiores contribuições que existem em duplicidade são da ABEMA e das ONGs. E nós
1035 fizemos até um compromisso de, antes de ser submetido, fazer essas reuniões paralelas
1036 que seriam mais produtivas. Então, é essa a minha sugestão, que talvez se consolide o
1037 que foi ajustado dentro do CIPAM, com o encaminhamento que vai ser feito aqui na
1038 reunião de hoje com o presidente.

1039 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
1040 Bom dia a todos. Primeiramente, como membro do CIPAM, gostaria de esclarecer aqui
1041 que, apesar de não ter ficado registrado devidamente que houve um pedido formal meu
1042 que estava na reunião representando a sociedade civil, que nós debatêssemos os temas,
1043 abrissemos na reunião para que a gente pudesse amadurecer alguns pontos que são
1044 necessários apenas alguns ajustes na redação. Então, quando é dito aqui
1045 sistematicamente que foi consenso-consenso, eu acho que não foi tão assim. Nós
1046 pedimos que abrissemos os temas, pudéssemos, principalmente com o pessoal da
1047 ABEMA, para que a gente pudesse afinar a redação, mas isso não foi feito, foi entendido
1048 pelos demais, que deveria ser trago para o plenário diretamente sistematizado, porém,
1049 entendemos que sim, é necessário que a gente possa amadurecer melhor a redação, ter
1050 um debate um pouco mais maduro no CIPAM, e aí sim, a gente traga uma única redação
1051 ou, no máximo, um ou outro ponto que são de censo mesmo, de pontos opostos, para
1052 que o plenário decida. Mas é importante registrar que a sociedade entende que é
1053 necessário a gente fazer realmente esse amadurecimento no CIPAM para que fique
1054 melhor o debate. Obrigado.

1055 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**

1056 Tudo bem. Acho que nós vamos tentar fazer um encaminhamento aqui, mas acho que
1057 talvez a forma como foi colocado gerou um mal-entendido em relação ao direito do
1058 conselheiro de fazer propostas no plenário no momento em que ele julgar o oportuno.
1059 Então, isso está descartado. A questão que foi colocada aqui é o seguinte, para as
1060 propostas de mudança, retirada, ajustes ou inclusões apresentadas por conselheiros,
1061 eles deveriam, isso foi combinado na última reunião, foi deliberado na reunião que
1062 discutiu o tema, que deveriam encaminhar por escrito, correto? Então, deveriam
1063 encaminhar por escrito essas propostas para que a diretoria executiva do CONAMA
1064 organizasse esse material e apresentasse para o CIPAM esse material para que o CIPAM
1065 pudesse deliberar não no sentido de recusar proposta A ou B, no sentido de organizar
1066 isso para vir ao plenário, então, nós vamos seguir nesse papel, acho que esse alerta é
1067 importante para que, de fato, nós possamos concluir essa tramitação, a reunião do
1068 CIPAM que tratou desse assunto, ela ocorreu em um prazo que regimentalmente não
1069 permitiria que o assunto viesse ao plenário hoje por uma questão da convocação da
1070 reunião do CIPAM que nós verificamos que havia uma incompatibilidade, então, nós
1071 vamos organizar o material novamente, deixar bem estruturado, vamos submeter ao
1072 CIPAM o pedido e a lembrança que a conselheira Muriel, fez eu queria refazer aqui a
1073 todos ,no sentido de que aqueles conselheiros que tinham naquela ocasião da reunião
1074 propostas de ajustes, mudanças, inclusão que teriam que encaminhar por escrito, para
1075 que o CIPAM pudesse analisar, então, eu peço encarecidamente que isso seja cumprido
1076 para que evitemos que isso venha ao plenário, , porque nós sabemos muito bem que se
1077 nós formos discutir a agenda aqui em plenário e todos quiserem discutir e fazer propostas
1078 vão ficar aqui horas discutindo vai ser um trabalho muito menos eficiente. Então, eu
1079 pediria que considerando e nós vamos reconvocar o CIPAM para fazer essa análise
1080 definitiva, não para, repito, não deliberativa, mas documentos preparatórios para o
1081 plenário, peço que aqueles que não encaminharam propostas de ajustes a agenda
1082 nacional, na agenda nacional do meio ambiente que façam rapidamente que o diretor
1083 executiva possa organizar, pôr no CIPAM e trazer para a próxima reunião do plenário
1084 para a deliberação e a isso tem razão a conselheira tem razão quando diz que isso nós
1085 não podemos impedir que um conselheiro na reunião traga uma inovação, porque o

1086 plenário é soberano ele pode trazer essa inovação, então, é isso, acho que está
1087 encaminhado vamos seguir nessa linha, nós vamos informar o CIPAM e vamos combinar
1088 com o CIPAM datas, mas repito para que fique claro, um pedido para que todos os
1089 conselheiros conselheiras que tenham propostas que ainda não foram apresentadas ou
1090 que tenham propostas de retirada que também não foram apresentadas, que por favor
1091 façam imediatamente, para que possamos ser mais eficientes nesse tema. Isso posto,
1092 passamos imediatamente para o primeiro tópico da nossa discussão de apresentações
1093 relevantes na temática ambiental, passo a palavra para o secretário André Lima,
1094 secretário da secretaria extraordinária de combate ao desmatamento, para a
1095 apresentação do tema desmatamento do cerrado, por favor, secretário André.

1096 **O SR. ANDRÉ LIMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) –**
1097 Bom dia.

1098 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1099 Lembrando que todos se identifiquem, porque taquigrafia acaba de lembrar que às vezes
1100 está tendo dificuldade de identificar, apesar de que uma pessoa publicamente e
1101 notoriamente conhecida como vossa excelência, certamente dispensaria essa questão
1102 mas, por favor facilite o trabalho do taquígrafo ou da taquígrafa, não sei.

1103 **O SR. ANDRÉ LIMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) –**
1104 Amigos e amigas uma alegria, uma honra estar aqui de volta a este plenário um abraço
1105 aqui a todos os conselheiros e conselheiras. André Lima, Secretário Nacional da
1106 Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental
1107 Territorial, com a responsabilidade nessa secretaria de conduzir a agenda de elaboração,
1108 implementação e monitoramento dos planos de prevenção e controle dos
1109 desmatamentos dos diferentes biomas como lembrou aqui, tanto a ministra quanto o
1110 secretário Capobianco, o presidente Lula estabeleceu a meta em 2030, então, nos
1111 incumbe de colocar o Brasil nos trilhos dessa meta. A gente, vocês já tem, inclusive, já
1112 foi apresentado aqui se não me engano, mas dados sobre a evolução dos
1113 desmatamentos, a involução dos desmatamentos na Amazônia que de 1º de janeiro do
1114 ano passado até 31 de dezembro, alcançou a redução de quase 50%, 49,8% nesse
1115 período o PRODES 2023, que é considerado de 1º de agosto de 22 a 31 de julho de 23,

1116 superou a casa dos 22% de redução e o plano foi lançado em 5 de junho do ano passado,
1117 o plano da Amazônia, E simultaneamente ao lançamento do plano da Amazônia
1118 começamos a trabalhar o plano para o cerrado verificando, e é isso que a gente quer
1119 trazer aqui e todos de alguma maneira já estão sabendo de alguma maneira pela mídia,
1120 que sobretudo no ano passado principalmente no 2º semestre do ano passado, nós
1121 verificamos um aumento expressivo dos desmatamentos no bioma cerrado, o plano foi
1122 entregue e aprovado em novembro do ano passado estamos, aí na implementação no
1123 início da implementação da nova fase, quanto a fase do plano e a gente quer trazer
1124 alguns elementos aí do que vem sendo verificado e dialogado e discutido com estados,
1125 com sociedade civil e setor privado em relação a esse enorme desafio que é o
1126 enfrentamento a redução, o controle do desmatamento no cerrado. Pode iniciar a
1127 apresentação? Então, nós estamos falando do 2º maior bioma não só do Brasil, mas da
1128 América Latina... eu que tenho que passar, fiquei esperando alguém apertar o botão aí,
1129 eu miro em quem esse negócio aqui?

1130 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) – Não**
1131 mire em mim, por favor.

1132 **O SR. ANDRÉ LIMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) –**
1133 Então, está aqui o nosso bioma cerrado, praticamente 25% do território brasileiro, quase
1134 2 milhões de quilômetros quadrados. Aqui a gente verifica a dinâmica de 2001 até 2022
1135 dos desmatamentos no cerrado, de acordo com o PRODES do INPE e a evolução por
1136 estado e é notório aqui que a participação dos estados do que a gente chama Matopiba,
1137 Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí, que no início do milênio em 2001 não chegava a
1138 30% do desmatamento em todo o bioma, hoje supera os 70% do desmatamento, então,
1139 você observa ali que aquele azul, laranja, cinza e amarelo ele vem crescendo e hoje
1140 representa mais de 2 terços desse desafio. Então, tem essa dinâmica de evolução da
1141 fronteira agropecuária para aquela região do sul do Maranhão, do sudoeste do Piauí,
1142 norte do Tocantins e o oeste da Bahia, aqui concentrado nesse gráfico mostrando essa
1143 concentração muito alta de desmatamento nessa região que nós chamamos de
1144 Matopiba. Aqui é a dinâmica anual PRODES e a gente observa aí esse crescimento pós-
1145 2019, quando se chegou a menor taxa de desmatamento do bioma e desde 19, então,

1146 essa escadinha vem subindo, ano passado fechamos o dado em 11 mil km² e fazendo
1147 uma projeção com base no que nós verificamos de ritmo de desmatamento entre agosto
1148 e dezembro do ano passado, ou seja, os primeiros 5 meses da taxa PRODES 2024, se
1149 a tendência seguir como verificamos no segundo semestre do ano passado, é possível
1150 que a gente chegue na taxa PRODES 2024 a algo próximo de 12 mil km², essa é uma
1151 tendência verificada, então, é um alerta que a gente traz não só para esse Conama, mas
1152 a gente tem discutido isso internamente dentro do governo, temos a comissão
1153 interministerial de controle e prevenção dos desmatamentos e a subcomissão do cerrado,
1154 esse tema está sendo debatido e a gente trouxe, inclusive, essa dimensão em toneladas
1155 de carbono, porque comemoramos a redução dos desmatamentos da Amazônia com a
1156 redução também de emissões de algo entre, dependendo do cálculo que foi feito, mas
1157 algo entre 200 milhões de toneladas de co₂, depende se a gente considerar o período se
1158 é de 1º de janeiro a 30 de dezembro, se é de agosto a julho, mas a gente verifica que
1159 com o aumento do desmatamento no cerrado, uma parte expressiva dessa economia de
1160 carbono, dessa redução de carbono acaba sendo anulada pelo aumento do
1161 desmatamento do cerrado, então, para a nossa ambição climática não basta
1162 comemorarmos a redução do desmatamento da Amazônia, precisamos avançar
1163 significativamente nas ações e no resultado em relação ao cerrado. A gente verifica que
1164 tem... obviamente que é o setor agropecuário na região do Matopiba é o principal vetor
1165 com expansão em 54% da área de cultivo agrícola, só entre 2018 e 2020, isso sem
1166 considerar ainda 2021, 2022 e 2023 e, portanto, um setor importante aí para a gente
1167 dialogar e buscar soluções. Nós temos conversado desde maio do ano passado, se não
1168 me engano foi maio ou junho, quando a gente fez a primeira, o governo fez a primeira
1169 coletiva de imprensa anunciando reduções de desmatamento da Amazônia, mas já
1170 alertando para o aumento do desmatamento do cerrado, naquela oportunidade, a gente
1171 começou um diálogo com a ABEMA, criamos até um GT internamente na ABEMA para
1172 fazer um diálogo aproximamos o diálogo com os secretários do Matopiba, não sei se tem
1173 algum secretário aqui do Matopiba, sim, estão aqui, pessoal do Piauí e Tocantins, não é?
1174 Maranhão, perdão. E começamos uma discussão sobre como que a gente separa o que
1175 é legal do ilegal, o que tem autorização, o que não tem o que está regular, o que está
1176 aparentemente legal e fizemos uns requerimentos de informação para os estados e com

1177 base no que a gente recebeu e eu estou focando aqui no Matopiba que é mais de 70%
1178 do desafio, a gente verifica que no estado da Bahia por exemplo, até julho... julho ou
1179 agosto de 2023, a gente tinha essa relação de 346 mil hectares de autorizações de
1180 supressão de vegetação entre, 2019 e 2023 346 mil hectares, para um desmatamento
1181 verificado no PRODES de 526, então, a gente tem ali mais de 60% do desmatamento no
1182 período supostamente legal e por que supostamente legal? Porque esse é um grande
1183 desafio que a gente tem que enfrentar, inclusive, o Conama deve ser um espaço para
1184 esse diálogo. Uma parte dessas autorizações não foi executada ainda, porque elas tem
1185 prazo são dois anos, prorrogáveis por mais dois, então, eventualmente tem
1186 desmatamento autorizado em 2020 que em 2024 ainda não foi realizado, o proprietário
1187 tem uma autorização de supressão de vegetação que a gente compreende como uma
1188 autorização especulativa, porque ela vem valorizar o preço do imóvel, mas ela não é
1189 necessariamente produtiva tanto que fica dois, três anos e não é implementado e ao
1190 mesmo tempo, portanto, pode ser que haja desmatamento contratado por essas
1191 autorizações ainda não realizado, então, a gente verificou no caso da Bahia e do Piauí,
1192 os dados que a gente teve é que em torno de 50% apenas do que foi autorizado foi
1193 executado. Então, essa relação que eu estou querendo dizer, relação entre o autorizado
1194 e o executado, ela pode ser ainda mais complexa por quê? Olhando aqui, 340 para 520,
1195 60% autorizado, mas quando parte desses 320 que foi autorizado, foi executado essa
1196 correlação muda, então, o que a gente está estimando de maneira muito geral ainda, o
1197 que é quase um absurdo a gente dizer isso aqui no Conama, porque a gente deveria
1198 dizer o percentual efetivamente autorizado e não autorizado, o que demonstra que existe
1199 um aparente controle sobre a situação, é que nós precisamos resolver isso, não dá para
1200 ficar do jeito que está, muitas autorizações são emitidas não entram no sistema federal
1201 no SINAFLOR, só entra no SINAFLOR aquilo que eventualmente vai circular como
1202 madeira, então, nós não temos um sistema efetivo que nos permita dizer com precisão
1203 aceitável o que é autorizado e o que não é. Eu não vou entrar nos detalhes do gráfico
1204 está aí, depois da apresentação todos os membros vão ter, mas esse é um grande
1205 desafio que a gente precisa implementar, sistema de informação efetivo, transparência
1206 máxima possível, integração de dados. Inclusive, nós temos uma resolução que trata
1207 parcialmente desse assunto que pode ser atualizada que é a resolução 379 de 2006, que

1208 trata exatamente de informações sobre a gestão florestal. Nós fizemos um primeiro
1209 estudo e depois também podemos aprofundar isso em outro momento, nós temos um Bl
1210 aí que mostra no Matopiba essa dinâmica de desmatamento do ano passado, médios,
1211 grandes desmatamentos, o que foi desmatamento dentro do CAR, por exemplo, 94% do
1212 desmatamento entre 1º de janeiro do ano passado e 31 de dezembro do ano passado
1213 aconteceu dentro do CAR portanto, supostamente os estados têm e o gestor do cadastro
1214 ambiental rural também tem informação de quem foi que desmatou ou pelo menos o
1215 interessado do imóvel onde ocorreu o desmatamento. 85% desse desmatamento ocorreu
1216 em imóvel sem que o CAR esteja validado ou analisado, na verdade existe um o CAR
1217 validado existe o CAR analisado, então, em tese como é que se dá uma autorização de
1218 supressão em cima de um cadastro que não foi analisado? Como é que se autoriza um
1219 desmatamento em cima de uma área que não foi verificada se é APP ou reserva legal e,
1220 portanto, o CAR foi analisado, então, tem questões que a gente precisa avançar no
1221 debate. Aí, eu quero trazer só algumas evidências importantes, porque senão fica uma
1222 discussão burocrática do legal, do ilegal. Nós estamos falando de um assunto que tem
1223 impacto dramático no desenvolvimento sustentável do Brasil, não apenas do
1224 agronegócio, mas de todo o desenvolvimento do Brasil. Aqui é um dado importante, que
1225 mostra aí como é que a dinâmica de evapotranspiração nas áreas de floresta, estação
1226 chuvosa e seca, quantos metros cúbicos por dia por hectare, no cerrado, estação
1227 chuvosa e seca e na área, sobretudo, de pastagem. Então, a gente observa que o cerrado
1228 tem um percentual importante, inclusive, na estação chuvosa ele tem uma
1229 evapotranspiração ainda maior do que na floresta e mantém, mesmo na seca um índice
1230 de evapotranspiração importante, mas depois que a área é transformada em agricultura
1231 e pecuária, sobretudo, pecuária esse índice de evapotranspiração cai e isso altera toda
1232 essa dinâmica de regime de chuva e várias pesquisas estão mostrando essa correlação.
1233 Eu vou direto para essa conclusão aqui, redução média do total de vazão naquela região
1234 do Matopiba, foram oitenta e tantos pontos pesquisados em termos de vazão de água,
1235 redução significativa de vazão média de água nos últimos anos nessas regiões,
1236 sobretudo, onde está havendo uma expansão do desmatamento e estudos também
1237 recentes esse, inclusive, está em revisão, mostrando o impacto disso. Aqui a gente
1238 observa que cada coluna ali é um percentual de vegetação nativa na região, onde tem

1239 80% até 80% até 60, até 40, menos de 40%, menos de 80% de vegetação mostrando
1240 que dobra o risco de redução no volume de chuvas, inclusive, redução superior a
1241 duzentos milímetros ano, a partir do momento em que a vegetação nativa na região, não
1242 estou falando de imóvel rural, estou falando de região, ela cai de 40% para 20% ou de
1243 60 para 40 e 40 para 20 e com o impacto quem acompanha a questão da produção
1244 agropecuária brasileira, o impacto, sobretudo, agora no Mato Grosso, com adiamento de
1245 chuvas, a última coluna lá mostra que a atrasa o início da chuva superior a duas semanas
1246 nas áreas onde, nas regiões onde a vegetação nativa, ela é inferior a 20% e a gente
1247 observa várias regiões no cerrado, ali está um gráfico que mostra por percentual de
1248 vegetação nativa na região, se a gente fizer...

1249 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Só
1250 para complementar no raciocínio, inviabilizando a safrinha, não é, isso eu acho que é
1251 uma coisa que é importante, várias áreas...

1252 **O SR. ANDRÉ LIMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) –** É
1253 que nem considerando a safrinha dada a importância dela, segunda safra ali, seguro
1254 agrícola aumentando, mais que dobrando o custo com o seguro agroclimático e se a
1255 gente fizer um recorte na região do Matopiba, sobretudo, ali o oeste da Bahia e norte do
1256 Tocantins, a gente observa que a gente vai para aquele gradiente de área inferior a 60%
1257 de vegetação 80% de vegetação, até inferior ainda a 80% da vegetação, inclusive com
1258 índices de autorizações de supressão de vegetação muito intensos nessas regiões,
1259 esses pontos em azul são onde a gente conseguiu a coordenada geográfica das
1260 autorizações de supressão de vegetação. Então, nós estamos vivenciando uma situação
1261 realmente sensível, importante na redução de vazão, atraso de chuva, redução de chuva
1262 em uma região onde o crescimento agropecuário é muito grande e naturalmente a
1263 dependência, inclusive, em relação a irrigação vai crescer e a gente tem aí cenários, por
1264 exemplo, da própria agência nacional de água apresentando um cenário preocupante
1265 para dois mil e quarenta de redução de disponibilidade hídrica, inclusive, superior a 40%
1266 em vários rios importantes do país. Ali a gente tem em vermelho o cenário de redução de
1267 40% e entre 30 e 40% isso não é feito, é um estudo da própria agência nacional de águas.
1268 E aqui, só para dar o dado mais recente, eu não diria que é para comemorar, mas mostra

1269 que nos primeiros dois meses, janeiro e fevereiro, dados do DETER, mostram se a gente
1270 considerar margem de erro, vamos dizer assim, quase que empate, mas uma queda de
1271 4% ... 4,3 em relação a 2023, mas continua um aumento em relação a 2022 da ordem
1272 de 23% nesses dois meses. Aqui eu não estou conseguindo ver na pizza ali, não sei se
1273 alguém pode ler para mim, mas ali mostra as participações dos estados, acho que o
1274 Tocantins com maior índice, em seguida eu vejo o Maranhão, o Mato Grosso passou a
1275 Bahia, nós vamos ter que mudar a sigla, Matopiba parece que no índice ali mudou, mas
1276 enfim, está aí o dado e a gente está bastante preocupado com tudo isso, queremos trazer
1277 esse debate para o Conama. A ministra anunciou que existe uma iniciativa importante da
1278 própria casa civil que coordena o plano de prevenção e controle dos desmatamentos do
1279 cerrado, para que haja um engajamento dos governadores. A gente tem conversado com
1280 secretários de estado, mas é muito importante que haja um engajamento da liderança
1281 política no estado para que a gente possa ter mais efetividade e eficiência na
1282 implementação do plano é isso, secretário.

1283 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – Eu
1284 acho que [ininteligível], tenho inscrito Cesar Victor, Pedro e João de Deus. Nós vamos
1285 passar solicitando que sejam breves e bem objetivos, que nós não estamos deliberando
1286 nós estamos apenas trazendo essas informações para conhecimento do Conama. Por
1287 favor.

1288 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1289 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Boa tarde a todas e todos. Eu sou Cesar
1290 Victor, do Espírito Santo, trabalho na FUNATURA fundação pró-natureza e
1291 representamos a região centro-oeste aqui, a sociedade civil da região centro-oeste
1292 também fazemos parte da rede cerrado rede de mosaicos de áreas protegidas. Bom,
1293 essa questão que foi colocada aqui pelo André Lima, a gente está muito preocupado não
1294 é só de hoje, isso já é uma preocupação muito antiga da sociedade civil, porque o cerrado
1295 ele está sendo destruído de uma forma muito rápida, mas muito rápida mesmo, em
1296 apenas pouco mais de cinco décadas cerca de 50% do cerrado já foi destruído e se
1297 continuarmos nesse ritmo daqui mais cinco décadas só vai sobrar as unidades de
1298 conservação, as outras demais áreas protegidas como terras indígenas, territórios

1299 quilombolas e outros, mas qual que é a principal causa disso? Nós não temos a menor
1300 dúvida de falar que é o avanço da agropecuária, especialmente o agronegócio aqui não
1301 me reporto unicamente, eu ressalto a questão do agronegócio relacionado com a
1302 exportação de commodities principalmente, soja e carne é lógico que tem outros, mas
1303 vamos ficar nesses dois, o Brasil é um dos principais exportadores de soja e de carne e
1304 existe um grande incentivo fiscal para isso, o Brasil deixa de arrecadar bilhões de reais
1305 para incentivar essa indústria, vamos dizer, assim do agronegócio, ou seja, exportação
1306 de commodities a exportação do agronegócio brasileiro ele deixa de arrecadar dado a
1307 incentivos fiscais na exportação e também na importação de agrotóxicos, na importação
1308 de sementes, na importação de maquinários, na importação de adubo, tudo isso tem um
1309 incentivo muito grande e o Brasil deixa de arrecadar bilhões, bilhões de reais por ano em
1310 função disso. Então, quando se coloca, por exemplo, qual foi a contribuição do setor
1311 agropecuário no ano de 2019 na arrecadação da união, dos estados e municípios, a gente
1312 verifica que é praticamente nenhum. Em 2019 o setor agropecuário contribuiu com menos
1313 de 1%, aliás, 0,27% da receita que entrou nos cofres do estado brasileiro...

1314 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1315 **Conselheiro, vamos...**

1316 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1317 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** Então, isso daí a gente tem que encarar
1318 de frente os impactos, o desmatamento como colocado aqui, a contribuição, no caso com
1319 o efeito estufa, o co2 na atmosfera, a perda da biodiversidade, os impactos nos recursos
1320 hídricos são incomensuráveis com muitas, mas muitas áreas sendo destruídas em função
1321 desse incentivo todo, então, a gente precisa aqui a nível de Conama discutir realmente
1322 qual que é a sustentabilidade desse agronegócio, porque não é possível continuar, a
1323 gente está simplesmente querendo tapar o sol com a peneira, o problema está aí, pegou
1324 aqui Matopiba menos de uma década a destruição é uma coisa absurda, absurda mesmo
1325 e o que disso está retornando para o Brasil? Comunidades sendo impactadas e ao
1326 mesmo tempo...

1327 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1328 **Obrigado, Conselheiro.**

1329 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1330 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Vou só concluir, Capobianco, desculpa,
1331 porque realmente a situação é grave e nós precisamos encarar esse negócio de frente.
1332 Então, além essa discussão sobre a sustentabilidade do agronegócio, a gente precisa
1333 também criar novas unidades de conservação, sejam elas públicas ou privadas, sejam
1334 elas de unidades de produção integral ou de uso sustentável, no sentido de que
1335 realmente teve recentemente a oficina sobre unidade de conservação e ficamos muito
1336 animados por um lado por outro, os prazos para a criação de novas unidades são longos,
1337 então, a gente não pode esperar. Aqui estou com uma camisa...

1338 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1339 Vamos concluir, Conselheiro.

1340 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1341 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Estou no mapa, onde as comunidades
1342 precisam ser respeitadas e serem reconhecidas também como áreas importantes nesse
1343 tratado de conservação e para concluir a nova onda de desmatamento no cerrado são a
1344 implantação de placas solares, no norte de Minas, como eu falei aqui na reunião passada,
1345 muitas áreas estão se transformando, áreas de pastagem estão se transformando em
1346 placas, plantios de placas sem estudos de impacto ambiental, sem consulta pública e o
1347 Conama tem a obrigação de estabelecer uma nova resolução no sentido de não permitir
1348 que empreendimentos como esse sejam autorizados, sejam licenciados por licenças
1349 simplificadas. Então, a questão é gravíssima e eu gostaria de perguntar para o pessoal
1350 do CNA se podemos sim fazer uma discussão sobre a sustentabilidade do agronegócio,
1351 porque do jeito que está não dá, não dá para continuar, vamos estar tapando o sol com
1352 a peneira é isso, muito obrigado.

1353 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1354 Obrigado, conselheiro. Próximo. Eu pediria respeito ao tempo importante a manifestação,
1355 evidentemente, mas nós não estamos aqui, não é uma resolução, nós não vamos
1356 deliberar, então, eu pediria que nós pudéssemos ser mais diretos e respeitar o limite de
1357 três minutos no máximo, por favor, conselheiro.

1358 **O SR. PEDRO BRUZZI LION (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** - Pois não, pois
1359 não. Obrigado, secretário. Obrigado, André. Agradecer ao papel que o Ministério do Meio
1360 Ambiente tem desempenhado nesse assunto, que ao meu ver assim, sinceramente é o
1361 mais grave que a gente está enfrentando atualmente, é o maior desafio na nossa gestão
1362 ambiental no Brasil é encontrar uma solução para controlar o desmatamento no cerrado.
1363 Eu sou Pedro, Pedro Bruzzi, sou conselheiro pelo centro-oeste também, da fundação
1364 pró-natureza e a gente tem conversado muito sobre isso e muito boa a apresentação do
1365 André, acho que antecipa várias questões que são fundamentais que precisam ser
1366 enfatizadas, ela é efetivamente a questão da urgência mais grave que nós vivemos,
1367 porque ela de cara, ela ataca diretamente a questão do clima, a questão da
1368 biodiversidade e a questão da água, são as três convenções as três principais
1369 convenções que estão frontalmente ameaçadas com um bioma que já perdeu mais da
1370 metade da sua cobertura, um bioma que tem menos de 8% de unidade de conservação,
1371 menos de 4% de terras indígenas e tem... aí a gente entra em um principal desafio,
1372 secretário, nós temos três quartos do bioma identificado como áreas privadas e essas
1373 áreas privadas, por que a gente conseguiu uma resposta rápida na Amazônia? Porque o
1374 desmatamento estava centrado em áreas federais, em verbas públicas federais, a
1375 questão do garimpo, em terras indígenas, etc. e com isso o IBAMA conseguiu uma
1376 resposta rápida junto com as forças federais, agora nos estados nosso desafio é
1377 federativo, vem do pacto federativo da LC 140 e essa gestão está com os órgãos
1378 estaduais meio ambiente com os governadores e o centro dessa questão estão nas
1379 autorizações de supressão vegetal e que, de fato, elas precisam ganhar transparência e
1380 a gente precisa ganhar transparência, ganhar um maior controle sobre elas, na
1381 apresentação do secretário ficou evidente que cerca de 50% dessas autorizações, elas
1382 tem alguma irregularidade e de que maneira? Já existe um sistema, o SINAFLOR e o que
1383 é fundamental, o que é necessário é que os estados possam de fato lançar essas
1384 informações no SINAFLOR, para que a gente possa ter uma maior transparência e além
1385 disso, é fundamental e é urgente que esse diálogo com os estados, com os governadores,
1386 seja estreitado, porque é evidente aqui pelos dados que o principal interessado do
1387 controle desse desmatamento é a agricultura brasileira de forma geral, ou seja, é o setor
1388 que mais depende dos serviços ambientais e é o setor que ao mesmo tempo, temos

1389 desmatamentos aqui no município, infelizmente a gente sempre lembra, porque é o
1390 campeão da lista de São Desidério nesse último exercício do PRODES, de 30 mil
1391 hectares um município desmatar uma área desse tamanho, então, assim, não tem como
1392 o Cesar, ele enfatiza uma questão que é fundamental esse enfrentamento, então, vamos
1393 dizer assim uma solução precisa ser criada seja através de uma resolução a medida, seja
1394 através desse pacto com os governadores e urgente, muito urgente, a gente não pode
1395 finalizar mais um exercício chegar em 2024, final de 2024, 2025 a gente contabilizar mais
1396 uma área do tamanho dessa área que vai sendo contabilizada.

1397 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1398 Certo conselheiro. João de Deus, por favor. Agradeço, respeitar os três minutos, por
1399 favor.

1400 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
1401 **Biosfera da Mata Atlântica) –** João de Deus Medeiros, representante do instituto Amigos
1402 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Apesar da representação, eu queria aqui como
1403 o tema é cerrado inicialmente, parabenizar o secretário pelo trabalho e a equipe e pela
1404 relevância disso considerando, como os colegas já mencionaram aqui, a necessidade de
1405 proteção dessa que é a savana mais biodiversa do planeta. A minha sugestão, André,
1406 ela vai muito na direção da compreensão da necessidade urgente de ter essa resposta a
1407 esses estados em que a pressão é muito grande, mas ressaltar a necessidade de ter
1408 essa abordagem integral do bioma, principalmente correlacionando com o nosso
1409 compromisso com relação a convenção da diversidade biológica já que nós temos, no
1410 caso do cerrado, uma diversidade no caso de plantas, por exemplo, são 12 mil espécies,
1411 cerca de 12 mil e cerca de 4.500 são espécies endêmicas ,muitas delas com um
1412 endemismo muito restrito, então, a minha sugestão é que vocês também avaliem essa
1413 possibilidade, talvez com uma resolução, para que mesmo no caso das autorizações de
1414 desmatamento a gente cumpra esse compromisso de garantir a conservação *in situ* das
1415 espécies endêmicas restritas no bioma, isso já daria uma contribuição bastante
1416 significativa e essa preocupação, nós temos que ter essa abordagem integral do bioma,
1417 mesmo em estados como o paraná que tem um pedaço pequeno, mas a importância
1418 disso como o ecossistema é extremamente fundamental. Obrigado.

1419 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1420 Perfeito, conselheiro. Conselheira, por favor.

1421 **A SR^a ELIANE IGNOTTI - SUPLENTE (Ministério da Saúde - MS) –** Bom dia, sou Eliana
1422 Ignotti, represento a área de saúde ambiental, represento o Ministério da Saúde. Eu quero
1423 aqui comentar que o impacto do desmatamento diz respeito também à saúde humana
1424 com impacto econômico a saúde também traz impacto econômico com mortes
1425 prematuras, custos elevados ao sistema único de saúde, custo a toda a sociedade
1426 brasileira além, é claro, das perdas individuais. Os impactos não são igualmente
1427 compartilhados, essa situação impacta principalmente grupos mais vulneráveis. Nós
1428 podemos, noutra reunião, se for o caso, apresentar os custos dessa exposição em termos
1429 de poluição atmosférica, redução de umidade, aumento de temperatura em termos de
1430 saúde pública. Obrigada.

1431 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1432 Obrigado, Conselheira. Eu queria aproveitar essa intervenção para lembrar os
1433 conselheiros que a pauta do Conama deve receber contribuições dos senhores
1434 Conselheiros. Então, esse é um assunto de grande importância, a gente pediria que você
1435 encaminhasse isso formalmente para nós como uma proposta de pauta para que nós
1436 pudéssemos considerar isso em uma das próximas reuniões do Conama, que de fato é
1437 uma relação importantíssima. Aliás, o papel da república instituiu agora, recentemente
1438 uma saúde, uma saúde única que envolve justamente as correlações entre natureza,
1439 saúde, inclusive, com os riscos das novas epidemias, zoonoses que todos nós estamos
1440 submetidos em função do avanço da degradação ambiental. Então, por favor, encaminhe
1441 para nós conselheiro, o último inscrito, por favor e passamos logo na sequência para o
1442 próximo tópico.

1443 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1444 **- Instituto Guaicuy) –** Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Secretário Capobianco.
1445 André, parabenizar pelo trabalho. Só aproveitar as informações que foram colocadas em
1446 relação a recursos hídricos, infelizmente a gente teve uma decisão do congresso de
1447 separar essas agendas de meio ambiente, recursos hídricos, mas reforçar, já algo que
1448 foi mencionado do Conama buscar essa integração com essa pauta do Conselho, hoje o

1449 MDR que está com boa parte da implementação, porque... E vai ter uma apresentação
1450 sobre a questão do plano clima todos esses processos têm que ter integrado, gente, não
1451 dá... O nível de autógrafa que está sendo colocado hoje seja em âmbito federal, seja em
1452 âmbito dos estados o desmatamento, com a falta da inserção de boa parte desses
1453 processos de desmatamento e etc. sem essa mensuração em relação ao agravamento
1454 dos impactos em relação à questão climática e o que isso vai, na sequência jogar todas
1455 essas toneladas em relação aos gases de efeito estufa. Então, é só reforçar esse pedido
1456 dessa integração aqui do Conama em relação à questão hídrica que é fundamental, foi
1457 uma decisão do congresso, infeliz, mas que a gente pode de alguma forma tentar, e eu
1458 sei que o Ministério está fazendo isso, a política ficou aqui, mas a implementação, os
1459 comitês de bacia, os planos estão todos do lado de lá, o MDR está presente a gente pode
1460 tentar trabalhar isso. Mas, novamente, obrigado, André, pelo trabalho.

1461 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1462 Perfeito. só uma coisinha eu não sei se você se apresentou no início.

1463 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1464 **- Instituto Guaicuy) –** Ah, desculpe, é Gustavo Malacco, represento o instituto Guaicuy
1465 pela sociedade civil, nós estamos ali pela associação [Ininteligível] em Uberlândia.

1466 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1467 Mais conhecido como o grande militante de Uberlândia. Muito bem, então, agora
1468 agradeço a todos, agradeço ao secretário André. E já colocando, como foi bem dito aí
1469 por um dos conceitos que se manifestou da importância de uma integração com os
1470 governos estaduais, aliás, nós sabemos que é do interesse do setor do agronegócio fazer
1471 essa distinção do legal e do ilegal, porque isso prejudica o conjunto do setor, então, há
1472 um interesse, há uma oportunidade e há um interesse dos governos se manifestarem em
1473 relação a isso, se envolverem nesse esforço. Eu vou pedir para o André apresentar aqui
1474 o segundo item de pauta que diz respeito a exatamente isso, uma iniciativa envolvendo
1475 uma articulação com um governador específico que ele vai tratar, que mostra como é
1476 possível nesse entendimento entre todos os atores interessados encontrar uma solução
1477 positiva para essas questões. André, por favor.

1478 **O SR. ANDRÉ LIMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) –**
1479 Muito obrigado, secretário Capobianco. Então, como eu falei no começo nós estamos
1480 trabalhando também inclusive antes mesmo de ter os demais planos prontos que, aliás,
1481 nós devemos tê-los para a consulta pública os planos do pantanal, pampa, mata atlântica
1482 e caatinga até a segunda quinzena de maio na perspectiva de aprová-los ainda em junho,
1483 mas antes mesmo disso a gente vem trabalhando nesses diferentes biomas e no caso
1484 do pantanal nós começamos a gestão, começamos o ano com algumas denúncias de
1485 avanço e expansão de autorizações de desmatamento no pantanal e de problemas com
1486 a própria legislação, sobretudo no caso do estado de Mato Grosso. Não sei se nós
1487 estamos aqui com... O representante de Mato Grosso do Sul está aqui? Está não, não
1488 é? O André está aí? Quem está? Como é seu nome? Pedro, ótimo. Nós lidamos lá com
1489 o André, que é o presidente do [Ininteligível] e o secretário Jaime. Então, nós recebemos
1490 pela... Vamos começar aqui, então, a apresentação. Sou eu mesmo. Vamos lá. Acho que
1491 o pantanal é um dos menores biomas, o menor dos seis biomas brasileiros com 151 mil
1492 quilômetros quadrados, 35,5% dele no Mato Grosso, 64,5% no Mato Grosso do Sul
1493 representando 27% da superfície lá do estado de Mato Grosso do Sul e ainda
1494 conservando cerca de 85% da sua vegetação nativa. Todos sabem que no ano de 2020
1495 o pantanal sofreu um incêndio histórico na região, foi declarado patrimônio nacional pela
1496 nossa Constituição Federal, cerca de 90% da área do bioma é constituída por imóveis
1497 privados. É um grande desafio também ali fazer esse controle e essa proteção
1498 considerando que a legislação permite também a expansão e desmatamento. Aqui são...
1499 O gráfico mostra a dinâmica de desmatamento no Mato Grosso em azul escuro,
1500 relativamente baixo, estabilizado e no Mato Grosso do Sul foi constatado a partir de 2018
1501 um crescimento expressivo dos desmatamentos e uma parte também importante disso
1502 desmatamentos autorizados, inclusive, desmatamentos acima de 5 mil, 10 mil 15 mil
1503 hectares com base em um decreto e nós fomos provocados Então, pela ABRAMPA,
1504 Associação Brasileira do Ministério Público Ambiental, e pelo Instituto SOS Pantanal em
1505 torno da coerência da legislação estadual de Mato Grosso do Sul um decreto em relação
1506 ao código florestal, porque o código florestal no artigo 10 estabelece parâmetros para
1507 autorização de supressão de vegetação no pantanal, e como não havia uma
1508 regulamentação federal estabelecendo quais são os critérios para definição desses

1509 parâmetros, o que a gente tinha, então, era uma lei e tem uma lei estadual do Mato
1510 Grosso e uma legislação do Mato Grosso do Sul. O Ministério do Meio Ambiente elaborou
1511 uma nota técnica, depois quem quiser ter acesso isso está em um processo todo ele
1512 formalizado, uma nota técnica examinando os argumentos, analisando a legislação, a
1513 coerência e recomendou, então, uma resolução Conama para estabelecer o padrão que
1514 o código florestal não definiu em detalhes. Então, nós trouxemos uma proposta de
1515 resolução Conama para regulamentar o artigo 10 e essa proposta foi apresentada
1516 inclusive formalmente ao CIPAM, tivemos uma reunião no CIPAM tratando desse
1517 assunto, mas como o secretário executivo, presidente da reunião aqui mostrou, indicou
1518 na fala dele, nós vivenciamos de lá para cá uma experiência bem interessante de uma
1519 parceria com o governo do estado de Mato Grosso do Sul, que era onde a gente estava
1520 verificando o maior problema relativo à questão do desmatamento do Pantanal, que nos
1521 procurou, o próprio governador de Mato Grosso do Sul nos procurou para propor uma
1522 agenda para a solução do problema. Ou seja, nos procurou de forma propositiva, pediu
1523 a suspensão da tramitação do processo no Conama para que a gente buscasse de
1524 maneira colaborativa o Ministério do Meio Ambiente e o governo do Mato Grosso do Sul
1525 a construção de uma legislação que fosse ao nosso critério coerente e convergente com
1526 o padrão estabelecido pelo código florestal e que a gente tivesse inclusive a própria lei
1527 de Mato Grosso como um parâmetro para aprimoramento da lei de Mato Grosso do Sul.
1528 Então, isso foi feito, o próprio governador publicou um decreto no dia 15 de agosto, a
1529 reunião aqui no CIPAM foi no dia 3 de agosto, no dia 15 de agosto o governador publicou
1530 um decreto suspendendo a emissão de autorizações e esse foi o pacto, vamos dizer
1531 assim, ele propôs: A gente suspende as autorizações enquanto a gente discute uma
1532 solução, aprove uma nova legislação e foi o que a gente conseguiu articular com o
1533 governador. A Ministra Marina criou um grupo de trabalho, uma portaria conjunta que,
1534 aliás, é um instrumento, até onde eu sei, inédito. Nós tivemos ano passado duas portarias
1535 conjuntas com governadores, uma portaria com o governo do Pará e uma portaria com o
1536 governo do Mato Grosso do Sul e uma portaria com o governo do Mato Grosso do Sul,
1537 criando um grupo de trabalho, que trabalhou durante três meses, de setembro a
1538 dezembro, pouco mais de três meses, foram várias reuniões e foram 60 dias de vigência
1539 desse grupo, quatro reuniões ordinárias, duas extraordinárias, vários membros do

1540 governo federal e do governo do Estado, mas vários parceiros colaboradores
1541 participaram, Embrapa Pantanal, a Fama Sul, Federação da Agricultura ajudou a
1542 construir, a própria ABRAMPA que apresentou a demanda, Instituto SOS Pantanal,
1543 Instituto Homem Pantaneiro, WWF Brasil e a Secretaria de Meio Ambiente de Mato
1544 Grosso, a Maura inclusive apresentou para nós lá a legislação do Estado de Mato Grosso.
1545 No dia 27 de novembro nós concluímos os trabalhos do GT com uma minuta de lei, de
1546 anteprojeto de lei, no dia 28 ela foi apresentada à Assembleia Legislativa, dia 29 foi
1547 realizada a audiência pública, no dia 12 de dezembro foi aprovado na Comissão de Meio
1548 Ambiente o projeto 343, o PL, foi aprovado no plenário dia 7 de dezembro em primeira
1549 votação... Perdão, no dia 6, na verdade foi aprovado na Comissão de Constituição e
1550 Justiça, dia 7 em primeira votação e no dia 13, aprovação em segunda votação, dia 18,
1551 o PL foi sancionado com 23 votos favoráveis, apenas um voto contrário e, portanto, a
1552 gente está trazendo esse processo como um processo virtuoso de coordenação
1553 interfederativa para resolver um problema grave com uma solução realmente adequada
1554 ao problema. Não vou entrar nos detalhes, mas a legislação de Mato Grosso do Sul
1555 passou a abranger todo o bioma pantanal, antes ela era bastante restrita só à planície
1556 inundável, aí a gente sabe que boa parte da planície inundável só existe em função do
1557 restante da bacia, inclusive, aumentou o nível de proteção de alguns ecossistemas que
1558 estavam fora da legislação estadual, como as salinas, os capones, as cordilheiras, tratou
1559 dos corredores ecológicos definidos pelo zoneamento e indicados pela própria Embrapa
1560 Pantanal, com a mesma natureza jurídica de área de preservação permanente, isso é
1561 uma grande evolução, ou seja, saímos daquela discussão de percentual de reserva legal
1562 e ampliamos a proteção de vários ecossistemas através da figura das áreas de
1563 preservação permanente, a manutenção de pelo menos 50% das formações florestais e
1564 de serrada e 40% das formações campestres, colocando o Pantanal como área prioritária
1565 para a compensação ambiental, seja de obras de infraestrutura ou da própria
1566 compensação florestal e estabelecimento de [Ininteligível] para conversões acima de 500
1567 hectares, que foi mais rigoroso, inclusive, do que a própria resolução Conama, que fala
1568 EIA-Rima para conversão acima de 1.000 hectares. Passaram a ser vedadas algumas
1569 atividades bastante impactantes do bioma Pantanal, cultivos agrícolas, como soja, cana-
1570 de-açúcar, que estava se expandindo para o Pantanal, Pantanal secando, implantação

1571 de drenos e a implantação de grandes projetos agropecuários na região, inclusive, de
1572 planície do Pantanal. Novos empreendimentos de carvoaria, que acabavam se
1573 aproveitando desse processo de desmatamento, construção de diques, barragens, outras
1574 formas de alteração do regime hidrológico, passam também a ser vedados, instalação de
1575 PCHs também no bioma e a introdução de espécies exóticas de fauna para evitar também
1576 o problema de espécies invasoras. Depois eu vou deixar com vocês, isso foi noticiado
1577 também, foi bem noticiado e dizer que foi, para mim, inclusive, pela minha experiência de
1578 30 anos ajudando a construir leis, foi um momento bastante interessante de uma
1579 colaboração efetiva. Eu tinha, inclusive, dúvidas de que depois que fosse para a
1580 Assembleia Legislativa o projeto fosse todo adulterado. Não, o governador bancou o
1581 projeto tal como ele foi construído, excluíram emendas, não aceitaram alterações,
1582 sancionou o projeto na íntegra. É um exemplo importante que a gente traz para poder
1583 inspirar outras parcerias, inclusive esse desafio que se apresenta para o Cerrado. Muito
1584 obrigado.

1585 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1586 Muito bem, André, esse é um exemplo virtuoso, inclusive porque surgiu de um
1587 movimento feito pelo Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Meio
1588 Ambiente queria propor uma resolução, apresentou ao CIPAM, o CIPAM não aprovou
1589 naquele momento, porque faltava, inclusive, estudo de impacto regulatório, o CIPAM
1590 nem pôde aprovar, mas naquela ocasião, no âmbito da discussão do CIPAM, surgiu
1591 essa possibilidade, porque se o governo estadual se construir uma articulação, isso
1592 pode resolver o problema de uma forma, inclusive, com maior grau de adesão local. E
1593 foi o que aconteceu, um movimento muito importante. Agradeço a Mauren pelo apoio
1594 dado a esse processo, e todo o CIPAM que nos ajudou nisso, e todo o esforço que foi
1595 feito pelas partes para que fosse viável. Eu vou... Se o Rodrigo puder falar, mas eu vou
1596 pedir uma desculpa sobre o seguinte, porque nós temos um tema correlato, que eu
1597 queria que fosse apresentado já na sequência, e aí nós abrimos na sequência, Rodrigo,
1598 pode ser? Porque eu queria passar imediatamente, falando em Pantanal, o Ministério
1599 do Ambiente gostaria de compartilhar com todos os conselheiros os resultados de um
1600 estudo desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade,
1601 que avaliou os impactos dos incêndios ocorridos no Pantanal, justamente no período
1602 crítico que o André se referiu. São dados muito impressionantes, que nós gostaríamos
1603 que todos aqui tivessem acesso. Então, passaria a palavra de imediato para a Christian
1604 Berlinck, analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de
1605 Mamíferos Carnívoros, CEMAC. É isso, o Christian, do ICMBio, para que ele possa
1606 apresentar os dados.

1607 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1608 **- Instituto Guaicuy)** – Secretário, posso só fazer um singelo complemento? Um
1609 agradecimento aqui ao representante do Estado de Mato Grosso do Sul, que é o Pedro,
1610 o conselheiro Pedro. Pedir para levar o nosso agradecimento ao governador, mais uma
1611 vez o reconhecimento aqui nesse plenário do Conama, do gesto colaborativo e
1612 engajamento dele, do secretário Jaime e do André, presidente de IMASUL. Obrigado.

1613 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – Por
1614 favor, então, com a palavra o Christian Berlinck, por favor. O microfone é seu. E esses
1615 dados não incluem impacto sobre a saúde, que é muito importante esse tópico que você
1616 trouxe, temos que passar a incluir em todos os nossos estudos esses impactos.

1617 **O SR. CHRISTIAN BERLINCK (ICMBio)** – Bom dia, ou quase boa tarde, mas acho que
1618 como não almoçamos, bom dia. Obrigado, Secretário, pelo convite, obrigado Conama
1619 por estar aqui presente, é uma responsabilidade gigante, ao mesmo tempo que também
1620 é uma honra poder falar um pouco do que nós encontramos no Pantanal. Acho que antes
1621 de começar a fala, gostaria de tocar em dois pontos. O primeiro é que essa apresentação
1622 tem algumas imagens fortes, acho que vocês imaginam isso, e foi propositadamente a
1623 gente colocar para que a gente pudesse entender o tamanho do impacto que aconteceu.
1624 E a outra é que em alguns momentos nós tocamos também na importância da catinga,
1625 discutimos a catinga também, e nesse momento nós estamos no ICMBio com uma equipe
1626 de especialistas de fogo também discutindo como que a gente pode pensar essa questão
1627 do fogo com outro viés na catinga, com uma visão, tentando dar dois passos antes do
1628 que o fogo aconteça, porque quando o incêndio acontece a gente entra nele perdido, o
1629 dano já está causado. Então, nós estamos tentando entender como que a gente pode
1630 pensar uma prevenção mais eficiente para que a gente diminua a ocorrência de incêndios
1631 na catinga. Isso está acontecendo nesse momento do ICMBio. Eu saí daquela reunião
1632 para vir para cá para discutir um pouco com vocês. Primeiro ponto. Ecologicamente, o
1633 Pantanal é uma savana inundável. E, como toda savana, tem uma relação evolutiva com
1634 a presença do fogo, ela foi uma das forças evolutivas para que a gente encontrasse o
1635 Pantanal como ele é hoje. Muitos consideram, esse é um artigo de 2005, o Pantanal
1636 como um ambiente dependente de fogo, isso de uma visão mais macro, enquanto uma
1637 savana inundável. Mas a gente sabe também que o Pantanal tem diversas fitofisionomias

1638 e que nem todas elas têm uma relação positiva com o fogo, várias delas são uma relação
1639 inerentemente negativa, em especial aqueles ambientes mais florestados, os ambientes
1640 mais abertos, uma relação muitas vezes favorecida ou nula, e, no caso dos ambientes
1641 florestais, uma resposta inerentemente negativa. Mas é importante a gente saber que o
1642 fogo no Pantanal acontece há mais de 12 mil anos, mesmo antes de uma presença na
1643 área do Pantanal alagado, não pensando no entorno, de pelo menos 8 mil anos com
1644 populações humanas. Então, a gente já tinha fogo natural causado por raio no Pantanal,
1645 que ajudou a moldar o que o Pantanal é, que depois teve uma relação histórica com a
1646 presença de indígenas e outros grupos tradicionais que fizeram uso desse fogo também
1647 para manter o que a gente encontra no Pantanal hoje. Então, olhando para o mapa de
1648 vegetação do Pantanal, a gente vai ver que ele tem diversidade de fisionomias, e essa
1649 diversidade de fisionomias deixa essa relação com o fogo bastante complexa na hora de
1650 se pensar em prevenção, e isso acaba, em muitos momentos, agravando o efeito que o
1651 fogo tem na hora que ele se torna um incêndio incontrolável, sem ordenamento, e
1652 ocorrendo num momento mais inadequado para a biodiversidade, que é no auge da seca,
1653 quando boa parte das espécies vegetais estão pegando todos os seus recursos, suas
1654 reservas energéticas, e entrando em fase reprodutiva. Então, é um momento bastante
1655 sensível da vegetação. E quando a gente olha mais para o território do Pantanal, a gente
1656 percebe que essas questões de fitofisionomias, elas ainda se mostram mais complexas
1657 ainda, porque elas são mais heterogêneas, o que dificulta mais ainda pensar nas
1658 questões de prevenção. Normalmente, os incêndios acontecem nas áreas abertas de
1659 campo, que têm uma relação com o fogo, são combustível fino, que queima com
1660 facilidade, e ele se alastra com facilidade, mas, quando ele acontece de forma
1661 desordenada, ele acaba entrando para os ambientes sensíveis e transformando
1662 completamente a dinâmica da biodiversidade no Pantanal. Então, isso tudo tem que ser
1663 levado em consideração também quando a gente pensa fogo, pensa tanto o combate
1664 quanto a prevenção. Os combates têm que, prioritariamente, defender as áreas mais
1665 sensíveis do que aquelas que têm uma relação mais adaptada com a sua presença, mas
1666 é uma discussão mais longa. Mudei para o lado errado. Bom, esse é um gráfico da régua
1667 do nível do rio Paraguai, medida em Ladário desde 1900. A gente percebe que, lá em
1668 2020, a gente teve uma queda bastante acentuada do nível do rio, no final do gráfico,

1669 que depois começou a retornar um pouco até 2023, mas ela não é exclusiva e única
1670 daquele momento. Também aconteceram outros rebaixamentos desse grau, desse nível
1671 de inundação em outros momentos, mas a dinâmica de uso do solo era completamente
1672 diferente naquela época. Mas isso daqui é um dos fatores mais importantes, por quê?
1673 Porque essa redução do nível de água expôs vegetação e solo, o fitossolo seco a tornar-
1674 se passível de pegar fogo. Quando a gente olha a previsão do IPCC, um dos cenários
1675 mais drásticos, ele coloca que a gente teria, até 2040, um aumento de temperatura de 2
1676 graus no Pantanal, um aumento da quantidade de dias sem chuva, que é um dos grandes
1677 problemas que a gente tem, que aumenta a desidratação da vegetação e deixa ela
1678 disponível para queimar, e uma redução da precipitação total. Isso tudo torna o clima
1679 extremamente favorável à propagação de incêndios de alta intensidade e,
1680 consequentemente, de alta severidade. Mas o que eu queria dizer é que isso estava
1681 previsto para 2040, mas a gente já encontrou em 2020 cenários que estavam previstos
1682 para 2060. Isso quer dizer o quê? Que aquilo que estava se prevendo acontecer no futuro
1683 nós já estamos vivendo hoje no Pantanal. E a gente viveu em 2020 com bastante
1684 severidade. Quem estava lá lembra o que foi. Esse é o mapa de um artigo do grupo da
1685 Federal do Mato Grosso do Sul, que ele mostra para a gente, no frígir dos órgãos, o
1686 seguinte. Em 2023, quase 50% da área que foi incendiada não queimava há mais de 20
1687 anos. Isso foi feito por imagem de satélite, mas se a gente retroagir mais tempo, eles não
1688 estavam queimando desde 1969, desde aquela última seca, que eram aquelas áreas que
1689 ficavam sempre alagadas, que em 2003 secaram, não se mantiveram alagadas, puseram
1690 fitossolo e levaram para o fogo de solo, que é o mais severo que nós temos. E o segundo
1691 ponto é que em 2020 a área queimada foi 370 vezes maior do que a média anual nesse
1692 período. Então, ele realmente foi um evento catastrófico e incontrolável. O que que levou
1693 a grande severidade no Pantanal? Primeiro ponto, o Brasil está acostumado a ter fogo
1694 de superfície. Não é um fogo igual nos Estados Unidos, não é um fogo igual na Austrália.
1695 Ele queima a vegetação de superfície, que é o fogo que nós estamos acostumados a ver
1696 em vegetação, que é o que é mais divulgado em mídia, que acontece majoritariamente
1697 no País. No Pantanal, esse fogo de superfície, nessas áreas onde tinha o fitossolo seco,
1698 eles entraram para o solo, e aí eles começaram a queimar as raízes e também esse
1699 horizonte orgânico do solo, até o solo mineral. Isso dificulta demais o combate, porque a

1700 gente não sabe onde o fogo está, a gente sabe onde a fumaça está saindo, mas
1701 normalmente o fogo está à frente da fumaça. E a gente não enxerga o fogo, então, nós
1702 temos que cavar trincheiras e buracos para conseguir cercá-los e inundá-los de água,
1703 para evitar que ele passe para o outro lado. E isso dificulta muito o trabalho. E deixa ele
1704 lá, nós trabalhamos, para vocês terem uma ideia, alguma coisa perto de 900 metros por
1705 dia a gente consegue avançar. É quase nada. Não as linhas de fogo de 45 quilômetros,
1706 100 quilômetros, como aconteceram em alguns momentos. Por outro lado, nas áreas de
1707 mata seca e com a vegetação extremamente seca, esse fogo também tinha continuidade
1708 de combustível para subir para a copa das árvores. Ele caminhou pela copa das árvores.
1709 E nós também tivemos fogo de copa no Pantanal, que era um pouco... Eu trabalho com
1710 fogo há quase 20 anos, eu só vi isso acontecer duas vezes no Brasil e eu nunca vi
1711 acontecer como aconteceu no Pantanal. E ele subia para a copa, então, o mesmo
1712 incêndio vinha por superfície, vinha por baixo e vinha pela copa das árvores. E foi isso
1713 que trouxe um dano. E por todos os lados, todo mundo ficando preocupado com as suas
1714 propriedades, também começaram uma tentativa de contra fogo no meio dos combates.
1715 E isso foi agravando, porque era desordenadamente, era uma proteção, era um
1716 desespero de todos que estavam na região. E isso acabou agravando ainda mais a
1717 situação com fogo vindo de todos os lados. Você imagina, por exemplo, o que aconteceu
1718 com a fauna que estava ali no meio, tentava correr para um lado, tentava correr para o
1719 outro e não estava mais entendendo o que estava acontecendo no ambiente. Muito bem.
1720 Nós temos três tipos de impactos sobre a fauna. Eu vou direcionar mais para a fauna que
1721 foi a parte que a gente teve os efeitos que já estão mais tratados, os dados estão mais
1722 tratados e os efeitos foram mais significativos até agora. Então, nós temos três efeitos. O
1723 curto prazo, que é o direto, mortalidade e queimadura. O segundo, que é o que a gente
1724 chama de indireto, que a gente percebe a longo, médio e longo prazo, que é a alteração
1725 da qualidade do ambiente, que aquelas espécies estão adaptadas e tem que se adaptar
1726 a uma nova realidade. E o terceiro, que a gente chama de evolutivo, que é aquele que
1727 fica impresso no gene das espécies, que evoluíram com essa presença do fogo, que em
1728 alguns casos mais simples tem também um sistema de aprendizado, passando de pai
1729 para filho, o que a gente chama de pirocognição. Que no caso do Pantanal, vocês
1730 imaginam que essas áreas que não queimaram, 40% disso, não pegavam fogo há pelo

1731 menos 20 anos. Nós estamos falando de três, quatro, cinco gerações. Então, os
1732 indivíduos não tinham, não estavam acostumados com a passagem daquele fogo, então,
1733 eles não sabiam também como responder aquilo, nem como ensinar os seus filhotes a
1734 aprender sobre aquilo. Então, quando veio esse evento, eles não sabiam direito como
1735 responder. E aquilo que evolutivamente eles conheciam como resposta, não foi o
1736 suficiente, por quê? Porque o tipo de fogo foi diferente daquele que evolutivamente
1737 acontecia na região. Muito bem. Então, no nosso primeiro trabalho, não sei se algum de
1738 vocês viu, nós encontramos 17 milhões de vertebrados mortos. Foi uma estimativa feita
1739 através de métodos de transecção, muito utilizados para a estimativa populacional de
1740 animais vivos, nós utilizamos eles para mortos, e chegamos em 17 milhões de animais
1741 mortos. Esse número é subestimado. Por quê? Porque a gente sabe que teve diversas
1742 outras espécies que não foram encontradas por esse método, mas que por varredura,
1743 pelas brigadistas trabalhando em campo, a gente via esses animais mortos, mas que
1744 pelo método não poderiam ser contabilizados. Então, esse número é muito maior do que
1745 foi estimado aqui. E nós encontramos dois animais que têm hábitos de subir árvore e
1746 fugir. Neste caso, o ouriço, ele não morreu queimado, ele morreu intoxicado. O fogo
1747 nessa área passou lentamente, à noite, muito úmido, e ele não tinha como fugir. A árvore
1748 caiu, ele morreu extenuado, com falta de oxigênio. O outro é um tatu peludo, um tatu-
1749 galinha, que estava tentando cavar um buraco para conseguir se esconder, entrar nessa
1750 toca. Ele não teve tempo suficiente por conta da velocidade do fogo. Ao mesmo tempo,
1751 nós temos outras espécies que buscam os corpos d'água, e eles não conseguiram chegar
1752 nos corpos d'água, e os corpos d'água que eles conheciam estavam queimando. Nós
1753 tivemos outros nas copas das águas que voavam, que não conseguiam voar por conta
1754 da fumaça, nem pela velocidade com que o fogo caminha pela copa. O fogo de copa, o
1755 fogo na copa, ele anda muito mais rápido por conta da velocidade do vento do que do
1756 vento de superfície. Então, ele pega todo mundo despercebido. Grandes grupos e bandos
1757 de macacos inteiros, bugios, pregos, alguns ameaçados de extinção, não conseguiram
1758 fugir, foram totalmente cercados, 10, 15 indivíduos encontrados juntos. Outros animais
1759 que estavam acostumados na estivação, por exemplo, na época da seca, do calor, eles
1760 se enterram, diminuem o metabolismo, alguma coisa análoga à hibernação no inverno.
1761 Eles foram buscar as florestas de abobral, se escondem nas raízes de abobral, mas

1762 queimou tudo por baixo. Aqui nós estamos falando, ela tem um metro e meio de fitossolo.
1763 Isso foi tudo queimado, o que estava junto queimou raízes, plantas e os animais foram
1764 juntos. O jacaré está ali. Outros animais, alguns conseguiram fugir, para as áreas que
1765 ainda conseguiam alagados, outros também não. Infelizmente, em alguns deles, nós
1766 tivemos que fazer eutanásias sanitárias com os veterinários, por conta do nível de
1767 queimaduras que inviabilizava a sua sobrevivência. Em poucos metros de transecção,
1768 coisas de 900 metros de transecção, eram centenas de répteis encontrados. Nesse
1769 grupo, no caso das serpentes, nós coletamos todas porque elas estavam sendo levadas
1770 para o laboratório da UFMT, também para identificação, precisava hidratar e um monte
1771 de outros detalhes para poder chegar ao nível de espécie. Então, eram grandes
1772 quantidades. Outro ponto importante na questão do fogo que impactou a fauna é que,
1773 normalmente, nós temos uma linha de fogo, ou seja, são um, dois metros onde o fogo
1774 está queimando mesmo, as labaredas estão ocorrendo. No Pantanal, como ele tinha por
1775 cima, por baixo, na superfície pela copa e o vento tão forte, as linhas de fogo se
1776 transformavam em faixas de 100 e 200 metros. Então, aqueles animais que têm grande
1777 mobilidade, como veados, ousas, que, normalmente, numa situação dessa, pulam a
1778 labareda de fogo, podem tomar essa pecada, mas eles continuam correndo. Nesse caso,
1779 quando eles pulavam a primeira labareda de fogo, eles encontravam o braseiro, um metro
1780 de fogo queimando para baixo do solo, e eles caíram com as quatro patas dentro deles.
1781 E aí, a partir dali, não conseguiam mais andar. E aí, são cenas parecidas com essas.
1782 Essa é a Amanansi, ficou bem conhecida, foi resgatada de helicóptero, não sei se todos
1783 vocês acompanharam isso, hoje ela está no NEX, aqui perto. Por causa dos danos em
1784 tecido, tendões, ela não pôde ser reintroduzida, ela perdeu a possibilidade de manuseio
1785 e de uso das garras. Então, ela está lá, tentando entrar na parte de conservação ex-situ,
1786 cruzando com outros machos da região do Pantanal, para que a gente possa tentar
1787 reintroduzi-los. Em outro estudo, a gente analisou os efeitos indiretos. Então, nós
1788 levantamos as densidades populacionais das espécies do Pantanal e trabalhamos isso
1789 em relação às áreas de ocorrência e ao tamanho das áreas queimadas. Isso levou a 72
1790 milhões de vertebrados impactados negativamente pelo fogo e coisas perto de quase 5
1791 bilhões de invertebrados. Esse dado está extremamente subestimado. Para vocês terem
1792 uma ideia de mamíferos, eu trabalho hoje no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação

1793 de Predadores Terrestres, o CENAP. Nós temos 72 espécies de mamíferos que nós
1794 somos responsáveis lá no Pantanal. Aqui, a gente só conseguiu dados de 20. Então,
1795 esse valor está em torno de 15% do valor que deveria ser o real, para a gente ter uma
1796 noção do tamanho do problema. E aí, encontramos situações como essa, de onças
1797 fugindo de áreas, tentando invadir ou ocupar outras áreas que têm outras onças
1798 ocupando, e isso leva a conflitos interespecíficos, por exemplo, e que a alteração da
1799 paisagem vai levar à continuidade da perda de indivíduos e da diversidade deles ao longo
1800 do tempo. Quanto tempo? Não sabemos. Precisamos continuar monitorando. Situações
1801 semelhantes como essa, onde as espécies estão com os filhotes, precisando de muito
1802 recurso para a alimentação dos filhotes e não os encontrando. Situações como essa,
1803 onde nós tivemos que entrar com aporte de água e alimento porque não tinham o que os
1804 animais comerem. Paisagem semelhante a essas, totalmente alteradas, muito maiores
1805 do que a área de vida de cada um desses indivíduos, o que dificulta demais com que eles
1806 se adaptem a essa nova realidade, principalmente nesses primeiros dois meses, onde a
1807 vegetação ainda não começou a crescer para disponibilizar alimento para herbívoros e,
1808 consequentemente, toda a cadeia trófica. Situações como essa, parece uma bomba
1809 nuclear estourar. Essas são áreas com fogo de copa, fogo de solo e de superfície ao
1810 mesmo tempo. Em cima disso, começamos outros monitoramentos de médio e longo
1811 prazo. Aqui é a Estação Ecológica de Taiamã, que fica na parte norte do Pantanal e
1812 embaixo do Parque Nacional do Pantanal Mato Grossense, no centro. Nós também
1813 estamos fazendo uma análise com o pessoal da Pantera e da ONS Safari na parte sul do
1814 Pantanal, na Taiamã, que também sofrem centros consecutivos em 2019 e 2021. Essas
1815 análises estão em andamento ainda. O que nós percebemos, vão ter alguns gráficos
1816 meio acadêmicos, porque faz parte das nossas análises, mas eu tentei trazer os textos
1817 mais simplificados. Nós percebemos que existem espécies que só ocorreram depois da
1818 passagem do fogo em Taiamã. Elas não ocorriam antes. São essas nove espécies que
1819 estão à esquerda. Se a gente for olhar para algumas delas, é nítido que são espécies de
1820 ambientes abertos e secos. Isso significa que aquela área estava bastante seca e, após
1821 a passagem do fogo, ela permitiu a chegada de outros indivíduos que têm nichos
1822 ecológicos semelhantes àqueles das espécies que já ocupavam a área, que podem trazer
1823 consequências de longo prazo que nós não percebemos em relação à competição

1824 interespecífica pelos recursos naquele momento. Muitas vezes a gente fala que
1825 aumentou a diversidade. Muitas vezes o fogo aumenta a diversidade, mas essa
1826 diversidade não traz qualidade ambiental e, sim, pode trazer uma competição
1827 intraespecífica nesse processo, principalmente em casos de larga escala como esse.
1828 Quando pensamos em mosaicos menores, isso não acontece, mas em larga escala, sim.
1829 E outro ponto importante, então, é que nós estamos percebendo que esses ambientes
1830 estão ficando mais secos e cada vez mais abertos, ou seja, estamos tendo uma
1831 transformação da paisagem em muitas áreas do Pantanal. Outro ponto que a gente
1832 percebe, comparando áreas queimadas e não queimadas em 2020, é que existem
1833 algumas espécies que são favorecidas pela ocorrência do fogo, ou seja, o fogo não as
1834 elimina do ambiente, mas as atrai para aquele ambiente, por exemplo, com rebrotas,
1835 quando ele é feito de forma adequada. E tem espécies que procuram, ou que o fogo tem
1836 um efeito negativo, ou seja, eliminar o fogo por completo do Pantanal não é a solução
1837 para se evitar incêndio, nem para se conservar a biodiversidade. Nós precisamos achar
1838 um ponto de equilíbrio para que isso aconteça, para que a gente tenha, sim, uma
1839 conservação da biodiversidade e da sociobiodiversidade associada a ela, porque tem
1840 diversos povos e comunidades do Pantanal que moram, residem, usam, manejam essa
1841 área há muito tempo e muitas dessas atividades precisam do fogo ordenado. Um outro
1842 ponto que eu queria tocar é que, apesar da gente não perceber perda de diversidade um
1843 ano após a passagem do fogo na região de Taiamã, a gente percebeu um impacto forte
1844 no tamanho das populações, ou seja, diminuiu a quantidade de indivíduos de todas as
1845 espécies. Isso nos leva a uma preocupação futura. Se continuarmos tendo incêndios
1846 nesse sentido, a gente sim vai ter extinções locais. E só para lembrar, em 2023 nós
1847 tivemos fogo em Taiamã de novo, ano passado. E aí eu não tenho ainda dados para a
1848 gente poder fazer essa análise. Um outro ponto importante, esse gráfico mostra, já é no
1849 Parque Nacional do Pantanal, esse levantamento foi feito dois anos após a passagem do
1850 incêndio em 2020. No frígir dos ovos, esse monte de retinha e curva, o que ele mostra
1851 para a gente? Que os efeitos negativos dos incêndios em 2020 continuaram a ser
1852 sentidos pelas espécies dois anos depois. Ou seja, mesmo depois de uma primeira
1853 recuperação dessa área, as espécies continuam respondendo negativamente a isso. Isso
1854 é demonstrado pela perda de abundância dos indivíduos, ou seja, pela redução de

1855 tamanhos populacionais e tentando evitar áreas onde esse fogo aconteceu. Então, nós
1856 estamos percebendo que a gente está tendo efeitos mesmo dois, três anos depois e
1857 efeitos em cima de tamanho populacional. Isso tem impactos, inclusive, na diversidade
1858 genética dos indivíduos ou das espécies. Pensando em 2023, desculpe, em 2024, esse
1859 gráfico deve ter uns 20 dias, mais ou menos, um pouco mais, talvez. Ele mostra a curva
1860 do rio Ladário, do nível do rio e ele traz um momento preocupante para a gente. Se nós
1861 olharmos a linha verde, que é 2024, nesses primeiros dois meses e meio, agora, ele está
1862 com o nível abaixo do que ele estava em 2020. Essa discussão aqui sai num momento
1863 interessante porque nós ainda temos tempo de fazer algumas ações de prevenção e nos
1864 prepararmos no território para tentar evitar o que aconteceu em 2020. A sinalização indica
1865 bastante preocupação, inclusive porque nós continuamos tendo fogo de 2023 até hoje no
1866 Pantanal. O Pantanal continua queimando, ele não parou de queimar na estação
1867 chuvosa. O que a gente tem planejado em outros territórios e que estamos começando a
1868 levar para o Pantanal é a implementação do manejo integrado do fogo. O que isso prevê?
1869 Ele prevê a gente analisar os atributos ecológicos ou os efeitos ecológicos desse fogo no
1870 ambiente, sejam eles positivos ou negativos, e isso pautar a tomada de decisão para o
1871 ordenamento do uso do fogo, seja autorizando, seja não autorizando, seja evitando em
1872 algum tipo de ambiente ou autorizando em outros, seja ele para consumo de biomassa
1873 disponível para queimar na época da seca, seja protegendo vegetação sensível. E
1874 existem diversos exemplos no mundo que nos trazem, para que a gente não precise
1875 evitar a roda dessa gestão do fogo dentro de ambientes alagados na Austrália, na África,
1876 nos Estados Unidos, Everglades, que nos orientam já e já nos trazem uma luz de como
1877 a gente pode pensar em ordenar esse uso do fogo e também utilizá-lo com fins ecológicos
1878 e com fins de prevenção também da ocorrência dos incêndios. E esses dois pontos é um
1879 triângulo equilátero, todos eles têm a mesma importância no nível de tomada de decisão
1880 e das análises, eles nos levam a entender como que a gente vai gerenciar esse fogo,
1881 quais as técnicas de prevenção mais adequadas, quais as técnicas de combate mais
1882 adequadas e quais as técnicas de ordenamento desse uso do fogo mais adequadas. O
1883 que a gente já sabe é que os incêndios necessariamente são ruins, inerentemente ruins,
1884 então, qualquer atividade que a gente consiga fazer para evitar o incêndio nós já estamos
1885 ganhando. Muito bem. Um ponto que a gente tem que trazer à luz dessa discussão é que

1886 o Pantanal continua acontecendo fogo natural o ano inteiro, não só o fogo de origem
1887 humana, antrópica, mas o fogo natural também acontece. Se a gente for olhar, dividindo
1888 ele por estações do ano, na época chuvosa, no verão e depois também no outono, o que
1889 a gente percebe? Que o tamanho das áreas queimadas, apesar de ter várias fontes de
1890 ignição, elas acontecem em vários lugares do território diferente, elas não avançam, por
1891 quê? Porque é um fogo planejado, é um fogo organizado ou quando é um fogo de raio.
1892 A vegetação está verde, o solo está úmido, ele não se alastra muito, ele queima aquela
1893 área de campo aberto, mas ele não entra nos ambientes florestais, então, ele fica contido
1894 em áreas pequenas. E isso acaba trazendo uma heterogeneidade na paisagem,
1895 facilitando as espécies que preferem a área queimada há pouco tempo e protegendo
1896 aquelas que não querem a área queimada em outros pontos. Só que quando esse fogo
1897 acontece no inverno e na primavera, ele toma grandes proporções e tem impactos
1898 extremamente severos, como a gente viu nos slides anteriores. Então, o fogo já
1899 acontecia. Para a gente trazer alguns resultados em outros lugares que a gente tem
1900 implementado, esse é o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, aqui perto. Depois
1901 que nós começamos em lareja, é o fogo que acontece no auge da seca e em azul o que
1902 acontece no momento mais chuvoso e na transição da chuva para a seca. Quando a
1903 gente começou a implementar o manejo integrado do fogo no Parque de Veadeiros em
1904 2019, a quantidade de fogo no auge da seca reduziu drasticamente. E tem outros
1905 exemplos que nós podemos trazer aqui, que onde a gente começou a ordenar o uso do
1906 fogo, nós reduzimos a quantidade de incêndio vindo da agricultura e dos moradores
1907 residentes dentro do interior do parque ou das unidades de conservação também para
1908 pecuária ou para extração a quase zero. Então, aonde a gente consegue ordenar esse
1909 uso do fogo, transformar isso num planejamento e respeitar também as necessidades de
1910 todos, ninguém quer caminhar na ilegalidade, ninguém quer continuar provocando
1911 incêndio. O incêndio também é ruim, seja para o caçador que espalha a caça, seja para
1912 o pecuarista que espalha o gado dele, que ele tem que ficar buscando depois, seja para
1913 a agricultura que acaba impactando também no solo. O outro ponto, em Serra Geral do
1914 Tocantins, na região de Jalapão, antes da implementação do manejo integrado do fogo,
1915 que são esses anos em vermelho, a implementação foi em 2014, os nossos eventos, o
1916 único evento em Serra Geral do Tocantins queimava 100 mil hectares, 80 mil hectares.

1917 Após a implementação do manejo, com ordenamento do uso do fogo nos territórios
1918 quilombolas, em áreas sobrepostas com povos tradicionais e também com as queimas
1919 prescritas feitas pela equipe de gestora da unidade, nós reduzimos o tamanho do
1920 incêndio para 2 mil, 3 mil hectares no máximo hoje. Lembrando que Serra Geral do
1921 Tocantins tem 710 mil hectares, uma das maiores unidades de cerrado que nós temos,
1922 mas o que ele mostra é uma queda gradativa do fogo ruim. Por fim, algumas
1923 recomendações. A primeira é que, para o Pantanal, a gente não consegue pensar só no
1924 Pantanal como unidade de gestão territorial. Ele é muito afetado porque acontece nas
1925 cabeceiras do rio, que está fora do bioma, mas que está no cerrado. E reduzir o volume
1926 de água que estão nessas cabeceiras para o Pantanal reduz o nível de inundação e,
1927 conseqüentemente, expõe o ambiente à ocorrência de fogo. Opa, desculpe, eu vou
1928 acabar fazendo um... Eu vou ter que passar umas coisas aqui para a frente. Aqui, para a
1929 gente ter uma ideia da preocupação futura que nós temos, essas são... A distribuição das
1930 possíveis PCHs na região. Elas estão na Bacia do Alto Paraguai. Elas estão fora do
1931 Pantanal, mas estão nos rios que drenam para o Pantanal. Nós temos uma
1932 implementada, alguma coisa perto de 30 em algum momento, alguma fase da
1933 construção, e mais umas 60, mais ou menos, em algum processo de autorização, em
1934 algum momento do pedido de implementação. Isso nos traz uma preocupação grande,
1935 inclusive, quando a gente pega o mapa que o André mostrou. Se a gente for olhar aqui
1936 no mapa, secretário, do Pantanal, são quatro rios em vermelho. Um deles é o Paraguai,
1937 o outro deles é o São Lourenço Cuiabá, que é o que está justamente nessa parte norte
1938 ali de drenagem. Então, o que nós estamos vendo é que existe uma possibilidade
1939 também de normatizar ou ordenar o fluxo dessas águas, que vai impactar o que vai
1940 acontecer lá embaixo no nível de inundação. Então, a preocupação é a gente não olhar
1941 o Pantanal como uma unidade única. Nós temos que olhar para o entorno dele, seja ele
1942 no Brasil, seja ele na parte dos outros países limítrofes ali da região. Então, muitas vezes,
1943 nós vamos precisar discutir políticas transnacionais para que a gente possa ter uma
1944 conservação adequada para o Pantanal. A outra coisa que a gente discute muito e está
1945 muito preocupado é a aprovação da Política Nacional do Manejo Integrado do Fogo.
1946 Desculpa, o número da PL está errado, ele foi mudado, eu esqueci de alterar isso ontem,
1947 me perdoem. Mas ele está em tramitação, está em discussão, hoje está no Senado, a

1948 gente precisa retomar essa discussão com mais veemência. E que o outro ponto
1949 importante é que isso esteja articulado com as políticas estaduais. A gente já viu com a
1950 construção da Política do Mato Grosso do Sul que essa articulação está acontecendo
1951 entre Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o governo federal. Isso é fundamental para que
1952 a gente não tenha dissonância nas implementações e no entendimento dos conceitos
1953 ecológicos para a conservação, para unir sustentabilidade econômica com conservação
1954 ambiental. Esse é o tema, a ideia não é brigar entre esses dois grandes grupos
1955 brasileiros, a gente tem que fazer com que eles dialoguem e cresçam juntos. A gente
1956 precisa sim ter um aumento da quantidade de equipes especializadas no território. Isso
1957 não é o governo federal, isso não é só o governo estadual, mas também articulado com
1958 as ONGs e com as propriedades particulares numa sinergia única de trabalho conjunto,
1959 desenvolvendo um plano estratégico de quem entra primeiro e quem vem depois e como
1960 que nós vamos fazer com que essas ações de prevenção também se articulem.
1961 Precisamos continuar os levantamentos e monitoramentos das pesquisas, porque isso
1962 muda a longo prazo. Nós mostramos algumas tendências em dois anos de análise, mas
1963 isso precisa continuar acontecendo para a gente poder entender como é que essa
1964 dinâmica e essas flutuações são afetadas por alteração do nível de alagamento e pela
1965 ocorrência do fogo, porque a gente também viu que climaticamente existe uma tendência
1966 de isso se agravar. Pensar nesses intercâmbios de troca de conhecimento e de
1967 experiências, porque inventar a roda demora muito tempo e nós temos muitas
1968 experiências de sucesso em ambientes semelhantes aos nossos e a gente precisa
1969 continuar aprendendo com essas experiências exitosas ao mesmo tempo que a gente
1970 também demonstra as nossas experiências exitosas para outros países, para que a gente
1971 tenha uma troca eficiente disso. O planejamento territorial tem que acontecer em escala
1972 de paisagem. Não adianta eu pensar em autorizar uma coisa aqui e proibir outra coisa
1973 ali, mas do outro lado da cerca isso está acontecendo. Existe hoje uma dissonância entre
1974 autorizar o uso do fogo dentro de umas áreas protegidas federais e proibir do lado de
1975 fora, às vezes o proprietário é o mesmo, às vezes são espólios de dois irmãos, um pode
1976 manejar, o outro não pode e isso gera muito conflito no território que a gente precisa
1977 minimizar. E a gente tem que considerar os diversos atores dessa sociedade. Quais são
1978 os interesses e quem são os interessados nessa área na conservação disso, no uso

1979 desse território, que precisam ser ouvidos e considerados na hora que nós pensamos em
1980 estratégias de conservação. E o último que não apareceu, ah, não, esse é o último, estou
1981 olhando ali, parece que tem mais um. Bom, parece que nós estamos vivendo um
1982 momento muito ruim, estamos, mas também temos algumas experiências exitosas. Essa
1983 não é Amanaci, esse é o Ousado, foi uma outra onça também encontrada impactada pelo
1984 fogo, diretamente, com queimaduras nas patas, queimaduras com nível menor do que os
1985 Amanaci, ele pôde ser tratado com células-tronco, também no NECS, com o ozônio, e
1986 ele foi reintroduzido. E ao ser reintroduzido, consegue passar um filme nisso aqui? Então,
1987 aqui foi o momento da reintrodução dele, foi extremamente exitosa, foi uma articulação
1988 entre sociedade civil e governo federal, também teve a participação de alguma, se não
1989 me engano, a SEMA do Mato Grosso também esteve envolvida, com órgãos estaduais
1990 também, então, foi uma articulação muito bonita, muito interessante. O bicho está solto,
1991 ele seis meses depois estabeleceu o seu território, e esse vídeo ele viralizou há uma
1992 semana atrás, é o Ousado, com o seu território estabelecido, e já voltando às suas
1993 práticas de caça eficientes. Então, apesar dessa catástrofe ter acontecido em
1994 aproximadamente 30% do território do Pantanal, os outros 70% permaneceram em 2020
1995 ajudando na existência dos indivíduos e das espécies que sobreviveram. Então, a gente
1996 não pode simplesmente transformar a catástrofe numa desesperança, precisamos
1997 continuar monitorando, precisamos continuar trabalhando unidos, porque é possível a
1998 gente transformar essa realidade a partir do momento que a gente entende o que é o
1999 fogo, os seus efeitos, e qual é a melhor forma de gerenciá-lo. Obrigado.

2000 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2001 Muito obrigado. Olha, realmente, acho que é uma oportunidade única a gente poder
2002 verificar o primeiro grau de profissionalismo, de competência com que o Brasil vem
2003 desenvolvendo técnicas e capacidades. Eu acho que o Cristian aqui apresentou os dados
2004 chocantes sobre o que aconteceu, porém, mostrando muito claramente como nós
2005 estamos cada vez mais nos preparando, digamos assim, para não apenas avaliar de
2006 forma cientificamente correta e poder mensurar de fato os danos causados por um
2007 desastre como esse que ocorreu no Pantanal, mas ao mesmo tempo, como nós temos
2008 nos preparado e temos trabalhado para reverter isso em experiências exitosas, como foi
2009 essa que o André Lima nos relatou aqui, nesse relacionamento com o Mato Grosso do

2010 Sul, especificamente, com a colaboração do governo do Mato Grosso do Sul, e que
2011 evidentemente vai gerar muitos ensinamentos para nós. Inclusive, esses dados sobre as
2012 PCHs é um tema que nós vamos trazer para o Conama realmente uma questão dramática
2013 que nós estamos vivendo, inclusive, por decisões judiciais sobre a validade de
2014 legislações específicas que organizavam a questão das PCHs e que foi alterada por
2015 decisões judiciais e interpretações judiciais. E também pelo relatório não apenas esse
2016 que você traz aqui sobre as implicações disso, mas por estudos da Agência Nacional de
2017 Águas, mostrando realmente os riscos envolvendo um volume enorme de demandas e
2018 pedidos de PCHs no entorno do Pantanal. Estudo esse que mostra o impacto que terá
2019 sobre a Bacia Pantaneira. Mas esse é um tópico para a gente tratar na sequência. O
2020 Rodrigo Agostinho se inscreveu. Antes disso, eu queria fazer uma consulta ao plenário,
2021 que é o seguinte. Esse tema que o Christian nos trouxe, deveria ter entrado na pauta às
2022 12h30. Agora são 12h40. Eu solicitei a secretária Ana Toni que vai apresentar o nosso
2023 trabalho sobre a preparação para a elaboração do novo plano clima. Ela já está aqui. Eu
2024 vou pedir que ela faça a apresentação. Vai restar um item de pauta para após o almoço.
2025 Então, eu queria consultar o plenário, além de informes, etc. Eu queria consultar o
2026 plenário, se seria... Qual é o interesse do plenário, eventualmente estendermos um
2027 pouco. A reunião estava prevista para terminar às 13h. Se nós estenderíamos um pouco
2028 a reunião com o objetivo de tratar toda a pauta antes do almoço, porque nós sempre
2029 temos aquele risco depois do almoço nós reduzirmos o quórum, porque nós não teremos
2030 deliberação. Então, eu gostaria de consultar o plenário sobre a possibilidade de
2031 estendermos até 13h30, em vez de 13h como previsto, 13h30, 13h40 no máximo, e tratar
2032 dos dois temas. Pode ser? Podemos fazer isso? Podemos seguir assim? Não, lá o buffet
2033 funciona até as 14h30, não é? É que, na verdade, o próprio pessoal do Conama é que
2034 come tudo no buffet. Então, como está aqui, o pessoal não vai sobrar. Então, eu tenho o
2035 Rodrigo, eu vou pedir que o João, isso. Temos, então, quatro inscritos pedindo para que
2036 a gente possa ser parcimonioso, para podermos seguir com a agenda da forma como foi
2037 aqui aprovado, de continuarmos ainda antes do almoço. Por favor, Rodrigo.

2038 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
2039 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
2040 **IBAMA)** – Secretário, eu vou ser breve, por causa do adiantado. Obviamente,

2041 cumprimentar o Mato Grosso do Sul pela lei do Pantanal e o Mato Grosso por ter ajudado
2042 a viabilizar isso. Eu acho que esse é um ponto muito importante. A gente tem uma
2043 dificuldade de entender o Pantanal do ponto de vista de legislação, por uma série de
2044 motivos. É uma mistura de biomas, a questão da paisagem, as cabeceiras do Rio
2045 Paraguai ficaram de fora do desenho do bioma. Então, tem toda uma complexidade. Em
2046 relação ao ponto específico do fogo, de fato, esse ano, tudo leva a crer que a gente vai
2047 ter uma repetição da crise. O Pantanal não encheu. Nós vamos ter que repensar uma
2048 série de situações. Acho que tem o papel das mudanças climáticas e o papel de uma
2049 série de obras de infraestrutura que a gente precisa, obviamente, sentar na mesa e com
2050 muita transparência discutir elas, como é o caso da própria hidrovía do Rio Paraguai, as
2051 questões dos barramentos, não apenas das PCHs, mas os barramentos de irrigação,
2052 enfim. Nós vamos ter que, obviamente, sentar e continuar discutindo. Do ponto de vista,
2053 obviamente, do fogo, propriamente dito, o IBAMA e o ICMBio já começaram as
2054 conversas. O ano passado, nós fizemos pela primeira vez um plano integrado de
2055 prevenção e combate ao fogo no Pantanal. A gente acredita que, se esse plano não
2056 tivesse em cima da mesa, a situação seria mais grave ainda do que foi o ano passado.
2057 Nós conseguimos um envolvimento importante dos órgãos estaduais e a gente tem
2058 dialogado com a secretária Aquamar, com o pessoal do Mato Grosso do Sul, no sentido
2059 de a gente estar mais próximo. Obviamente, a gente precisa melhorar e muito. Apesar
2060 de toda a estrutura que o IBAMA tem, que os órgãos estaduais têm, a gente vai precisar
2061 estar muito mais próximo. O ano passado, a gente montou uma base no Pantanal, que
2062 foi em Corumbá, mas, provavelmente, a gente vai precisar de mais bases, a gente vai
2063 precisar de equipamentos, a gente vai precisar de treinamento, a gente vai precisar de
2064 um trabalho mais integrado, porque existem técnicas que o IBAMA e o ICMBio usam que
2065 não são as mesmas técnicas que os corpos de bombeiros usam. Então, a gente vai ter
2066 que fazer uma integração um pouco melhor, nós vamos ter que quebrar a cabeça, mas
2067 eu não tenho dúvida, que é um grande desafio para a gente. Então, nós já estamos
2068 anteCIPAMdo o planejamento. O Pantanal tem áreas que queimam e áreas que não
2069 queimam. Nós temos áreas que nunca inundam, por exemplo, como a Serra do Amolar,
2070 que é uma área mais alta, e que pegou fogo agora em plena época de chuva. Então,
2071 assim, tudo aquilo que a gente planejava com as mudanças climáticas está mostrando

2072 que é insuficiente. Então, eu quero apenas deixar uma mensagem aqui, secretário, para
2073 que, de fato, a gente possa trabalhar um pouco melhor com os Estados, que a gente se
2074 aproxime, que a gente sente na mesa, vai ser muito importante essa integração. O IBAMA
2075 tem equipamentos que a gente pode fornecer para brigadas estaduais, não apenas para
2076 o Pantanal, isso vale para os demais Estados. A gente pode capacitar brigadas na
2077 sociedade civil. A gente pode fazer treinamentos em conjunto com os corpos de
2078 bombeiros, porque a gente sabe que a maior parte do treinamento do corpo de bombeiro
2079 é um treinamento focado para a cidade. Isso não quer dizer que ele não tenha
2080 treinamento para incêndio florestal, mas a gente pode trabalhar o uso das nossas
2081 técnicas. E, obviamente, fazer um apelo para que todo mundo que conheça um deputado,
2082 um senador, ajude na aprovação do Projeto de Lei do Manejo Integrado ao Fogo. Hoje o
2083 projeto tem emendas ruins, emendas que estragam o contexto, que tiram, enfim, a
2084 mobilidade que a gente precisa, inclusive, em alguns momentos, para poder decidir por
2085 autorizar o fogo, autorizar o uso do fogo de forma controlada. Era só, secretário.
2086 Obrigado.

2087 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2088 Obrigado, Rodrigo. Próximo inscrito. Ah, sim. Pediria que quem... Nós temos aqui o
2089 Mauro Pires. Estou entendendo que está o João de Deus inscrito, não é isso? O João
2090 escreveu. Seu nome? Daniela, isso. Daniela, João de Deus. João de Deus, por favor.
2091 Depois a Daniela, na sequência o Bacca. Lembrando sempre que nós temos o nosso
2092 pedido, não é? João, de brevidade, por favor.

2093 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
2094 **Biosfera da Mata Atlântica) –** Ok, secretário. Eu queria aproveitar aqui para...

2095 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Se
2096 apresenta, por favor.

2097 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
2098 **Biosfera da Mata Atlântica) –** Desculpa. João de Deus Medeiros, Instituto Amigos da
2099 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Eu queria aproveitar aqui para parabenizar, tanto
2100 o André, quanto o Christian pelas apresentações e aproveitando para ressaltar aqui,
2101 apesar dos dados serem assustadores, mas ressaltar a importância da valorização, do

2102 reconhecimento do trabalho dos profissionais da área ambiental, principalmente para um
2103 país com as características do Brasil. Eu queria usar aqui a palavra para ressaltar um
2104 pouco a preocupação que nós temos com relação à questão da regulamentação do
2105 Pantanal, André, porque como bem foi ressaltado, isso nós estamos tratando de um
2106 patrimônio nacional, então, é importante que a gente tenha uma base de um regramento
2107 geral para evitar conflitos com as legislações estaduais divergentes. Então, aí fica a
2108 sugestão, Capô, que eventualmente talvez a gente pudesse fazer isso com uma própria
2109 resolução no Conama, tomando já a base do que foi já avançado com os estados, mas
2110 para que a gente garanta esse mínimo de uma norma geral que possa balizar essa regra
2111 de forma mais econômica. Obrigado.

2112 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2113 Obrigado, João. Daniela.

2114 **A SR^a. DANIELA MALHEIROS JEREZ - TITULAR (WWF Brasil – Fundo Mundial para**
2115 **a Natureza) –** Bom, boa tarde. Daniela Jerez, conselheira pelo WWF Brasil. Eu queria
2116 ressaltar esse ponto trazido pelo João de Deus, da importância de a gente ter um olhar
2117 para o Pantanal, que extrapola os limites municipais, pensando em como a gente gera
2118 esse bioma comum todo. Então, celebro, sim, esse processo virtuoso da construção da
2119 Lei do Mato Grosso do Sul, mas trago aqui a importância de que a gente olhe para o
2120 bioma para além das áreas de uso restrito da planície pantaneira. Então, tem várias
2121 partes do bioma que não foram abrangidas por essa legislação e que precisam de um
2122 olhar também para a preservação ambiental e para a sociedade pantaneira. Outro ponto
2123 que eu queria trazer aqui para a discussão é a importância da gente replicar esse modelo
2124 virtuoso feito com as ASVs do Pantanal, pro Cerrado. Então, eu peço aqui a colaboração
2125 dos Estados, especialmente da região do Matopiba, para que a gente possa replicar esse
2126 modelo de sinergia, reforçar esse papel interfederativo do Conama como um espaço de
2127 construção entre governo federal, governo estadual, empresas, sociedade civil e etc.,
2128 para que a gente tenha uma solução tão exitosa quanto essa de suspensão das ASVs,
2129 para que a gente possa discutir a questão do desmatamento no Cerrado. Obrigada.

2130 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2131 Obrigado, Daniela. Próximo, Lauro Bacca, por favor.

2132 **O SR. LAURO EDUARDO BACCA – TITULAR (Associação Catarinense de**
2133 **Preservação da Natureza – Acaprena)** – Bom dia a todos. Lauro Bacca, Acaprena,
2134 região sul. Lá na minha cidade, numa certa ocasião, um cidadão que morava no Morro
2135 foi eliminar um ninho de Marimbondo nos fundos da sua propriedade. E esse simples
2136 gesto resultou num fogo de quatro dias e três noites, que acabou com aquele topo de
2137 Morro. Hoje, passados 30 anos, ainda é visível que aquela vegetação não conseguiu se
2138 regenerar adequadamente. Com esse exemplo, eu quero dizer que, assim como em
2139 casos de dengue, o governo faz campanhas, os três níveis do governo, fazem
2140 campanhas mostrando a importância de não deixar lixo, não deixar locais que acumulam
2141 água, e nessas campanhas se extrapolam, de repente se acham como é que é, ocorre
2142 uma caça às bruxas, mandam eliminar todas as bromélias, quando sabemos que as
2143 bromélias não são as principais responsáveis por focos de mosquito da dengue, etc, etc.
2144 Então, fazendo esse paralelo com a grande campanha que se faz em casos como esse,
2145 de epidemias de mosquito, como essa de uma da dengue, por que o governo não faz
2146 campanhas semelhantes, mostrando que gestos tão aparentemente inocentes como
2147 eliminar um ninho de marimbondo resulta no incêndio, cujas consequências vão perdurar
2148 por décadas e décadas. O meu exemplo foi de um incêndio relativamente pequeno, mas
2149 a gestos simples como esse, de uso do fogo descuidado, acaba resultando em incêndios
2150 gigantescos como esses do Pantanal, tão bem mostrados, chocantes aqui pelo Christian.
2151 Fica essa sugestão, então, de tentar ver essa possibilidade de grandes campanhas
2152 educativas e também a fiscalização, que sabemos que é difícil, mas punição rigorosa a
2153 todo aquele que for responsabilizado, flagrado, identificado como causador de incêndio.
2154 Não tenho as estatísticas, mas acredito que a imensa maioria de todos esses fogos é de
2155 origem antrópica. Obrigado.

2156 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2157 Obrigado, conselheiro Lauro. Só lembrando que nós fizemos, tínhamos uma campanha
2158 muito grande focada na Amazônia e no Pantanal, depois nós podíamos compartilhar com
2159 o conselheiro, viu, Marcela, todo o material, foi uma campanha bastante intensa, no caso
2160 do Pantanal, fizemos campanhas, televisão, rádio, jornal, uma campanha bastante
2161 intensa, tanto no Pantanal como na Amazônia, no ano passado. Então, nós vamos,
2162 depois, encaminhar para ele, esse material está correto, tua proposta, mas nós já

2163 estamos atuando nessa direção e sugestões serão bem-vindas. Eu tenho Mauro Pires, a
2164 Mauren, o César Vito de Espírito Santo, que não é de Espírito Santo, é do Distrito Federal,
2165 e a Claudia da CNN, mas eu queria pedir, realmente, que seja bem breve, porque nós
2166 ainda vamos agora, de imediato, passar a palavra à Secretária Ana Toni sobre o plano
2167 de mudança do clima. Mauro Pires, por favor.

2168 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2169 **Conselho – GARCO)** – Olá, gente, bom dia. Bem breve. Primeiro, para dizer que esse
2170 trabalho que o Christian apresentou, nós mesmos ficamos na dúvida se devia trazer essa
2171 exposição para cá, Capobianco, quando você perguntou, por causa exatamente daquelas
2172 imagens, não era para estragar o almoço, ainda bem que se adiou o almoço, que acho
2173 que vai dar tempo das pessoas se recuperarem. Mas porque nós, como disse o
2174 Agostinho, tem todas as condições de esse ano, e talvez o próximo, repetir aquela
2175 situação de 2020. Se nós somarmos a capacidade de ação do ICMBio, do IBAMA, dos
2176 órgãos estaduais, muito provavelmente a gente vai ficar aquém da necessidade. Eu digo
2177 em termos de combate, mas a gente tem alguns instrumentos, entre eles, por exemplo,
2178 a chamada queima controlada, que é algo que é feito pelos Estados. Então, a gente tem
2179 que olhar muito cuidado para esse tipo de ação. A gente tem que olhar também para a
2180 formação dos brigadistas. O Rodrigo Agostinho falava da diferença em combater o
2181 incêndio florestal, é muito diferente. Aqui, o ICMBio tem uma parceria muito interessante,
2182 é por isso que eu queria frisar, uma parceria aqui com o governo do Distrito Federal. Eles
2183 também estão agora já numa fase de contratação de brigadistas que vão contar com
2184 apoio na formação do ICMBio e para fazer o chamado manejo integrado do fogo. Embora
2185 a situação seja crítica, na apresentação do Christian, ele deixou isso muito claro. Tem
2186 técnicas que a gente pode usar, comprovadas cientificamente, e que, portanto, a gente
2187 pode ter condições de enfrentar essa gravidade da qual nós todos seremos chamados à
2188 ação. E, nesse sentido, frisar a importância do projeto de lei que estabelece a política
2189 nacional de manejo integrado do fogo. Agora, as propostas que lá estão de emendas,
2190 elas desconfiguram totalmente a proposta. Então, acho que é importante a quem puder
2191 ajudar nessa discussão. Até acho que o Conama, como Conselho Nacional, e
2192 considerando que os biomas são temas de total interesse de todos nós, acho que vale

2193 uma avaliação do Conama, talvez uma manifestação própria do Conama em relação a
2194 essa proposta do manejo integrado do fogo. Obrigado.

2195 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2196 Mauro, excelente. Você pode elaborar, com conselheiros que tenham interesse, uma
2197 eventual proposta de manifestação do Conama, que nós podemos submeter ao final da
2198 reunião para a apresentação do plenário. Mauren, por favor.

2199 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Mauren Mato
2200 Grosso. Também vou ser bem rápida. Só quero fazer um registro de parabenizar o ICMB
2201 e o Christian pela apresentação. Eu sei que, para quem nunca viu, pode parecer
2202 impactante mesmo, mas, para nós, é até, de certa forma, um acalento que as pessoas
2203 compreendam a relevância, o impacto, mas que existe luz ao fim do túnel. Quero
2204 sinalizar, fazer só reforçar um compromisso, presidente Rodrigo Agostinho, do governo
2205 dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em atuar conjuntamente com o
2206 governo federal, inclusive, para nós, os dois estados, iniciamos o mês de janeiro com
2207 uma reunião conjunta, estabelecendo uma renovação do nosso acordo de cooperação
2208 técnica, para incluir outras temáticas que nos preparem para o enfrentamento deste ano,
2209 considerando que as nossas salas de situação, o CIMAM, e as reuniões que nós temos
2210 com as equipes de ICMBio e IBAMA, no âmbito dos estados, também já sinaliza o cenário
2211 que nós todos vimos aqui hoje. Então, só fazer o reforço, dizer que os estados já estão
2212 atuando e, como sugestão, que eu acho também que é o pensamento de vocês, como
2213 nós já estamos preparados esse ano, que o planejamento que foi feito pelos estados,
2214 pelo governo federal, possa se integrar, e com isso a gente vai atuar melhor, eu acho que
2215 é total consenso entre os estados em relação ao tema. Acho que nós podemos, aí é uma
2216 questão já de sugestão, utilizar a prática recomendada da ABNT 1014, ela foi construída
2217 com apoio da ABEMA na cooperação, acho que ela pode também, de algum modo, ser
2218 integrada nessa nova performance que nós precisamos dar para o enfrentamento do
2219 assunto no Pantanal. Acho que eram essas as minhas considerações, só mais uma vez
2220 também elogiar a condução, se para o Ministério foi uma condução exitosa, o secretário
2221 André registrou, para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Parabéns, mas
2222 também foi um processo construtivo muito relevante, então, nós também fazemos um

2223 agradecimento e um reconhecimento de que a condução da nossa parte também, ela foi
2224 talvez um exemplo para outras situações que venham a ser conduzidas. Obrigada.

2225 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2226 Com certeza. Obrigado, conselheira. Conselheiro César Vito do Distrito Federal, o senhor
2227 tem um minuto, porque o senhor já falou várias vezes hoje.

2228 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
2229 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** Obrigado, Capô, mas eu aprendi com ele,
2230 viu, porque ele foi um ambientalista, ainda é, da Mata Atlântica e ficava, obviamente,
2231 fazendo esse papel de cri-cri do ambientalista cri-cri, desculpa.

2232 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) – O**
2233 senhor me chamou de cri-cri, pô?

2234 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
2235 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** É o seguinte, primeiramente gostaria de
2236 parabenizar aqui o governo do Mato Grosso do Sul pela lei, que foi aprovado agora para
2237 o Pantanal, muito interessante, seria legal que também o Mato Grosso seguisse nessa
2238 linha, existe uma lei também no Mato Grosso, porém, não com abrangência. Alô? A lei
2239 do Mato Grosso por seu lado criou algumas questões que preocupam muito,
2240 principalmente a questão das comunidades tradicionais, mas, então, a minha sugestão é
2241 que as duas legislações pudessem ser compatibilizadas. Mas gostaria também de
2242 ressaltar o que o Cristian falou aqui, do Mando Integrado do Fogo, nós fizemos um
2243 trabalho no SESC Pantanal, na RPPN do SESC Pantanal, nós, a Funatura, em que
2244 usamos o roteiro metodológico de elaboração do plano do Mando Integrado do Fogo do
2245 ICMBio, que foi desenvolvido para a Unidade de Conservação Federal. E, muito
2246 interessante, a partir deste ano, a reserva RPPN, que é a maior RPPN do Brasil, com
2247 mais de 100 mil hectares, já vai estar usando um plano de MIFI lá na reserva. Então,
2248 essa é uma questão importantíssima, a gente ainda mais considerando que o Pantanal,
2249 nos últimos 30 anos, perdeu cerca de 30% da sua superfície de água. Então, o bioma
2250 está ficando mais seco e muito preocupante. Como foi ressaltado aqui, os problemas
2251 maiores, eles vêm na parte de cima, que é do Cerrado. A questão das IPCHs que
2252 precisam ser encaradas, achei interessante essa proposta, viu, Capobianco? E

2253 considerando não só o impacto do Pantanal, mas também do próprio Cerrado, porque lá
2254 no Mato Grosso, são dezenas e acho que centenas de IPCHs planejadas, e isso a gente
2255 tem que realmente levar a discussão com muito cuidado. Muito obrigado.

2256 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2257 Obrigado, César. E, para encerrar, então, a Cláudia CMM.

2258 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios) –** Bom
2259 dia ainda, como a gente ainda não almoçou, não é? Bom dia a todas e a todos. Enquanto
2260 Confederação Nacional de Municípios, sempre que a gente está presente aqui no
2261 Conama, a gente fica pensando como é que a gente pode depois chegar na ponta tudo
2262 que é debatido aqui, tudo que é proposto, ainda que não seja uma deliberação, mas as
2263 próprias provocações que vocês fazem, né, quanto ambientalistas, crise ou não, mas é
2264 interessante que isso tem que chegar na ponta de alguma forma. A apresentação do
2265 Cristian, sem dúvida nenhuma, acho que dispensa comentários quanto à importância, à
2266 magnitude. Seria bom, então, a minha fala aqui enquanto CNM é que a gente conhecesse
2267 nessa profundidade como que tem sido e aí eu sei que isso tem um trabalho também da
2268 Academia muito forte ali pelas apresentações, estudos e publicações, mas que a gente
2269 conhecesse também o impacto do fogo exatamente como a gente viu aqui, mas também
2270 nos outros biomas. Não sei se já existe algo integrado nesse nível, talvez, não sei se uma
2271 Câmara, não vou dizer Câmara Técnica a nível de Conama, mas a nível de Ministério do
2272 Meio Ambiente, um grupo a trabalhar a questão dos incêndios, já que é a tendência de
2273 crescimento com as mudanças climáticas e eu trago isso por conta da demanda dos
2274 municípios realmente, de não saber como lidar com o fogo e a gente sabe das populações
2275 tradicionais de uso do fogo, então, como é que os gestores municipais na ponta podem
2276 orientar isso. Talvez a nível de Conama uma resolução, por exemplo, sobre o uso de
2277 retardantes, eu não sei até que ponto isso, se existe regulamentação ou não, só conheço
2278 um trabalho. Aqui em frente, atravessando a L2, a gente tem dentro da Universidade
2279 Brasília o ECOA, o Laboratório de Ecologia Aplicada que tem professores lá que eu
2280 conheço que trabalham inclusive num projeto com corpo de bombeiras aqui no Distrito
2281 Federal, que é o Carlos Henck, sobre o uso de retardantes, mas, enfim, tive várias
2282 conversas com ele, mas não é algo a nível de pesquisa, então, isso não tem nada
2283 aplicado no Brasil ainda, regulamentado, enfim, mas é para dizer o seguinte, a gente

2284 precisa chegar na ponta realmente, como foi colocado aqui, se for esperar um esforço
2285 apenas do governo federal, do governo dos estados, isso não vai acontecer, mas os
2286 municípios precisam dessa capacitação, desse apoio técnico, desse apoio financeiro,
2287 como é que a gente pensa estratégias de incluir, a gente tem as brigadas voluntárias,
2288 tem municípios que tem essas brigadas voluntárias, mas a gente precisa ir um pouquinho
2289 além e começar a pensar na prevenção. E aí, enquanto Confederação Nacional de
2290 Municípios, ontem a gente fez um seminário sobre defesa civil que tinha 300 participantes
2291 online do país todo, então, pensar, e aí como é que o Ministério poderia contribuir, a gente
2292 sempre tem nos nossos seminários pessoas do Ministério do Ambiente, Ministério da
2293 Integração, Desenvolvimento Regional, enfim, dependendo da temática lá, mas trazer
2294 para os municípios que instrumentos se tem hoje para você trabalhar com prevenção a
2295 esse tipo de incêndio, independente do bioma em que ele está inserido, que outras
2296 alternativas, que outras ferramentas ele tem, e claro, levar, a gente vai analisar essa
2297 política Nacional de Manejo do Fogo, essa política foi colocada, e tem uma reunião dia
2298 13 agora, que é do chamado Conselhão, onde a gente tem a Câmara Técnica de
2299 Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Mudança do Clima, lá no Planalto, e vou
2300 levar essa preocupação também com essa questão dos incêndios. Muito obrigada.

2301 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2302 Perfeito, Conselheira, vou passar a palavra para o Pedro para encerrar, de fato, e passar
2303 para a apresentação da Secretária Ana Toni, mas antes eu queria pedir, Rodrigo e Mauro,
2304 mas, Rodrigo, eu sugiro enfaticamente, com base na manifestação da Conselheira
2305 Cláudia da CNM, que seja feita uma reunião no Previ Fogo, a ANAMA poderia organizar
2306 isso, seria um programa excepcional. Como disse o Presidente Rodrigo Agostinho, o
2307 Presidente do IBAMA, nós temos, o IBAMA tem equipamentos, tem capacidade de
2308 treinamento, tem metodologias para apoio e formação de brigados, o Presidente do
2309 ICMBio, Mauro Pires, também reforçou essa capacitação que o ICMBio também tem.
2310 Então, eu acredito que seria muito positivo, e pedindo que o Marçal organize isso pela
2311 ANAMA, junto com vocês, lá da CMN, CMN, para que a gente faça, CNM, para que a
2312 gente faça o CNM, é que ele escreveu CMN aqui, eu falei, não, não é CMN, eu fiquei
2313 aqui, não, é a Coordenação Nacional dos Municípios, é CNM, para que faça um esforço
2314 realmente para chegar na ponta dessa capacitação, e, inclusive, conhecer o prev-fogo

2315 aqui, não sei se você já conhece o prevfogo, mas trazer lideranças municipais para
2316 conhecerem o prevfogo, que é uma instalação de altíssimo nível, que permite, que
2317 possibilita vários treinamentos, etc. Pedro, vamos encerrar esse assunto, e Secretária
2318 Ana já está com tudo engatilhado? Então, está bom.

2319 **O SR. PEDRO BRUZZI LION (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – Obrigado,
2320 obrigado, Secretário, Presidente. Bom, enfim, para ser bem propositivo aqui o objetivo
2321 com relação a essa questão do Cerrado, que, enfim, não tem como a gente se esquivar
2322 dessa discussão, propor ao Ministério do Meio Ambiente, Secretário, que possa fazer
2323 uma avaliação com relação à Resolução 379, que cria regulamento do sistema de dados
2324 e informações sobre a gestão florestal no âmbito do SISNAMA, fazer uma avaliação
2325 interna sobre a viabilidade, no sentido de atualização dessa resolução, e que ela possa
2326 ser encaminhada para a respectiva Câmara Técnica aqui no Conama, tendo em vista
2327 essa questão da urgência do Cerrado. Estamos no ano eleitoral de eleições municipais e
2328 a pressão política sobre esse tema só aumenta.

2329 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** –
2330 Qual a resolução?

2331 **O SR. PEDRO BRUZZI LION (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – 379.

2332 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – Ah,
2333 379.

2334 **O SR. PEDRO BRUZZI LION (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – Propor uma
2335 avaliação pelo Ministério do Meio Ambiente, caso o resultado da avaliação seja positiva,
2336 para que a gente possa, no âmbito de uma determinada Câmara Técnica aqui, que possa
2337 acolher esse assunto, realizar uma atualização dessa resolução, como uma estratégia
2338 de fazer frente a essa questão principalmente associada à irregularidade que estão sendo
2339 encontradas nas ASVs, e que de maneira que a gente confere mais transparência e
2340 controle ao sistema.

2341 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – O
2342 secretário André Lima podia fazer essa avaliação da Resolução 379? Qual é o ano da
2343 Resolução 379?

2344 **O SR. PEDRO BRUZZI LION (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – 2006.

2345 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2346 2006. Fazer uma, tendo a proposta do Conselheiro, fazer uma avaliação para a gente
2347 identificar as possibilidades e potencialidades de atualização da Resolução. Obrigado,
2348 Conselheiro. Secretária Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima, por favor.

2349 **A SRª. ANA TONI (Secretária de Mudança do Clima - MMA) –** Boa tarde a todos e
2350 todas. Primeira vez que eu falo aqui no Conama, e ele me coloca para falar antes do
2351 almoço. Estou entre vocês e o almoço, depois de uma apresentação absolutamente que
2352 eu saio impactada, então, agradecer ao Christian e a apresentação, mas vamos lá, vamos
2353 apresentar.

2354 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Só
2355 do Christian? Você não achou boa do André Lima?

2356 **A SRª. ANA TONI (Secretária de Mudança do Clima - MMA) –** Ao contrário, eu ia falar
2357 do André Lima, ia falar do André Lima, mas ia começar aqui primeiro agradecendo aqui
2358 a Secretaria do Conama, o Conama, como todos os conselheiros, já tenho aprendido
2359 muito, e ter vindo aqui hoje foi ótimo, acho que na Câmara Técnica, a gente tem uma
2360 nova Câmara Técnica de Justiça Climática, já começamos o trabalho, mas eu queria
2361 parabenizar em particular o secretário André Lima, que já estava aqui no script, porque,
2362 obviamente, vocês podem imaginar, falando de clima, o tema de desmatamento é o que
2363 mais conta para o clima, a contribuição brasileira de emissões, e a gente tem trabalhado
2364 realmente muito juntos, e aí, para parabenizar o André, logicamente, Ibama, funcionários
2365 do Ibama, do ICMBio, todo mundo que está, os estados, os municípios estão contribuindo
2366 para a agenda de desmatamento, é um apoio direto à agenda de clima também. Então,
2367 vou deixar aí também o meu abraço a todos. Vou apresentar mais ou menos rápido, é
2368 uma apresentação rápida, para depois até a gente aprofundar o que a gente está
2369 fazendo, e tem aí a Câmara Técnica de Justiça Climática para isso. No Brasil, a gente
2370 tem um duplo desafio, que é adaptação e mitigação, e eu comecei pela adaptação,
2371 exatamente pelos problemas que a gente já está enfrentando e que a gente já viu e já foi
2372 comentado. Próximo, por favor. O tema, todo mundo já conhece, vou passar rapidamente
2373 sobre ele, é o aquecimento global, essa curva que está começando e agora já estamos,
2374 assim, nesse pico, a temperatura, se a gente não conseguir realmente deixar a 1,5 grau
2375 até 2100, as consequências que vão ter para o mundo inteiro, para os biomas, ela é

2376 absurda em termos econômicos, sociais, ambientais. Então, é um problema global.
2377 Então, apesar de nós termos aqui a nossa tarefa, como o Brasil, mas a gente também
2378 tem uma tarefa muito grande, que é trabalhar globalmente, e o Brasil vai estar aí
2379 presidindo a COP30, então, vamos ter essa tarefa dupla no ano que vem. Próximo, por
2380 favor. Como eu falei, é uma tarefa global, tem alguns instrumentos que ficam julgando as
2381 NDCs do mundo inteiro. Essa aqui é uma, é o do carbon tracker, se não me engano, é
2382 do carbon tracker, que coloca se as NDCs são boas, não são, qual é a metodologia que
2383 eles usam, cada um tem uma sua metodologia, mas está claro que, independentemente
2384 do que cada país individualmente está fazendo, globalmente a gente está longe das
2385 temperaturas que a gente precisa em termos do esforço coletivo de todos nós. Próximo,
2386 por favor. Já entrando no Brasil, a gente fala muito no debate climático no Brasil das
2387 oportunidades brasileiras. A gente sabe que no Brasil nós temos uma oportunidade
2388 grande porque temos vantagens comparativas e competitivas numa economia de baixo
2389 carbono, pela extensão da nossa floresta, a nossa matriz elétrica e energética brasileira,
2390 mas pouco se fala, quando a gente fala do Brasil, das consequências do Brasil sendo um
2391 dos países mais vulneráveis à mudança do clima. E acho que a apresentação do
2392 Christian deixa isso muito claro, essa vulnerabilidade, e é uma vulnerabilidade que a
2393 gente tem de todas as naturezas e os eventos extremos no Brasil já estão chegando e
2394 chegando de uma maneira muito forte em todas as regiões. Próximo, por favor.
2395 Infelizmente, o Brasil está muito pouco preparado para a adaptação de mudança do
2396 clima. Então, vocês veem lá que dos 5.570 municípios, 3.679 tem pouquíssima, baixa
2397 capacidade adaptativa à mudança do clima, em todos os sentidos. As nossas cidades,
2398 as nossas hidrelétricas, a nossa agricultura, todos os sentidos, a gente tem uma baixa
2399 capacidade. Mesmo olhando para as capacidades, metade dos municípios brasileiros
2400 tem uma defesa civil. A gente já viu aqui o tema de fogo, desses municípios que tem
2401 defesa civil, tem muitos deles que tem uma pessoa só na defesa civil que normalmente
2402 é um bombeiro aposentado. Então, a nossa capacidade de não só nos adaptarmos à
2403 mudança do clima, que já existe, já estamos agora esse ano em 1.4 graus acima da
2404 média, mas a nossa capacidade adaptativa é pequena para os desastres e antes dos
2405 desastres para lidarmos, como é que a gente vai estar nos adaptando. Na parte de nossa
2406 contribuição, o Brasil é o sexto maior emissor de mudanças do clima, China logicamente

2407 primeiro, Estados Unidos e as diferenças são grandes, mas nós temos uma contribuição
2408 grande na parte de mitigação. Eu sei que eles desmataram antes ou poluem mais, mas
2409 no final a nossa responsabilidade, ela é grande. Desmatamento é a base de quase 50%
2410 das nossas emissões vem da área de uso da terra e nós temos o ano passado, o governo
2411 rapidamente já fez a correção da nossa MDC, então, nós temos as metas que foram
2412 colocadas, elas estão muito claras que deveríamos chegar no ano de 2025 com uma
2413 emissão líquida de 1.3 gigatoneladas de carbono, em 2030 1.2 gigatoneladas de carbono,
2414 isso é líquido. Estamos nesse momento, vamos falar um pouco mais sobre a nossa MDC
2415 que temos que apresentar provavelmente até o final do ano, começo do ano que vem
2416 para 2035 e já nos comprometemos com a MDC que no máximo em 2050 seremos
2417 carbono neutro. Então, já sabemos qual é, como é que as nossas emissões desde 1990,
2418 como é que ela vem progredindo, quais são os setores, temos muitos dados, muito,
2419 muitos dados. Então, qual é o grande desafio agora? É a gente planejar de agora como
2420 é que a gente vai cumprir as metas de 2025, as metas de 2030, qual vai ser a nova meta
2421 de 2035, a gente tem uma obrigação de já colocá-la e qual vai ser, como é que essa
2422 curva vai acontecer até 2050. E mais importante, pode passar, por favor. Então, como é
2423 que essa curva acontece, isso aqui é o cenário global, a gente sabe que a curva vai ser
2424 muito importante, agora muito importante é saber que setores vão poder contribuir,
2425 quanto custa para cada um dos setores e com que tempo eles conseguem trazer essa
2426 diminuição de emissão. Por favor, o próximo. Próximo, por favor. Então, estamos
2427 desenhando o Plano Nacional de Mudança do Clima, ele é presidido, ele é feito através
2428 do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, o ano passado também teve um novo
2429 decreto, hoje em dia tem uma composição com 18 membros, são 18 ministérios e dois
2430 membros da sociedade civil, o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima e a Rede Clima,
2431 que compõe mais de 200 cientistas que participam do CIM, ele é presidido pela Casa
2432 Civil e o Ministério de Meio Ambiente tem como a secretaria do Comitê Interministerial e
2433 nós fizemos a primeira reunião dele em setembro do ano passado, e que foi determinado
2434 quatro grandes grupos de trabalho, um grupo de trabalho para mitigação, um para
2435 adaptação, um para falar do mercado de carbono e o terceiro para revisão da nossa lei.
2436 Esses grupos de trabalho, desde aí de setembro, estão trabalhando a mil por hora,
2437 liderado ali pela equipe, com todos os outros ministérios, que a gente está com muita

2438 força nisso. Por favor, o próximo. Em relação especificamente ao Plano de Mitigação e
2439 Adaptação. Então, a gente está nessa construção do Plano Clima, ele vai ter o Plano
2440 Clima em geral, ele vai ter esses dois lados, Mitigação e Adaptação, mas muito
2441 importante, o Plano Clima em geral e para cada uma das áreas, ele vai ter o que a gente
2442 está chamando de Estratégia Transversal, que é da perspectiva de transição justa. Então,
2443 os planos vão ser desenhados olhando para as populações mais vulneráveis, para os
2444 efeitos de emprego e renda que cada um dos planos terá. A gente vai ter que olhar para
2445 os planos de mitigação, de meios de implementação. Não adianta só a gente ter metas
2446 de mitigação ou adaptação. A gente tem que saber como é que meios de implementação
2447 a gente vai ter para esses planos. Então, a gente vai sair desses planos. Qual é o tipo de
2448 financiamento necessário? Tem mudanças regulatórias que precisam acontecer sim ou
2449 não? Que tipo de tecnologias precisam ser implementadas ou não? Cada plano também
2450 vai ter a parte de educação, capacitação e pesquisas necessárias para a implementação
2451 nesses planos e, obviamente, uma área transversal de monitoramento e avaliação.
2452 Próximo. Serão oito planos de mitigação, eles já começaram. Então, a gente já tem
2453 conversado com esses oito ministérios e secretarias responsáveis por cada uma dessas
2454 áreas, debatendo bastante. Na área de mitigação, o que a gente já está fazendo é a
2455 construção de cenários, que é normalmente como se faz planos de mitigação. A gente
2456 está contratando a COPE, já contratou a COPE, o professor Roberto Schaffer. O que é a
2457 COPE? Desculpa, é a COPE da UFRJ, é um centro de pesquisa de clima que vem, é o
2458 único centro nacional reconhecido internacionalmente pela UNFCCC para cenários
2459 globais de mitigação e a gente está, engajou eles para nos ajudar nos cenários de
2460 mitigação e o professor Roberto Schaffer e toda a sua equipe, a nossa equipe, sentou
2461 com cada um dos ministérios envolvidos nessas áreas, então, ainda está a nível federal
2462 e com todos os cenaristas brasileiros que fazem cenários de mitigação para olhar quais
2463 são as premissas que a gente vai colocar nos cenários brasileiros em todas essas áreas.
2464 Então, esse trabalho já começou, por enquanto está a nível, como eu falei, do governo
2465 federal, eu vou falar daqui a pouco sobre como é que a gente vai seguir com esse trabalho
2466 e a nível de adaptação, o Brasil tem o plano nacional de adaptação que foi adotado em
2467 2016, ele está extremamente defasado porque as consequências de mudança do clima
2468 já estão na nossa porta, então, a gente engajou todas essas áreas, serão 15 planos de

2469 adaptação liderados por cada um desses ministérios que ali estão e a gente tem
2470 trabalhado bastante com cada um desses ministérios e agora já tem um template geral
2471 como cada uma dessas áreas vai trazer o seu plano de adaptação, no caso brasileiro, a
2472 única área um pouco mais avançada, são duas áreas no plano de adaptação, é a
2473 agricultura, que já tem um trabalho grande, e saúde, e aí já parabeno a área de saúde
2474 que já tem feito um trabalho absolutamente fenomenal na área de clima em geral, mas
2475 principalmente na área de adaptação, então, vão estar liderando esses processos, mas
2476 todos os outros também serão colocados. Próximo, por favor. Isso aqui é um pouco o
2477 cronograma que a gente tem desenhado, então, o plano, a gente começou logicamente
2478 em 2022, logo ali com o SIN, mas desde 2023 os grupos de trabalho já começaram na
2479 elaboração da estratégia nacional.

2480 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2481 Desculpa, você começou em 2023 com o SIN e 2024.

2482 **A SRª. ANA TONI (Secretária de Mudança do Clima - MMA) –** É isso, 2023 com o SIN
2483 e agora já estamos em 2024, é que o tempo passa rápido dentro do governo. Então, o
2484 plano já começou de adaptação, já em diálogo com sociedade civil, com os diversos
2485 ministérios, o plano de mitigação, ele, que é o azul ali um pouco mais forte, começou com
2486 essas trajetórias e cenários, agora os planos setoriais, a ideia é eles começarem ao redor
2487 de maio, para a gente começar, e as atividades de consulta e engajamento com
2488 sociedade civil, elas já estão começando, não começa ali em abril, elas já estão
2489 começando, é o nosso próximo slide, mas eu queria colocar que a gente vai fazer uma
2490 consulta pública de todo o plano clima em outubro, esse é o desejo, para nós termos em
2491 novembro o plano clima sendo adotado, e por que tanta pressa? Acho que tem dois
2492 grandes motivos, primeiro, porque mudança do clima significa emergência climática,
2493 enquanto a gente está fazendo o plano, a gente não está esperando o plano para também
2494 já fazer coisas, olha aqui o que o André apresentou sobre desmatamento, trocar o pneu
2495 com o carro andando, a gente está fazendo ambos, mas logicamente o Brasil vai ser
2496 presidente da COP30 no ano de 2025, e todos nós sabemos que a grande entrega da
2497 COP30 são as segundas NDCs para 2035, então, o governo brasileiro decidiu, o ministro
2498 da Marina colocou bastante forte para a gente, que a gente seja um exemplo do nosso
2499 plano clima, que a gente lidere pelo exemplo, então, a gente quer ter a nossa nova NDC,

2500 o nosso plano clima, para que a gente possa, o ano que vem, já como a presidência que
2501 começa para a COP30, que a gente possa mostrar um plano clima ambicioso, lastreados
2502 por planos de implementação, para que a gente traga outros países que também façam
2503 as suas NDCs ambiciosas e também com planos de implementação, então, a gente acha
2504 que seria muito importante terminarmos esse ano para dar o exemplo para os outros
2505 países. E o último slide é o plano de engajamento. Nós temos em detalhe desenhado já
2506 um plano de engajamento bastante robusto, acho que vai ser provavelmente o plano
2507 clima com mais participação, que a gente se sente bastante orgulhoso disso, acho que
2508 obviamente para a ministra Marina Silva, para o Capobiano, que isso é essencial, essa
2509 participação para o plano sair da melhor maneira possível. Então, tem diversos
2510 momentos. A Conferência Nacional de Meio Ambiente, que já está sendo planejada, que
2511 o Ministério está liderando, vai ter como o tema mudança do clima. Então, a gente vai ter
2512 oportunidade através da conferência de chegar nos municípios, nos estados e
2513 logicamente para o federal. O Brasil participativo através da Presidência da República,
2514 como vocês devem ter lembrado que eles fizeram ali com o PPA, eles agora escolheram
2515 o tema mudança do clima para a gente também levar para o Brasil participativo toda uma
2516 maneira ali de participação através do Brasil participativo e da Presidência. O Conselho
2517 de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, também tem dentro do
2518 Conselhão o tema mudança do clima, está sendo priorizado e vai ter diversos debates,
2519 tem câmeras técnicas lá. O Conselho da Federação tem três câmeras técnicas, uma
2520 delas é mudança do clima para a gente ter uma maneira de falar com o subnacional,
2521 estados e municípios e trazer os estados e municípios mais próximos. Então, o Conselho
2522 de Federação vai ser fundamental. Obviamente o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima,
2523 estamos trabalhando muito próximo deles com as câmeras técnicas. Tem um plano de
2524 engajamento para o plano de mitigação muito específico, porque é um engajamento mais
2525 técnico que a gente já tem agora uma parceria com a FGV São Paulo, que vai estar
2526 coordenando com o setor privado e também com entes subnacionais, debates técnicos,
2527 mas principalmente com o setor privado na área dos setoriais para a gente assegurar
2528 esse debate com o setor privado. Os seminários temáticos que o Ministério já começou,
2529 a gente já fez diversos seminários temáticos sobre o plano do clima, audiências no
2530 Congresso e as comissões, a gente já está organizando com eles no Congresso Nacional

2531 para a gente ter debates sobre o plano do clima nas diversas comissões. Reuniões
2532 setoriais que a gente está fazendo agora, dia 19 e 20, por exemplo, vamos fazer uma
2533 reunião grande com os subnacionais, com os estados e municípios que aqui em Brasília,
2534 já programado para o mês seguinte com a sociedade civil e no mesmo mês de novo com
2535 o setor privado, então, a gente também está fazendo isso, vai ter a consulta pública, tem
2536 o fórum de conselhos, porque alguém mencionou a gente aqui no governo federal tem
2537 que assegurar que todos os conselhos se falem, então, a gente está preocupado com
2538 isso. E aqui no Conama, e eu coloquei o ponto de interrogação porque essa foi uma
2539 apresentação rápida do que a gente está fazendo, a gente está ali dentro da Câmara
2540 Técnica de Justiça Climática e logicamente podemos estender para outros, para a gente
2541 debater como mais a gente pode integrar o Plano Clima com as resoluções do Conama.
2542 Então, a gente na Câmara Técnica já tem algumas ideias de resoluções que a gente está
2543 vai estar propondo ali para o próprio Câmara Técnica, mas aí eu queria convidar a todos
2544 e todas pensarmos juntos nessa integração, tanto na formulação do Plano Clima, mas eu
2545 acho que principalmente também na implementação do Plano Clima, porque a gente
2546 sabe que o maior gap no tema de mudança climática não são só metas, mas é em
2547 implementação, e para isso eu acho que o Conama vai ser absolutamente fundamental.
2548 Então, eu agradeço o convite para poder apresentar e já fico muito feliz de que a gente
2549 vai poder trabalhar juntos no Plano Clima. Obrigada.

2550 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) – O**
2551 Rubens... Sim, pois não. Há uma questão de ordem, pode ser após os comentários daqui
2552 da... Como diria, como me ensina o nosso presidente de Assembleia estudantil, a questão
2553 de ordem precede, então, já que precede, está precedida, está concedida, e está
2554 encerrado que passou o tempo.

2555 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2556 **Conselho – GARCO) –** É extremamente rápido, é porque, em razão da importância do
2557 tema, que a gente traz aqui o tema das concessões e em razão também do horário...

2558 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Ah,
2559 você fala do próximo item de pauta, é isso?

2560 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2561 **Conselho – GARCO)** – Eu fico pensando se não é possível a gente jogar o próximo tema
2562 de pauta para a próxima reunião. De modo que a gente até aproveite um pouco mais
2563 para discutir esse tópico que a professora Ana Toni trouxe para nós.

2564 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2565 Então, a proposta do conselheiro Mauro é de transferir o próximo item, que seria o último
2566 item de pauta, que trata de concessões, serviços e visitação em unidades de conservação
2567 para a próxima reunião. Acho que, se ninguém tiver nada contra, vamos adotar essa
2568 sugestão, em nome do nosso estômago, inclusive, porque... Essa é a questão da
2569 apresentação e já partir para a etapa final aqui, encerrar a reunião, em tempo de ainda
2570 sobrar alguma coisa lá no buffet. Muito bem.

2571 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Só para informar que a gente
2572 pediu para aguardarem lá, viu?

2573 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Por
2574 favor, o Rubens Born.

2575 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) –** Muito
2576 bem, Rubens Born, da Fundação Esquel, conselheiro no Conama, em nome do Fórum
2577 Brasileiro de Energias e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento,
2578 membro da Câmara Técnica de Justiça Climática. Principalmente, eu queria agradecer
2579 muito, vou usar as palavras do Mauro Pires, a professora Ana Toni, secretária de
2580 Mudança do Clima, a gente sempre aprende muito com ela, a apresentação desse plano
2581 para homenagear a equipe do Ministério que está cuidando desse plano. E eu tenho até,
2582 já vou deixar uma pergunta, que eu vi que no cronograma está previsto outubro como
2583 consultas públicas e você salientou muito bem, me permita falar você, Conama como
2584 ponto de interrogação. Acho que o Conama tem muitas atribuições e eu fiquei muito
2585 impactado pelas apresentações nesta manhã, do Christian, do André Lima e dos
2586 depoimentos sobre o sucesso da integração da cooperação interfederativa em algumas
2587 questões específicas. Eu trago isso porque em mudança de clima e para o êxito do plano
2588 de clima, seja em mitigação e adaptação, vamos precisar muito da integração
2589 interfederativa. Não há como o Brasil chegar em emissões zero e líquidas em 2050 ou

2590 em outras metas se nós não atentarmos para as atribuições de estados, distrito federal e
2591 de municípios e eu diria para as responsabilidades do setor privado, da sociedade como
2592 um todo. Então, nós precisamos de fato, mais e além da integração federativa, da
2593 integração com a sociedade e a participação. Quero relembrar a todos o que está
2594 previsto, inclusive, e fiquei muito contente que entre as medidas os enfoques transversais
2595 têm a questão da educação. Na Câmara Técnica de Justiça Climática estamos pensando
2596 em como que o Conama poderia dar uma contribuição a partir da educação ambiental e
2597 a educação climática para a mobilização da sociedade. A Convenção Quadro de
2598 Mudança de Clima no seu artigo 6, fala da importância da educação e da conscientização
2599 do público. A lei 12.187 da Lei da Política Nacional de Mudança do Clima no seu artigo
2600 11º, fala que todas as políticas e programas públicos têm que levar em conta a questão
2601 de mudança de clima. Então, a nossa lei vigente já fala que mudança de clima tem que
2602 estar inserido e internalizado nas diferentes políticas e, portanto, na atuação dos entes
2603 federativos. Como um exemplo, e com isso eu quero encerrar, que a própria Convenção
2604 Quadro no seu compromisso para todos os países, no seu artigo 4.1, fala, por exemplo,
2605 na linha D, fala da conservação de sumidouros e reservatórios. Isso tem a ver com
2606 conservação e recuperação de áreas no Cerrado, no Pantanal, na Caatinga, no
2607 Semiárido. Portanto, nós temos que usar mudança de clima para promover essa
2608 cooperação, ação eficaz de todos os entes e garantir que o Brasil possa ser um país
2609 responsável antes, durante e depois da COP 30. Muito obrigado.

2610 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2611 Está se inscrevendo? Por favor.

2612 **O SR. MÁRIO LOPES (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos) –** Primeiro, bom dia,
2613 antes do almoço. Quero agradecer aqui a oportunidade. Eu sou Mário Lopes, represento
2614 aqui a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos. Sempre aproveito a oportunidade
2615 também solicitando aqui a mudança na nossa nomenclatura secretária, porque eu vi que
2616 está a Frente Nacional de Prefeitos. E em novembro do ano passado, nós aprovamos em
2617 nossa reunião geral essa reparação histórica com as nossas prefeitas, de acrescentar a
2618 prioridade na nossa nomenclatura, Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos. E nesse
2619 evento, na nossa reunião geral aqui em Brasília, nós aprovamos e aqui provavelmente a
2620 professora Ana Toni também recebeu a nossa carta das prefeitas e prefeitos referente à

2621 governança multinível como condição para o enfrentamento das ações climáticas. A
2622 Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos participou diretamente da COP28 com vários
2623 painéis temáticos e defende que somente nessa governança multinível nós teremos a
2624 capacidade de conversar diretamente para ter mais ações para o enfrentamento. Nós
2625 acreditamos que o papel central das cidades, principalmente porque é onde vivem mais
2626 de 80% da população brasileira e também pedimos novas formas de financiamento, seja
2627 nacional, internacional e é a grande defesa, inclusive foi comentado aqui, a participação
2628 no Conselho da Federação e é também uma das nossas pautas prioritárias, professor e
2629 demais colegas. Assim de forma, a FNP também traz esse tema, subscreveu a
2630 participação do Brasil no CHAMPS, que é aquela coalizão para parcerias multiníveis para
2631 ações climáticas. Já estou até com fome aqui, já estou até tremendo. Mas assim, só
2632 finalizando aqui a minha fala, manifestar o apoio, também falo com o apoio do nosso
2633 segmento, do Poder Municipal e principalmente ali das ações. A FNP, para quem não
2634 conhece, representa mais de 60% da população brasileira e 75% do público nacional.
2635 Representamos as médias e grandes cidades, acima de 80 mil, e todas as capitais.
2636 Então, assim, nós nos colocamos à disposição também para ajudar secretários na
2637 formalização, na discussão tanto relacionada aos secretários municipais de meio
2638 ambiente e outras ações, mas fazer essa ação transversal, conversando com os vários
2639 fóruns e redes que também nós acompanhamos, mas também levar isso para as
2640 discussões para os nossos dirigentes, inclusive eventos específicos, mas nesse papel de
2641 mobilização e discussão e proposição de temas.

2642 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2643 Muito obrigado, conselheiro Mário Lopes. Estou entendendo que a sigla também mudou.
2644 Em vez de FNP ficou FNPP.

2645 **O SR. MÁRIO LOPES (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos) –** Não, não. FNP.
2646 Juntou o P e representa aí.

2647 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2648 Está bom, então, obrigado, obrigado, conselheiro. Excelente. Eu acho que essa junção
2649 com a CNM, mais vocês, mais a ANAMA, com Prevfogo e IBAMA e ICMBio, seria uma
2650 medida muito importante. E também na questão para apoiar o trabalho do plano de

2651 elevação do Plano Nacional de Mudança do Clima. É fundamental essas parcerias.
2652 Então, muito bom. Muito obrigado pela oferta. Por favor, conselheira.

2653 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional**
2654 **do Transporte)** – Boa tarde a todos. Patrícia Boson, Confederação Nacional do
2655 Transporte. Boa tarde, secretário, Marcela, Daniel, a todos. Bom, eu queria, além de dar
2656 os parabéns pelo trabalho e a gente vê que tem começo e meio e fim, isso é muito bom,
2657 eu queria pedir um pouco mais de firmeza na questão da consulta. Sabe? Que ela seja
2658 feita efetivamente. E eu vim aqui dizer isso porque eu represento um setor que é muito
2659 pouco escutado. As pessoas limitam o transporte ao gerador de combustível, limitam a
2660 discussão do transporte a quem fabrica o motor e quase nunca fala com quem pega o
2661 caminhão nessa nossa infraestrutura caótica para levar alimento, tudo quanto há nos
2662 maiores rincões do país. Então, vamos escutar o transportador, aquele que dirige, aquele
2663 que opera, aquele que investe nessa área, porque tem saído muitas coisas
2664 completamente descoladas com as nossas demandas e com as nossas necessidades a
2665 dizer do biodiesel, por exemplo, que não nos atende e está nos causando graves
2666 problemas. Então, dando os parabéns, eu peço a todos que escutem o setor de transporte
2667 e quem tiver curiosidade para o tema e entender o que o transportador pensa, visite o
2668 site do Despoluir CNT, é o primeiro programa ambiental de uma confederação, está lá
2669 muitos estudos, muitos fatos, muitos dados, então, busquem lá essas informações
2670 porque elas estão lá e estão disponíveis para todos. Obrigada.

2671 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2672 Muito bem. Temos uma inscrição aqui, o senhor Mauro Pires.

2673 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2674 **Conselho – GARCO)** – Bem, só pedi a palavra porque fizemos aquela proposta de
2675 moção do Conama para a agilização do projeto de lei que trata do manejo integrado do
2676 fogo, então, a gente juntou aqui e escreveu uma proposta. Como é que a gente procede?
2677 Posso ler e aí os conselheiros... É uma proposta de moção.

2678 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2679 Para uma proposta, para uma deliberação no Conama, essa proposta, ela deveria, ela

2680 teria um rito de procedimento. Agora, estou entendendo que esse projeto de lei está na
2681 fase final da tramitação, é isso?

2682 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2683 **Conselho – GARCO)** – Ele está no Senado, já passou pela Câmara, tem umas
2684 mudanças lá no Senado, e em razão disso vai voltar para a Câmara.

2685 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2686 Então, nesse caso, nós teríamos que primeiro colocar em votação a aprovação dessa
2687 moção em regime de urgência. Se o plenário julgar que se justifica o regime de urgência,
2688 aí nós poderíamos analisar o conteúdo da moção. Confere, Daniel. Então, vamos
2689 analisar.

2690 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2691 **Conselho – GARCO)** – Capô, se permitir, talvez eu possa ler, porque aí as pessoas já
2692 pensam sobre isso, entendeu? Porque já, ao refletir se pode ou não pode adotar o regime
2693 de urgência, já sabe qual é o conteúdo. Talvez isso facilite o entendimento. O que a gente
2694 fez aqui é, basicamente, uma manifestação do Conama em favor da agilização da
2695 tramitação do projeto de lei 1818, de 2022, que trata da Política Nacional de Manejo
2696 Integrado do Fogo. Então, vou fazer a leitura aqui. Bom, moção: “Considerando o
2697 agravamento dos efeitos das mudanças do clima, com impactos severos no regime de
2698 chuvas, aumento na intensidade das secas, aumento nos índices de focos de calor e de
2699 incêndios florestais sobre os nossos biomas, considerando os compromissos nacionais
2700 materializados em metas de redução das emissões de gás de efeito estufa, por uso do
2701 solo e metas de conservação da biodiversidade, considerando que os impactos negativos
2702 sobre a biodiversidade os solos, a água, o próprio clima e a saúde humana, ocasionados
2703 pelos incêndios florestais, os conselheiros e conselheiras do Conama, reunidos na sua
2704 décima quadragésima primeira, centésima quadragésima primeira reunião plenária
2705 ordinária, no dia 6 de março de 2024, no auditório do IBAMA, em Brasília, expressam o
2706 apoio ao regime de urgência para apreciação e aprovação do projeto de lei, número 1818,
2707 de 2022, que estabelece a Política Nacional do Manejo Integrado do Fogo, levando em
2708 conta a necessidade de reforçar as competências do governo federal em implementar o
2709 Sistema Nacional do Manejo Integrado do Fogo e, portanto, promovendo a revisão das
2710 emendas queoram tramito no Senado e que afetam os objetivos centrais de expandir a

2711 prática do manejo integrado do fogo como medida eficaz para evitar, prevenir e combater
2712 os incêndios florestais. Brasília.”

2713 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2714 Muito bem. Queria consultar o plenário se nós podemos apreciar... Podemos apreciar, se
2715 apreciaremos o regime de urgência. Então, nós não estamos ainda debatendo a moção.
2716 Eu queria que aqueles conselheiros que...

2717 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultoria Jurídica do Ministério**
2718 **do Meio Ambiente e Mudança do Clima – CONJUR-MMA) –** Um ponto aqui. Esse
2719 pedido tem que ser por escrito e assinado por oito conselheiros. A gente pode fazer aqui
2720 até imediatamente, mas é uma formalidade prevista regimentalmente.

2721 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2722 Vocês chegaram a fazer ou não? Então, por qual proposta é a plenária? Então, eu peço
2723 que vocês elaborem a proposta com as assinaturas necessárias em caminho para a
2724 diretoria executiva do Conama para que a gente possa apreciar isso na próxima e dentro
2725 do ritmo normal dela. Correto?

2726 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultoria Jurídica do Ministério**
2727 **do Meio Ambiente e Mudança do Clima – CONJUR-MMA) –** Doutor Mauro, desculpe
2728 aí por ter que ser o guardião desses procedimentos. Tinha, né, doutor advogado
2729 também?

2730 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Se
2731 você não falasse, o Rodrigo Justus ia falar isso daí. Então, já estava tudo resolvido. Você
2732 só antecipou. Mas, então, considerando que foi solicitado pelo responsável pela
2733 apresentação, que é o Instituto Chico Mendes, que o último item de discussão fosse
2734 transferido para a próxima reunião, que se trata da concessão de serviços de visitação e
2735 unidade de conservação, considerando que essa proposta de moção será elaborada e
2736 encaminhada dentro da sua tramitação normal para a próxima reunião do Conama,
2737 passamos de imediato para o último item, que são os informes finais. Nos informes finais,
2738 nós temos dois itens, sendo que um deles já foi tratado, que era exatamente o que
2739 abordava a participação do CIPAM na organização da discussão sobre a Agenda
2740 Nacional do Ambiente, que já tratamos anteriormente, está resolvido esse item. Então,

2741 resta apenas um último item, que é o Sistema de Votação Digital do Plenário do Conama,
2742 que está em andamento. Peço, então, que a Marcela ou quem de direito informe o
2743 plenário a respeito.

2744 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Rapidinho, só para informar que
2745 a gente está com um sistema que vai permitir a votação digital e a apuração em tempo
2746 real do voto dos conselheiros, já em fase de testes. Hoje, a gente pôde testar com 20
2747 conselheiros de todos os setores. Então, ele já está em funcionamento e, provavelmente,
2748 vai poder ser implementado na próxima reunião. O login dos conselheiros será por CPF,
2749 né, cada conselheiro vai ter uma senha. Por isso que a gente fez, inclusive, uma consulta
2750 para todos os conselheiros que nos encaminhassem o CPF, para a gente poder fazer o
2751 registro no sistema. E, a partir da implementação do sistema, nós teremos a votação
2752 aberta, nominal, e um painel com o resultado das votações que vai ser projetado aqui no
2753 telão. Então, esse é o informe. E, por fim, eu vou pedir que seja apresentado o vídeo que
2754 a gente se comprometeu a apresentar do convite do setor florestal.

2755 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** –
2756 Perfeito. Só só 10 minutos. Não se preocupe.

2757 [Apresentação de Vídeo]

2758 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** –
2759 Muito bem. Queria parabenizar quem elaborou esse vídeo por ter prestigiado o Conama,
2760 colocando a conselheira do Conama logo na abertura do vídeo. Portanto, é uma
2761 homenagem a todos nós. Nos sentimos todos homenageados com a presença da nossa
2762 conselheira Mauren logo na abertura desse vídeo. Muito bem-feito. Parabéns aos
2763 organizadores e, quem sabe, o Serviço Florestal Brasileiro nos sente estimulado a fazer
2764 também algo nessa direção. Garo Batmanian é nosso diretor-geral, diretor-presidente do
2765 Serviço Florestal Brasileiro que nos prestigia aqui. Então, isso encerrado a nossa pauta,
2766 eu queria agradecer aos conselheiros e conselheiras pela forma extremamente produtiva
2767 que essa reunião transcorreu e também salientar aqui o espaço, que é a valorização do
2768 Conama como um espaço de debate. Eu acho que hoje nós estamos, mais uma vez,
2769 reafirmando esse papel com essas apresentações extremamente relevantes, a
2770 possibilidade de ouvir os inputs, as reações dos conselheiros e solicito mais uma vez, ou

2771 melhor, lembro mais uma vez dos conselheiros que todos podem propor itens de
2772 relevância para a pauta, para que a gente possa sempre aproveitar uma reunião de
2773 pessoas de altíssima relevância na agenda ambiental, para tratar não apenas das
2774 agendas ordinárias, irregulares, mas também aproveitar esses momentos para troca de
2775 experiências, para informar de andamento de iniciativas relevantes, para trazer
2776 problemas e questões que exijam a nossa atenção, ou seja, o espaço do Conama sempre
2777 como um espaço vivo, dinâmico, para, de fato, promover a agenda socioambiental em
2778 nosso país. Muito obrigado a todos e até a próxima reunião.